



PROFEPT

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
CAMPUS AVANÇADO BENEDITO BENTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

DANIEL OLIVEIRA DA SILVA

**O ENSINO DE FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
PRODUÇÃO DE UMA HISTÓRIA EM QUADRINHOS PARA O ENSINO DE
LÓGICA**

Maceió – AL

Agosto/2021

DANIEL OLIVEIRA DA SILVA

**O ENSINO DE FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
PRODUÇÃO DE UMA HISTÓRIA EM QUADRINHOS PARA O ENSINO DE
LÓGICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Avançado Benedito Bentes do Instituto Federal de Alagoas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Profº Drº Fábio Francisco de Almeida Castilho

Maceió – AL

Agosto/2021



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Avançado Benedito Bentes
Biblioteca

S586e

Silva, Daniel Oliveira da.

O ensino da filosofia na educação profissional e tecnológica: produção de uma história em quadrinhos para o ensino de lógica / Daniel Oliveira da Silva. – 2021.

120 f. : il.

1 CD-ROM: il.

Orientação: Prof. Dr. Fábio Francisco de Almeida Castilho.

Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica)
Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2021.

1. Ensino de Filosofia. 2. Educação Profissional - Tecnológica. 3. Ensino de Lógica.
4. Produto Educacional. I. Título.

CDD: 100

Fernanda Isis Correia da Silva
Bibliotecária - CRB-4/1796

DANIEL OLIVEIRA DA SILVA

**O ENSINO DE FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
PRODUÇÃO DE UMA HISTÓRIA EM QUADRINHOS PARA O ENSINO DE
LÓGICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Avançado Benedito Bentes do Instituto Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 06 de agosto de 2021.

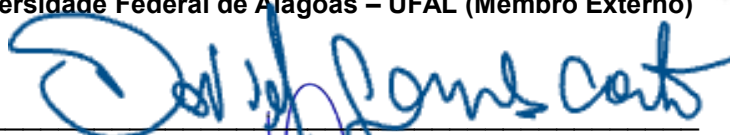
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Fábio Francisco de Almeida Castilho
ProfEPT/IFAL (Presidente e Orientador)



Profa. Dra. Janayna Paula Lima de Souza Santos
Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Membro Externo)



Prof. Dr. David Gomes Costa
Instituto Federal de Alagoas – IFAL (Membro Externo)



Jarbas Mauricio Gomes
Professor EBT – Filosofia
Mat. SIAPE 2359177
IFAL – Campus Penedo

Prof. Dr. Jarbas Mauricio Gomes
ProfEPT/IFAL (Membro Interno)

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

DANIEL OLIVEIRA DA SILVA

HQ FILOSÓFICA: A LÓGICA

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Avançado Benedito Bentes do Instituto Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 06 de agosto de 2021.

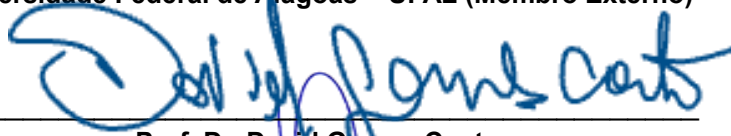
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Fábio Francisco de Almeida Castilho
ProfEPT/IFAL (Presidente e Orientador)



Profa. Dra. Janayna Paula Lima de Souza Santos
Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Membro Externo)



Prof. Dr. David Gomes Costa
Instituto Federal de Alagoas – IFAL (Membro Externo)



Jarbas Mauricio Gomes
Professor EBIT – Filosofia
Mat. SAPE 2359177
IFAL – Campus Penedo

Prof. Dr. Jarbas Mauricio Gomes
ProfEPT/IFAL (Membro Interno)

AGRADECIMENTOS

A gratidão é um sentimento que expressa a grandeza dos atos nobres e a complexidades das virtudes humanas. Nesta perspectiva agradeço:

Em primeiro lugar a Deus pelo dom da vida, me proporcionando momentos fabulosos;

À minha esposa Nadja e às minhas filhas Cecília e Natália, que me apoiaram, me incentivaram, me consolaram e abriram mãos de tantas coisas para que eu pudesse dar continuidade a minha pesquisa;

Aos meus pais, por terem me dado educação, pelos valores e por terem me ajudado a caminhar. A meu pai Nildo (*in memoriam*), que nunca deixou de me amar. À minha mãe Maria, pelo amor incondicional, incentivo aos estudos e à formação do meu caráter;

Ao meu orientador prof. Fábio pelo seu tempo e dedicação que com muita alegria e disposição aceitou esse desafio. Hoje posso dizer que não sou como era antes, graças ao seu carisma que sempre via algo de bom em meio a tantos rascunhos. Obrigado pela paciência;

Aos docentes Jarbas, David e Janayna, pelas muitas contribuições ao meu trabalho e por tecer observações que tanto me fizeram crescer;

Aos meus amigos do ProfEPT/IFAL, que doaram tempo e conhecimento com generosidade, exemplos e companheirismo. Aos coordenadores do ProfEPT prof. Ricardo e Isnaldo que sempre estiveram próximos aos mestrandos e nos trataram com muito carinho. A todos os docentes do ProfEPT por todo ensinamento e contribuição. A todos agradeço pelo apoio e pela amizade vividos neste caminhar;

Aos funcionários do Campus Avançado Benedito Bentes, por tudo que fizeram, direta ou indiretamente, para que este curso fosse concluído com sucesso;

Enfim, a todos os que não puderam ser nomeados, mas que estiveram sempre presentes na potência de pensar comigo livre e filosoficamente a vida:

A todos meus agradecimentos.

RESUMO

As histórias em quadrinhos (HQs) têm sido utilizadas como instrumento didático-pedagógico em diferentes áreas do conhecimento. Na Filosofia, no entanto, ainda são pouco utilizadas. Assim, o objetivo principal desta pesquisa é desenvolver um produto educacional que, no formato de história em quadrinhos, possa contribuir no processo educativo do componente curricular de Filosofia e na formação humana omnilateral na Educação Profissional e Tecnológica no Ensino Médio Integrado, no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL. O estudo investigativo é de cunho qualitativo e do tipo pesquisa-ação, cujo instrumento metodológico, inclui o questionário fechado, cujos resultados encontrados possibilitaram uma proposta de HQ para melhor compreensão dos conceitos filosóficos por parte dos discentes nas aulas de filosofia do curso pesquisado e o aperfeiçoamento da prática docente no ensino deste componente curricular.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia, Educação Profissional e Tecnológica, Histórias em Quadrinhos, Ensino de Lógica.

ABSTRACT

The COMICS have been used as a didactic-pedagogical instrument in different areas of knowledge, however in the area of philosophy, they are still little used. Thus, the main objective of this research is to develop an educational product (a comic book magazine), which through playful activities can contribute to the educational process and omnilateral human education of the student in Professional and Technological Education in the curricular component of Philosophy in Integrated High School, in the context of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Alagoas - IFAL. The investigative study is qualitative in nature and of the action research type, whose methodological instrument includes the closed questionnaire, whose results will enable a proposal of a comic book for better learning of philosophical concepts by students in the philosophy classes of the studied course and the improvement of our teaching practice in teaching this curricular component.

Keywords: Teaching Philosophy, Professional and Technological Education, Comics, Logic Teaching.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Anúncio de jornal de 1831 possivelmente a origem das HQs.....	38
Ilustração 2: As Aventuras de Nhô-Quim ou Impressões de uma Viagem à Corte....	40
Ilustração 3: As Aventuras de Zé Caipora	41
Ilustração 4: Capa da Primeira Edição da Revista Ilustrada, 1876.....	42
Ilustração 5: Selo do Comics Code Authority e selo do Código de Ética dos Quadrinhos no Brasil	46

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1: Conjunção	32
Quadro 2: Disjunção inclusiva e exclusiva	33
Quadro 3: Condicional.....	33
Quadro 4: Bicondicional	34
Quadro 5: Quadro resumo	34

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gênero.....	60
Gráfico 2 – Preferências de materiais para leitura	61
Gráfico 3 – Leitura de quadrinhos	61
Gráfico 4 – Frequência na leitura de histórias em quadrinhos	62
Gráfico 5 – Tipo de quadrinhos preferidos	63
Gráfico 6 – Opção pelas histórias em quadrinhos.....	63
Gráfico 7 – Suporte pela qual tem acesso aos quadrinhos	64
Gráfico 8 – Aula de Lógica	64
Gráfico 9 – Á linguagem da HQ.....	69
Gráfico 10 – Adequação da diagramação da HQ	70
Gráfico 11 – Aprovação da HQ para o estudo de lógica.....	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

HQs – Histórias em Quadrinhos

HQ – História em Quadrinhos

IFAL – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas

ProfEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

MD – Campus Marechal Deodoro

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

PE – Produto Educacional

FIQ – Festival Internacional de Quadrinhos

TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

Sumário

INTRODUÇÃO	14
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
1.1 Ensino de Filosofia numa perspectiva de formação humana omnilateral	17
1.1.1 Trabalho e formação humana	18
1.1.2 Educação politécnica e formação omnilateral.....	21
1.1.3 Filosofia e Educação.....	24
1.2 Uma introdução à Lógica	27
1.3 A história das histórias em quadrinhos	36
1.3.1 Breve história das histórias em quadrinhos no Brasil, de Angelo Agostini ao Festival Internacional de Quadrinhos	39
1.3.2 Breve panorama das pesquisas sobre HQs no Ensino de Filosofia	48
2 PERCURSO METODOLÓGICO	54
2.1 Tipo da pesquisa.....	54
2.2 Lócus e sujeitos da pesquisa	54
2.3 Critérios de inclusão e exclusão	56
2.4 Métodos, etapas e instrumentos da pesquisa.....	56
3 ANÁLISE DOS RESULTADOS	58
3.1 Fase da análise dos resultados	58
3.2 Análise do questionário diagnóstico.....	59
4 PRODUTO EDUCACIONAL	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS.....	75
ANEXO A – TALE / Discente	80
ANEXO B – TCLE / Responsáveis Discentes	82
ANEXO C – Termo de Anuência.....	84
ANEXO D – Parecer Consubstanciado CEP.....	85
APÊNDICE A – Questionário Diagnóstico / Discente	93
APÊNDICE B – Formulário de Avaliação do PE / Discente.....	94
APÊNDICE C – Produto Educacional (HQ Filosófica: a lógica)	96

INTRODUÇÃO

A proposta inicial da presente pesquisa surgiu a partir do momento em que ingressei no Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/IFAL), Campus Avançado Benedito Bentes, em agosto de 2019. Nosso projeto, no âmbito do ProfEPT, tem como foco as estratégias transversais e interdisciplinares, que possibilitem formação integral e significativa do discente, sustentados no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico.

A princípio, nossa proposta de Produto Educacional (PE) era a realização de oficinas para produção de quadrinhos, que foram impossibilitadas de ser realizadas em razão das medidas de isolamento social, implementadas para contenção da pandemia do Covid-19. Para conter o avanço da pandemia, as aulas presenciais foram suspensas em março de 2020, sendo aprovada pelo Governo Federal a Medida Provisória nº 934 de 01 de abril de 2020, permitindo tanto a Rede Pública, quanto a Privada ofertar o ensino remoto e a distância.

Diante do exposto, optamos por escolher para esta pesquisa o tema – O Ensino de Filosofia na Educação Profissional e Tecnológica: produção de uma história em quadrinhos para o ensino de lógica – e essa temática foi pensada devido a própria estrutura das histórias em quadrinhos que é mais atrativa para muitos leitores por causa da narrativa gráfica (composta por imagem e texto), pela minha paixão por esse gênero textual e, também, para utilizá-las como uma estratégia didática para estimular e promover diálogos e interações mais interessadas por parte do público alvo. Assim, no cotidiano das conversas na disciplina de Redação de Projeto de Pesquisa desenvolveu-se a ideia e chegamos na proposição de um produto educacional na forma de história em quadrinhos para EPT.

Segundo Rama e Vergueiro (2012), o uso das histórias em quadrinhos faz com que os discentes estejam propensos a participar de forma mais ativa nas atividades propostas por se tratar de uma leitura popular entre eles, com a qual já possuem familiaridade. As histórias em quadrinhos podem ser um eficiente recurso didático na educação, pois, além de proporcionar uma aprendizagem crítica e interativa, podem ser utilizadas com finalidades pedagógicas nos mais variados componentes curriculares. Conforme Rezende (2009), as histórias em quadrinhos são excelentes materiais pedagógicos para serem aplicados no contexto escolar para a formação do

discente, essa autora afirma que “são obras ricas em simbologia – podem ser vistas como objeto de lazer, estudo e investigação. A maneira como as palavras, imagens e as formas são trabalhadas apresenta um convite a aprendizagem” (REZENDE, 2009, p.126).

Este estudo volta seu olhar para o componente curricular de Filosofia e sua contribuição para a formação dos discentes que cursam o Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL, Campus Marechal Deodoro (MD). As histórias em quadrinhos vêm sendo utilizadas como instrumento didático-pedagógico em diferentes áreas do conhecimento, diante desse contexto, parte-se da hipótese de que esse gênero textual pode contribuir na aprendizagem do conteúdo de lógica. Deste modo, supomos que a produção de uma história em quadrinhos possa ser uma estratégia eficiente para o processo de ensino-aprendizagem no ensino de Filosofia.

Nosso objetivo foi desenvolver uma história em quadrinhos (HQ) voltada ao ensino de lógica para o Ensino Médio Integrado. Além disso, verificar a aceitação dos discentes ao material proposto por meio de questionários fechado e avaliar se a HQ facilitou a compreensão do conteúdo pelo discente. Por fim, o Produto Educacional (PE) será disponibilizado como suporte para o ensino de lógica.

Para melhor análise do processo de investigação e obtenção dos resultados, a dissertação está estruturada em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, é desenvolvida a fundamentação teórica que embasa o nosso trabalho que se divide em três seções. A primeira seção discute brevemente a relação entre o ensino de filosofia e a EPT e seus princípios, numa perspectiva de formação humana omnilateral. Já na segunda seção, há uma introdução à lógica, partimos da lógica tradicional como Aristóteles a formulou e das contribuições que os filósofos e matemáticos fizeram ao longo do tempo. E, por fim, na terceira seção foi realizado um breve panorama histórico das histórias em quadrinhos no Brasil, que até os dias atuais, têm seus primeiros registros nas produções do jornalista e caricaturista ítalo-brasileiro Ângelo Agostini.

No segundo capítulo, é descrito o percurso metodológico adotado para o desenvolvimento deste trabalho, relacionando o tipo, o *lôcus* da pesquisa, os sujeitos, os métodos e o instrumento de coleta de dados.

No terceiro capítulo, é enunciado os resultados da fase diagnóstica. Inserida na abordagem qualitativa, nossa pesquisa fundamenta-se na pesquisa-ação. O

instrumento de coleta de dados consiste no questionário fechado, com base em Severino (2007), bem como o formulário avaliativo, orientado pela Tabela Likert (LUCIEN; DORNELAS, 2015). Para a interpretação dos dados, empregamos a Análise de Conteúdo em Bardin (2011).

No quarto capítulo, é apresentado o Produto Educacional fruto desta pesquisa, a produção de uma história em quadrinhos que promova a compreensão do conteúdo de lógica aos discentes da 2ª série do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Meio Ambiente, do IFAL-MD. Desse modo, procedemos a análise dos dados embasada na participação dos discentes do IFAL-MD, considerados pilares para elaboração do PE. O capítulo apresenta, ainda, a avaliação dos discentes participantes da pesquisa quanto a HQ Filosófica: a lógica.

Por fim, são apresentadas as considerações finais do trabalho realizado e os resultados obtidos.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como nossa pesquisa se volta para a EPT, nosso enfoque teórico busca articular o ensino de filosofia às questões relacionadas ao trabalho e à educação para uma formação humana omnilateral.

1.1 Ensino de Filosofia numa perspectiva de formação humana omnilateral

A presença da Filosofia na educação escolar, como componente curricular não se caracteriza por seu conteúdo, mas sim por ser uma atividade de pensar. Nesse sentido, diferentemente da maioria dos componentes curriculares, a Filosofia, por um lado, não constitui uma ciência e, por outro lado, é tão diversificada e plural quanto pode ser o pensamento humano. Ao nos apropriarmos deste campo de entendimento, o filosófico, o ser humano reflete sobre a sua cotidianidade (LUCKESI, 2011).

Assim, espera-se da Filosofia o desenvolvimento geral da atividade de pensar que não se confunde com qualquer modo de pensar, mas envolve a capacidade de análise, de interpretação e de construção e reconstrução racional de questões e alternativas de soluções que envolvem um quadro mínimo de referências adquirido a partir da leitura da tradição filosófica. “A história da filosofia nos revela, contudo, que ao longo dessa tradição não houve uma única linha predominante de pensamento, nem um estilo único de se fazer filosofia” (KOHAN, 2008, p. 57).

Mas, para que possamos alcançar essa formação omnilateral, é preciso compreender, que o ensino de filosofia deve ser o de embasar o pensar, o refletir e o problematizar de modo que não sejamos sujeitados, nem assenhoreados, mas sujeitos senhores da nossa própria vida, da nossa própria história e, principalmente, das nossas próprias escolhas e que estas últimas sejam conscientes.

Posto isso, a presente discussão parte da pesquisa em nível de mestrado, no contexto do Mestrado Profissional em Rede em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT/IFAL – problematiza o ensino de filosofia a partir das noções de Educação Integral e trabalho enquanto princípio educativo na perspectiva marxista. Para tanto, consideramos a formação omnilateral como um dos elementos de articulação entre trabalho e formação humana na construção de uma sociedade emancipada.

Desta forma, optamos em estruturar o texto em três subseções: no primeiro momento abordamos o trabalho como princípio educativo na formação humana; no

segundo, dando sequência, discutimos a educação politécnica baseada na concepção de formação omnilateral; e, no terceiro, finalizamos com as relações entre Filosofia e Educação.

1.1.1 Trabalho e formação humana

Saviani (1994) concebe o trabalho como o ato de agir sobre a natureza, adaptando-a na base material indispensável para que seres humanos continuem existindo. O trabalho define a essência humana. Assim, a humanidade interage conscientemente com a natureza por ser seu meio direto de vida, fazendo-o pelo trabalho.

Em “O Capital”, Karl Marx (1988, p. 142) afirma que o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, nas palavras dele “um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza”.

Ao analisar as contribuições de Marx acerca do trabalho como categoria ontológica, Mascarenhas (2002) observa que:

O trabalho é atividade vital, no qual o homem manifesta a si mesmo, humanizando a natureza e desenvolvendo seu potencial de humanidade. Fazendo da natureza seu corpo inorgânico, o homem liberta-se da sujeição à causalidade, à limitação animal, cria uma totalidade de forças produtivas e delas dispõe para desenvolver-se onilateralmente (MASCARENHAS, 2002, p. 54).

A partir das acepções, entendemos que o trabalho é uma atividade humano-social que inter-relaciona homem (sociedade) e natureza, ou seja, é o alicerce de toda atividade humana e faz parte da existência do homem desde que este se destacou da natureza. Nesse sentido, Severino (2007, p. 152) afirma que o trabalho – uma prática produtiva – é categoria fundante para se entender o que é o ser humano. Nesses termos define que, “o trabalho é o elemento fundamental para a configuração de sua existência; mas o trabalho só pode se dar no contexto de uma sociedade e impregnado por uma intenção subjetivada”.

O trabalho, no sentido ontológico, “como práxis humana e, então, como a forma pela qual o homem produz sua própria existência na relação com a natureza e com os outros homens e, assim, produz conhecimento” (RAMOS, 2008, p. 7), é interação dos homens entre si e a natureza, é ainda produção, criação, realização humana.

Assim, depreendemos que o trabalho é um princípio educativo, pois o homem torna-se o artífice de sua realidade, se apossando dela e transformando-a.

Saviani e Duarte (2010) acentuam que trabalho e educação são atividades especificamente humanas, pois de todos os seres vivos só o ser humano trabalha e educa-se. O trabalho é, portanto, condição de transcendência e, como tal, expressão da liberdade.

Este caráter essencial do trabalho faz com que o ser humano adquira um domínio cada vez maior sobre a natureza. Segundo Freire (2006, p. 56), ao transformar a natureza, o homem cria sua estrutura, que se faz social e na qual se constitui o “eu social”.¹ Durante esse processo, o homem se torna diferente do animal, pois utiliza sua consciência para agir diante da natureza transformando-a de acordo com as suas finalidades e necessidades através do trabalho. Isso significa que “o trabalho é o fundamento do ser social porque, por meio da transformação da natureza, produz a base material da sociedade” (LESSA; TONET, 2008, p. 27).

Em Marx, os seres humanos são os artífices de sua própria história. “Ao transformarem a natureza, os homens transformam a si próprios como seres humanos” (MARX e ENGELS, 1984, p.49). Por esse motivo, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) afirmam que o trabalho, como princípio educativo, está vinculado à própria forma de ser dos seres humanos. O ser humano, para poder existir, vive de uma dependência com a natureza. E é pela ação vital do trabalho que, ao transformarem a natureza, os homens também se transformam.

Assim, é fundamental atentar para o fato de que o trabalho como princípio educativo não se restringe ao “aprender trabalhando” ou ao “trabalhar aprendendo”. Está relacionado, principalmente, com a intencionalidade de que através da ação educativa os indivíduos/coletivos compreendam, enquanto vivenciam e constroem a própria formação, o fato de que é socialmente justo que todos trabalhem, porque é um direito subjetivo de todos os cidadãos, mas também é uma obrigação coletiva porque a partir da produção de todos se produz e se transforma a existência humana e, nesse sentido, não é justo que muitos trabalhem para que poucos enriqueçam cada vez mais, enquanto outros se tornam cada vez mais pobres e se marginalizam – no sentido de viver à margem da sociedade (MOURA, 2007, p. 22).

¹ Segundo Paulo Freire (2006), o homem é um ser de relações, enquanto, o animal um ser de contato. Isto é, o animal diferente do ser humano está no mundo e não com o mundo.

Torna-se evidente que o trabalho é uma necessidade do ser humano e por isso deve servir ao homem que o executa, deve ser para este, meio de desenvolvimento social e espiritual. O trabalho deve contribuir para a dignidade humana a ser característica fundamental do ser social. Somente com as sociedades mais complexas, as sociedades de classes é que o trabalho se torna alienante, abandonando o seu caráter originário.

Na sociedade capitalista, as relações entre homens são, primeiramente, instrumentos para o enriquecimento pessoal; a força de trabalho é reduzida à mera mercadoria, negando que a força de trabalho é parte do que o indivíduo tem de mais essencial como ser humano. É dela que vem a capacidade do homem de produzir os bens necessários para sua sobrevivência.

De modo semelhante, Grabowski e Kuenzer (2016, p. 24) entendem que, na sociedade capitalista, “o princípio educativo expressa as contradições entre capital e trabalho, que originam projetos educativos em permanente disputa, cuja objetivação, sempre parcial, depende da correlação de forças decorrente das relações sociais e produtivas em cada regime de acumulação”.

Como a força de trabalho é reduzida à mercadoria, seu valor é dado como a toda mercadoria. O custo para produzir a força de trabalho é o mínimo necessário para manter vivo e ativo o trabalhador. Nessa compra e venda da força de trabalho, a essência humana é desprezada pelo capital.

O trabalho, que para o indivíduo deveria ser um fator de gratificação pessoal e material, passou, como nunca, a constituir um fator escasso, portanto, necessário para garantir sua subsistência e a de sua família, o trabalhador admite conviver com diversas formas de exploração, todas mascaradas para “adquirir” sua confiança.

Para superar essa dualidade, o trabalho deve ser resgatado enquanto princípio educativo e, na concepção de Saviani (1994, p. 13), “é e continuará sendo sistema de ensino em seu conjunto. Determinou o seu surgimento sobre a base da escola primária, o seu desenvolvimento e diversificação e tende a determinar, no contexto das tecnologias avançadas, a sua unificação”.

Ainda, segundo Saviani (1997, p. 21), o trabalho como princípio educativo “[...] é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. O trabalho como princípio educativo é, portanto, ao mesmo tempo a produção e reprodução do ser humano e do gênero humano.

Com efeito, a concepção de formação humana integral pressupõe eliminar do ser humano o caráter unilateral imposto a todo indivíduo historicamente dividido pela divisão do trabalho. Segundo Bonamigo (2014) o princípio educativo remete à relação entre o trabalho e a educação contrapondo-se ao sistema capitalista por meio de uma educação politécnica, omnilateral, alicerçada numa educação de dimensão ético-política, atuante sob a base material vigente para além das circunstâncias de domínio do capital. Dessa forma, associar essas dimensões existentes em nossa sociedade, a saber, o trabalho e a educação, teremos uma transformação que para o autor se constitui em práxis emancipatória do ser humano.

Deste modo, as relações de trabalho, na perspectiva da formação humana, pressupõem pensar o trabalho como essencial à vida de todo ser humano. “O trabalho cumpre uma função evolutiva, embora não linear e não isenta de contradições, tanto no âmbito pessoal, quanto no social” (COELHO; COSTA, 2009, p. 57).

Por último, quanto à aceção de trabalho como princípio educativo, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 18) consideram que este “não é apenas uma técnica didática ou metodológica no processo de aprendizagem, mas um princípio ético-político. Dentro desta perspectiva, o trabalho é, ao mesmo tempo, um dever e um direito”. Assim, o trabalho – ação transformadora do homem sobre a natureza – é uma das mediações fundamentais da existência humana, ou seja, condição vital para a humanização do indivíduo. Contudo, quando o trabalho se torna alienado e alienante, constituem mediações de desumanização, fazendo com que o indivíduo perca a sua identidade e sua própria essência.

1.1.2 Educação politécnica e formação omnilateral

A Educação Politécnica ou Tecnológica (concepção marxista de educação) ou ainda Educação Omnilateral refere-se à formação humana contrapondo-se à formação unilateral. Ou seja, trata-se de uma educação que se pretende multilateral e integral, possibilitando ao indivíduo desenvolver-se em vários sentidos, formar-se plenamente, sem necessariamente ter um único caminho a seguir, um único conhecimento.

É nesse sentido que Ciavatta (2014) observa como Marx faz uso de dois termos para suas concepções educacionais: 1) escolas politécnicas e 2) ensino tecnológico. Nesse contexto, pode-se dizer que a escola politécnica possibilita a formação integral

do ser humano, não repassando conteúdos fragmentados, mas ensinando, ao mesmo tempo, conteúdos pedagógicos e produtivos.

A concepção de educação politécnica pode ser compreendida como educação tecnológica por exprimir uma concepção de educação voltada explicitamente para a superação da divisão social do trabalho determinada por uma sociedade dividida em classes (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Dessa forma, na concepção marxiana, qualquer formação que não possibilite a ruptura da concepção capitalista de trabalho e educação afasta-se da perspectiva da educação politécnica ou onilateral, mesmo que, de qualquer ponto de vista, aliem trabalho produtivo e instrução, conserva em seu âmago a politecnicidade. Sobre isso Junior nos diz que:

Politecnicidade e onilateralidade são dois conceitos distintos, que se excluem mutuamente, mas que, na proposta de Marx, se complementam. Enquanto a politecnicidade diz respeito a um tipo de formação do indivíduo trabalhador no âmbito da produção capitalista, a onilateralidade se refere à formação do homem mesmo, ou seja, do homem que se libertou das determinações da sociedade burguesa, a qual nega sua genericidade (JUNIOR, 1999, p. 102).

Podemos entender que a educação onilateral abre caminho para construção de um homem livre que, por sua vez, apresenta-se como um princípio básico na perspectiva da formação e emancipação humana. De fato, quanto a concepção de onilateralidade, Manacorda (2007, p. 87) traz a compreensão de que se trata do “desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação”.

A onilateralidade ou onilateralidade é, portanto, a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidade de consumo e prazeres, em que se deve considerar sobretudo, o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho (MANACORDA, 2010, p. 89-90).

Ramos (2014, p. 86) corrobora essa ideia ao assinalar que “A ideia de formação integral sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar”. Segundo a autora, uma concepção de formação humana integral, com base no processo educativo, visa à formação onilateral dos indivíduos.

No Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels (2018) propuseram a escola

politécnica, isto é, uma educação como formação humana integral para todos, defendendo que esse ensino fosse universal, obrigatório, público e gratuito para todas as crianças.

Vê-se na argumentação de Marx e Engels, a respeito dessa modalidade de ensino, que não deveria ser oferecida pelo Estado, pois este representa a hegemonia burguesa no poder. Ao contrário, caberia ao Estado apenas propiciar as condições materiais necessárias para a efetivação da escola politécnica, que seria gerida pelos trabalhadores, no sentido de implementar a educação para os alunos formando indivíduos sociais.

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) veem na educação politécnica a transposição do sistema educacional profissional atual, através de uma formação ampla e integral num processo formativo que integre as dimensões estruturantes da vida, trabalho, ciência e cultura, visando superar a desigualdade social.

Na concepção da escola unitária expressa o princípio da educação como direito de todos. Uma educação de qualidade, uma educação que possibilite a apropriação dos conhecimentos construídos até então pela humanidade, o acesso a cultura, etc. Não uma educação só para o trabalho manual e para os segmentos menos favorecidos, ao lado de uma educação de qualidade e intelectual para o outro grupo. Uma educação unitária pressupõe que todos tenham acesso aos conhecimentos, à cultura e às mediações necessárias para trabalhar e para produzir a existência e a riqueza social (RAMOS, 2008, p 2).

Do mesmo modo, Marise Ramos (2008) considera que a educação politécnica deve propiciar aos sujeitos o acesso aos conhecimentos e à cultura construídos pela humanidade, propiciando a realização de escolhas e a construção de caminhos para a produção da vida. Evidentemente, nessa afirmação a educação politécnica e a omnilateralidade tornaram-se intrinsecamente necessárias no processo de formação do ser humano e na criação de novas bases sociais que permitam o livre desenvolvimento das potencialidades humanas.

E é nesse sentido que podemos dizer que a educação politécnica na perspectiva de formação omnilateral, compreendida como aquela capaz de proporcionar a superação da dualidade da formação entre trabalho manual e intelectual, possibilitaria ao ser humano uma formação baseada na unidade entre o trabalho, a ciência e a cultura, como dimensões fundamentais da vida.

1.1.3 Filosofia e Educação

A Filosofia como produto da cultura humana é uma tentativa de conceituar as coisas, ou melhor, de interpretar o mundo, sendo uma das diferentes manifestações intelectuais da vida humana, pelos quais uma sociedade apreende e compreende o mundo e a si mesma.

Saviani e Duarte (2010) compreendem a filosofia como sendo a forma mais elaborada e elevada de compreensão do ser humano conquistada pela humanidade. Enquanto Luckesi e Passos (2012, p. 80) destacam a importância da filosofia para a formação humana afirmando que ela “tem por objeto de reflexão os sentidos, os significados e os valores que dimensionam e norteiam a vida e a prática histórica humana”.

Karl Marx, na XI tese sobre Feuerbach, considera que os filósofos apenas interpretavam o mundo de diferentes maneiras; a questão, porém, seria transformá-lo. Com efeito, numa sociedade capitalista, onde toda riqueza humana torna-se mercadoria, incluindo os saberes sistematizados – fonte inclusive de toda tecnologia motora da indústria, faz-se necessário um olhar crítico que desmistifique fetiches previamente construídos. Nesse sentido, a filosofia pode contribuir como elemento importante para que o processo educativo seja humanizador na medida que os seres humanos desenvolvam sua capacidade ontológica.

Com efeito, com o surgimento da sociedade capitalista, num papel revolucionário,² fez com que a educação servisse como importante instrumento de absorção da lógica desumanizadora do capital. A educação, nesta perspectiva, funcionaria como principal contribuição ao processo de manutenção do projeto da classe burguesa, materializado dentro das escolas e dos sistemas de ensino por meio de programas e projetos. Pois, ao contrário dos modos de produção anteriores,³ o modo de produção capitalista transformou a educação em um instrumento

² Conforme Marx e Engels: “A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção, isto é, o conjunto das relações sociais” (2018, p. 49).

³ Segundo Marx (1988), os modos de produção são a maneira pela qual as forças produtivas se organizam em determinadas relações num dado momento histórico. E na história da humanidade, antecedendo o do modo de produção capitalista tivemos os modos de produção: Primitivo, Asiático, Escravista e Feudal.

fundamental não só para a preparação da força de trabalho, como também para a sua reprodução e legitimação (FERRETTI, 2009).

Marx e Engels (2018, p. 46), nesse sentido, afirmam que a sociedade burguesa moderna, surgida das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Mas apenas fez substituir “as antigas por novas classes” por novas e atualizadas condições de opressão.

Olhando por essa perspectiva, Borges (2017) considera que, na sociedade do capital, os proletariados são privados da riqueza produzida por eles mesmos, assim como são expropriados dos saberes e das artes. E que a escola se apresenta dividida na sociedade de classes, de um lado temos as escolas projetadas para a classe proprietárias dos meios de produção; de outro, a escola para a classe proletária.

No intuito de alcançar uma formação integral e mais humana, é preciso compreender que o ensino de filosofia deve ser o de embasar o pensar, o refletir e o problematizar de modo que não sejamos sujeitados, mas sujeitos, que não sejamos assenhoreados, mas senhores da nossa própria vida, da nossa própria história e, principalmente, das nossas próprias escolhas, e que estas últimas sejam conscientes.

Confiamos que o ensino de filosofia torna a pessoa mais independente, mais apta a escolher e achar seu próprio caminho. Consoante a isso, a filosofia fornece à educação uma reflexão sobre a sociedade na qual está situada, manifestada como forma de entendimento propiciando ao ser humano a compreensão de sua existência (LUCKESI, 2011).

Por esta senda, devemos considerar a relação intrínseca entre a filosofia e a educação, e compreender, conforme Anísio Teixeira (1959), que as filosofias são, em essência, teorias gerais de educação.

Sobre a relação entre filosofia e educação, Cipriano Luckesi (2011), nos ensina que elas são fenômenos existentes nas sociedades. A filosofia sendo a interpretação teórica das realizações de um grupo social, enquanto a educação é instrumento que compõe essa interpretação. Diz ele:

Filosofia e educação, pois, estão vinculadas no tempo e no espaço. Não há como fugir a essa “fatalidade” da nossa existência. Assim sendo, parece-nos ser mais válido e mais rico, para nós e para a vida humana, fazer esta junção de uma maneira consciente, como bem cabe a qualquer ser humano. É a liberdade no seio da necessidade (LUCKESI, 2011, p. 48).

Cabe observar que a educação brasileira teve forte influência do positivismo,

através das ideias pedagógicas tecnicistas, levando à formação de cidadãos para exercerem o papel de meros trabalhadores manuais, atendendo aos anseios do mercado capitalista e desenvolvimentista, e com isso mantendo a divisão social de classes (SAVIANI, 2019).

Com base no pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista advoga a reordenação do processo educativo de maneira que torne objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico. [...] a pedagogia tecnicista buscou planejar a educação de modo que a dotasse de uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas que pudessem pôr em risco sua eficiência (SAVIANI, 2019, p. 381-382).

Ora, a educação sempre esteve presente na vida dos indivíduos, desde os primórdios da humanidade. A humanidade, por sua vez, foi se transformando conforme a educação também se modificava. De acordo com Saviani (1994), a educação coincide com a própria existência humana e as suas origens se confundem com as origens do próprio homem.

Na concepção marxista, a educação deve ser vista como instrumento de transformação social e não meramente uma reprodutora dos valores da classe dominante. Contudo, a classe dominante percebeu que o caminho para tal fim era interferir no processo de conhecimento, reflexão e discussão do conflito de classes por parte da força trabalhadora. Desta forma, é visível que no processo educativo existe uma dualidade que é uma manifestação específica da dicotomia social própria ao modo de produção capitalista.

Nas palavras de István Mészáros (2008), vemos que:

A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: “fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes”. Em outras palavras, tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes. Em lugar de instrumento de emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse (MÉSZÁROS, 2008, p. 15).

Marise Ramos (2008) expressa a influência do capitalismo sobre o processo educativo no Brasil, refletindo que:

Vemos, então, que a história da dualidade educacional coincide com a história da luta de classes no capitalismo. Por isto a educação permanece dividida entre aquela destinada aos que produzem a vida e a riqueza da sociedade usando sua força de trabalho e aquela destinada aos dirigentes, às elites, aos grupos e segmentos que dão orientação e direção à sociedade. Então, a marca da dualidade educacional do Brasil é, na verdade, a marca da educação moderna nas sociedades ocidentais sob o modo de produção capitalista. A luta contra isso é uma luta contra hegemônica. É uma luta que não dá tréguas e que, portanto, só pode ser travada com muita força coletiva (RAMOS, 2008, p. 2).

Inegável que educação é um instrumento poderoso para a formação humana. No entanto, numa sociedade capitalista, a educação está a serviço da reprodução e perpetuação dos interesses das classes dominantes. Se contrapor a essa ideia, enfrentando-a, pois, a educação deve ter a finalidade mediadora que mantém viva na sociedade suas memórias, costumes e tradições, como também tornar possível a reciprocidade entre indivíduo e sociedade.

Ramos (2008, p. 22) enfatiza que a educação precisa em nossos dias formar o cidadão “pelo” trabalho e “na” vida, e não simplesmente ser engessada com a mera finalidade de formação “para” o trabalho ou “para” vida. Conforme a autora, a finalidade da educação nunca deve ser a formação “para”; seja “para o mercado de trabalho” ou “para a vida”. A formação deve ser sempre “pelo” trabalho e “na vida”.

A formação “para” só reproduz a divisão do trabalho. Para Manacorda (2007),

[...] esta divisão cria unilateralidade e, sob o signo da unilateralidade, justamente, se reúnem todas as determinações negativas, assim como sob o signo oposto, o da onilateralidade (obviamente, muito menos frequente, dado que essa não é ainda coisa deste mundo), reúnem-se todas as perspectivas positivas da pessoa (MANACORDA, 2007, p. 48).

Nessa perspectiva, a disciplina de Filosofia deve estar incluída na educação técnica e profissionalizante integrada ao ensino médio como contribuição para a formação da autonomia dos discentes, num processo formativo que integre as dimensões estruturantes da vida, trabalho, ciência e cultura (CIAVATTA; RAMOS, 2012).

1.2 Uma introdução à Lógica

Com base em Copi (1978) e Lungarzo (1993), lógica e lógico são expressões conhecidas por todos. No uso cotidiano, lógico está vinculado a tudo que é razoável,

ao bom senso, enquanto que ilógico é contrário ao razoável. Em um sentido específico esses termos são utilizados por nós para significar inferência, coerência e conclusão sem contradições. “Todos estes usos podem ser considerados como derivativos de um sentido mais técnico dos termos “lógico” e “ilógico” para caracterizar os argumentos racionais (COPI, 1978, p. 19)”.

Para Chaui (2002), ao utilizarmos os termos lógica e lógico, participamos de uma tradição de pensamento que tem sua origem na Filosofia grega, quando a palavra *lógos* (linguagem, discurso, pensamento e conhecimento) conduziu os filósofos a questionar se o *lógos* obedecia ou não a regras, possuía ou não normas, princípios e critérios para seu uso e funcionamento. E a disciplina filosófica que se ocupa com essas questões é a Lógica.

A lógica tem uma marca etimológica, sua origem provém de um termo grego *lógos*, significa palavra, pensamento, argumento, discurso, razão, empregado por Aristóteles, mas também o foi antes e depois dele. *Lógos* é uma palavra que sintetiza vários significados: expressão, pensamento, discurso, razão. Para Chaui (2002, p. 504), “*lógos* reúne numa só palavra quatro sentidos: linguagem, pensamento ou razão, norma, ou regra, ser ou realidade íntima de alguma coisa”.

Marilena Chaui (2002, p. 357) observa que, a lógica não faz parte de nenhuma classificação aristotélica das ciências, neste sentido a autora aborda que na visão de Aristóteles, “a lógica não é o conhecimento teórico nem prático de nenhum ser, de nenhum objeto”, mas um instrumento para as ciências. Por esse motivo, “a lógica é dita uma disciplina vestibular, um conhecimento que deve anteceder aos outros conhecimentos, sendo por isso instrumental, formal, normativa, doutrina da prova, geral, temporal e propedêutica”.

Segundo o Estagirita, a lógica é um instrumento para o pensamento, como indica o termo grego que foi dado ao conjunto dos tratados lógicos aristotélicos, conhecido como *Órganon*, palavra grega que significa “instrumento” (REALE; ANTISERI, 2003).

Reale e Antiseri (2003) observam que não só o termo *órganon* não foi usado por Aristóteles, como também ele não usou o termo “lógica” para designar aquilo que nós hoje entendemos por ele. Esse termo remonta aos filósofos estoicos, mas, provavelmente, só se consolidou com Alexandre de Afrodísia, um influente comentador das obras aristotélicas.

Chaui (2002) salienta que, Aristóteles, por sua vez, criou a lógica sem lhe dar

um nome, ao substituir a dialética platônica por um conjunto de procedimentos de demonstração e prova, que ele chamava de “analítica”, do grego *analytikós*, que significa “resolução”. E ressalta que dialética e lógica são palavras da mesma família de lógos. No entanto, há diferença entre elas:

A dialética platônica é o exercício direto do pensamento e da linguagem, um modo de pensar que opera com os *conteúdos* do pensamento e do discurso. A lógica aristotélica é um instrumento para o exercício do pensamento e da linguagem, oferecendo-lhes meios para realizar o conhecimento e o discurso. Para Platão, a dialética é um modo de conhecer. Já para Aristóteles, a lógica (ou analítica) é um instrumento para o conhecer (CHAUI, 2005, p. 107).

A lógica aristotélica, persistiu pelos séculos, e, com o fim da Antiguidade, a lógica não passou por mudança essencial. Os megáricos e os estoicos até desenvolveram uma teoria lógica diferente da de Aristóteles. No entanto, essas teorias foram encaradas como opostas, por mais que se complementavam. E, como as obras dos estoicos não resistiram ao tempo, o que ficou conhecido na Idade Medieval como lógica foram apenas os escritos aristotélicos. Tanto que Kant, no prefácio da obra *Crítica da razão pura*, afirma que a lógica tinha sido inventada pronta por Aristóteles e nada mais havia de fazer (MORTARI, 2001).

As grandes modificações introduzidas na lógica, no entanto, ocorreram a partir da metade do século XIX, com a publicação, em 1847, de *Investigação sobre as leis do pensamento*, de George Boole, que deu início à “simbolização”, ou “matematização” da lógica, que consistia em fazer, numa linguagem simbólica, artificial, o que Aristóteles tinha iniciado. Embora Boole tenha enfrentado dificuldades com a simbolização lógica, abriu caminho para o grande avanço da lógica contemporânea, que veio com a obra do filósofo e matemático Gottlob Frege, em 1879, com a publicação da *Conceitografia* (MORTARI, 2001).

Ao contrário de Aristóteles e de Boole, que procuravam identificar as formas válidas de argumento, a preocupação básica de Frege era a sistematização do raciocínio matemático, isto é, encontrar uma caracterização precisa do que é uma demonstração matemática. Assim, a partir do momento que Frege faz uso da linguagem artificial, à maneira da matemática, faz com que a lógica moderna passe a ser denominada simbólica ou matemática, em contrapartida à lógica aristotélica ou tradicional (MORTARI, 2001).

Frege percebeu que os matemáticos da época, frequentemente, cometiam

erros em suas demonstrações sem o perceberem. Tentando corrigir isso, Frege procurou formalizar as regras de demonstração, partido de regras elementares, básicas, cuja aplicação não ocorresse dúvidas. O resultado que revolucionou a lógica foi a criação do cálculo de predicados ou lógica de predicados (MORTARI, 2001).

A partir daí o que muda no surgimento da lógica simbólica em relação à lógica tradicional, aristotélica, é o uso de uma linguagem artificial, de símbolos que representam as proposições e suas relações ou conexões.

Dessa maneira, para analisar a validade de um argumento podemos deixar de lado o seu "conteúdo", concentrando-nos apenas em seus aspectos formais. Aristóteles, com sua teoria do silogismo, já havia dado um passo nessa direção, ao substituir alguns termos, como 'gato' e 'mamífero', por variáveis tais como A, B etc. A lógica contemporânea levou esse processo mais adiante: não apenas usamos letras para indicar certos termos, mas também símbolos para outras expressões, como 'todo' e 'algum'. Isto é, a lógica, hoje em dia, faz uso de linguagens artificiais (ou linguagens formais) (MORTARI, 2001, p. 61).

Por esse prisma, a lógica simbólica não difere da lógica tradicional em essência, mas distingue-se dela, ao desenvolver uma linguagem artificial, à maneira da matemática, tornando-se um instrumento mais eficaz para a análise e dedução formal, como destaca Copi (1978):

O uso de uma notação lógica especial não é peculiar à lógica moderna. Aristóteles, o fundador dessa disciplina na Antiguidade, usou certas variáveis para facilitar seu próprio trabalho. A este respeito, embora a diferença entre a lógica moderna e a lógica clássica não seja de essência, mas de grau, a diferença em grau é tremenda. A maior extensão em que a lógica moderna desenvolveu a sua própria linguagem técnica especial tornou-a um instrumento incomensuravelmente mais poderoso para a análise e a dedução. Os símbolos especiais da lógica moderna ajudam-nos a expor, com maior clareza, as estruturas lógicas de proposição e argumentos, cuja formas podem ser obscurecidas pela pouca maleabilidade da linguagem correta (COPPI, 1978, p. 225-226).

Desse modo, Lungarzo (1993) menciona que Leibniz, criador do cálculo infinitesimal, foi o primeiro filósofo e matemático a conceber a ideia de usar a linguagens artificiais, no século XVII. Assim como a álgebra possui símbolos próprios, assim também a lógica deveria ser uma linguagem perfeita. A ideia de Leibniz era desenvolver uma língua filosófica, que seria uma linguagem simbólica artificial espelhando a estrutura dos pensamentos.

Segundo Chauí (2002), apesar de Leibniz ter proposto o uso da linguagem artificial, ele não chegou a desenvolvê-la. A lógica, na verdade, só começou a fazer

uso de linguagens artificiais no século XIX, com a publicação das obras: *Análise matemática da lógica*, de Boole, e *Lógica formal*, de Morgan, ambas em 1847. Coube a Frege e mais tarde ao filósofo inglês Bertrand Russell e Alfred North Whitehead completar e consolidar a grande transformação da lógica.

Destarte, pode-se dizer que uma linguagem artificial consiste em um conjunto de símbolos e/ou caracteres, denominado de alfabeto de linguagem, junto com regras de formação, sendo um conjunto de regras que dizem combinar estes símbolos para formar as expressões da linguagem, ou seja, os termos e as fórmulas. Ressaltando que, “o que faz com que uma linguagem artificial qualquer seja uma linguagem da lógica é o significado fixo que atribuímos a certos símbolos: os símbolos lógicos” (MORTARI, 2001, p. 121).

Neste sentido, cada sentença simples (expressões de proposições), pode ser substituída por uma letra sentencial (letras do nosso alfabeto). Assim, uma letra sentencial pode simbolizar qualquer sentença: Por exemplo, usar a letra “p” para simbolizar a sentença “Aristóteles é um filósofo”. Ao realizarmos a simbolização da sentença, ela tornar-se uma fórmula. A fórmula, na linguagem do cálculo de predicado, pode ser simples (atômicas), tais como “O gato mia”, ou compostas (moleculares), tal como “2 é par e 3 é ímpar” (MORTARI, 2001).

Segundo Mortari (2001), a partir de fórmula simples, fazemos combinações entre sentenças de fórmula complexa ou molecular, que contém as duas premissas do argumento como partes, por meio de operadores lógicos ou conectivos.

Os conectivos lógicos (ou operadores lógicos) são termos e expressões que estão frequentemente presentes nas proposições compostas, tais como a negação “**não**”, a conjunção “**e**”, a disjunção (inclusiva ou exclusiva) “**ou**”, o condicional (ou implicação) “**se...então**” e o bicondicional (ou equivalência) “**se e somente se**”.

Para Copi (1978, p. 227) “todo enunciado é verdadeiro ou falso, cada enunciado tem um valor verdade – em que o valor de verdade de um enunciado é verdadeiro e valor de verdade de um enunciado falso é falso”. Sendo que, esses valores podem ser representados pelas letras “V” e “F”, e expresso mais sucintamente por meio de uma tabela de verdade.

Copi (1978, p. 228) entende que “a negação (ou contradição, ou negativa) de um enunciado é, frequentemente, formada pela inserção de um “nã” no enunciado original”. Para expressar a negação de um enunciado usar-se o símbolo til “~” ou separador “¬”. Assim, se um enunciado “p” for verdadeiro, a sua negação “~p” será

falsa; se o enunciado “p” for falso, a sua negação “ $\sim p$ ” será verdadeira. Destarte, Copi (1978, p. 228) explica que,

se p é um enunciado qualquer, a sua negação escreve-se $\sim p$. É óbvio que o til é um operador funcional-de-verdade. A negação de todo o enunciado verdadeiro é falsa, e a negação de todo enunciado falso é verdadeira. Este fato pode ser expresso por meio de uma tabela de verdade muito simples:

p	$\sim p$
V	F
F	V

A conjunção⁴ é uma função de verdade de dois enunciados que se combinam pela palavra “e”, cujo símbolo é o ponto “.” ou o circunflexo “^”. Assim, o enunciado composto “2 é par e 3 é ímpar”, pode ser escrito: “ $p \wedge q$ ” (ou $p.q$). Considerando a relação dos conjuntivos, a conjunção “ $p \wedge q$ ” é verdadeira se “p” e “q” são ambas verdadeiras; caso contrário, é falsa. A determinação do valor de verdade pode ser representada pela tabela de verdade a seguir (COPI, 1978):

Quadro 1: Conjunção

p	q	$p . q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Fonte: Copi (1978, p. 228).

A disjunção (ou alternância) corresponde a “ou” em português. Em português, esta palavra tem dois sentidos: um inclusivo (cujo símbolo é a cunha “v”) e um exclusivo (cujo símbolo é duplo vê “w”). O sentido inclusivo é aquele de “e/ou”, isto é, tem o sentido de um ou outro, possivelmente ambos. Por exemplo, “Natan costuma ir ao IFAL a pé ou de bicicleta”, isso significa que Natan tanto pode ir de uma maneira ou de outra, sendo as duas alternativas verdadeiras, isto é, inclusiva. O sentido exclusivo representa uma alternância: ou uma coisa ou outra, mas não ambas. Por exemplo, “No Exame de Seleção do IFAL, Naty pode escolher Guia de Turismo ou Meio Ambiente”, caso em que uma escolha exclui a outra. A tabela de verdade, para

⁴ A conjunção é um enunciado composto funcional-de-verdade, de modo que nosso símbolo do ponto é um conetivo funcional-de-verdade, ou extensional. Dados quaisquer dois enunciados p e q , só existem quatro conjuntos de valores de verdade que lhe possamos atribuir (COPI, 1978, p. 227-228).

a disjunção são:

Quadro 2: Disjunção inclusiva e exclusiva

p	q	$p \vee q$	p	q	$p \wedge q$
V	V	V	V	V	F
V	F	V	V	F	V
F	V	V	F	V	V
F	F	F	F	F	F

Fonte: Copi (1978, p. 230).

Como se vê, uma disjunção inclusiva só é falsa no caso de ambos os disjuntivos serem falsos. No caso da disjunção exclusiva, somente um dos disjuntivos pode ser verdadeiro, nunca ambos.

No enunciado condicional (ou implicação), afirma-se que seu antecedente implica seu conseqüente. A expressão usada para a condicional possui a forma “se...então”, representada pelo símbolo “ \rightarrow ” (fecha). Em termos de valores de verdade, a forma “se p, então q” são consideradas falsas em apenas uma condição: quando “p” é verdadeiro e “q” é falso. Em todos os outros casos, consideramos os enunciados verdadeiros (COPI, 1978).

A condicional não sugere qualquer conexão entre o antecedente e o conseqüente. O que se pode afirmar é que, de fato, não é possível de o antecedente ser verdadeiro, quando o conseqüente é falso. No exemplo: “Se Sócrates nasceu em Atenas, então Sócrates é grego”, devemos perceber que o símbolo da condicional é um conectivo funcional-de-verdade, tais como os símbolos para a conjunção e a conjunção. Como tal, pode ser definido pela seguinte tabela de verdade (COPI, 1978):

Quadro 3: Condicional

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

Fonte: Copi (1978, p. 239).

A bicondicional (ou equivalência) corresponde a uma condicional nas duas direções: “ $p \leftrightarrow q$ ”. Os enunciados são equivalentes em valor de verdade, quando são ambos verdadeiros ou ambos falsos. A bicondicional é uma função de verdade expressa pelo símbolo “ \leftrightarrow ” que pode ser lido como “se e somente se”. No enunciado bicondicional: “vou ao cinema se e somente se eu receber” pode ser definido pela

seguinte tabela de verdade:

Quadro 4: Bicondicional

p	q	$p \leftrightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	V

Fonte: Copi (1978, p. 252).

Percebe-se que as tabelas de verdade de enunciados compostos, dependendo dos enunciados simples, servem para identificar os enunciados de acordo com seus valores de verdade e falsidade. Sob esse aspecto, poderemos notar a existência de algumas fórmulas cujo valor de verdade é sempre verdadeiro (tautologia), sempre falso (contradição), ou verdadeiro e falso simultaneamente (contingência), qualquer que seja o valor atribuído às fórmulas atômicas que nela ocorrem (MORTARI, 2001).

Quadro 5: Quadro resumo

Proposição	Verdade	Falso
$p \text{ e } q (p \wedge q)$	Ambos verdadeiros	Nos demais casos
$p \text{ ou } q (p \vee q)$	Pelo menos uma verdade	Ambos falsos
$\text{ou } p \text{ ou } q (p \vee q)$	Uma e apenas uma verdade	Nos demais casos
$\text{se } p, \text{ então } q (p \rightarrow q)$	Nos demais casos	O antecedente verdadeiro e o conseqüente falso
$p \text{ se e somente se } q (p \leftrightarrow q)$	Valores lógicos iguais	Nos demais casos

Fonte: O autor 2021.

Segundo Mortari (2001), a utilização de uma simbologia apropriada provocou mudanças profundas na lógica, há diversos tipos de argumentos que podem ser formalizados através da lógica simbólica; contudo, existem argumentos que não são possíveis de serem formalizados pelos métodos tradicionais, como por exemplo, o tempo. Nesse sentido, novos sistemas lógicos se desenvolveram: *as lógicas complementares*, no sentido de estender aspectos da lógica, e *as lógicas alternativas*, no sentido de substituir alguns fundamentos dela.

As lógicas complementares ou lógicas ampliadas consideram que a lógica clássica está correta dentro dos seus limites, mas precisa ser ampliada para conseguir formalizar argumentos antes não representáveis por ela. Acrescentando novos operadores e regras à linguagem (os quais não são funções de verdade), denominados operadores intensionais. Estes operadores definirão o tipo da lógica

complementar, que poderá ser modal, temporal, epistêmica, deôntica, entre outras (MORTARI, 2001).

As lógicas alternativas, ou heterodoxas, partem do princípio que a lógica clássica está errada e precisa ser substituída, pelo menos, algumas coisas nela precisam. Dentre as lógicas alternativas, destaca-se a lógica polivalente, intuicionista, relevante, paraconsistente, e outra mais (MORTARI, 2001).

Segundo Copi (1978, p. 20), “a lógica tem sido frequentemente definida como a ciência das leis do pensamento. Mas esta definição, conquanto ofereça um indício sobre a natureza da lógica, não é exata”. De acordo Lungarzo (2003, p. 30), “a lógica não é a única ciência preocupada com o pensamento. Como atividade individual, o pensamento é também assunto da psicologia”.

[...], o pensamento é um dos processos estudados pelos psicólogos. A lógica não pode ser “a” ciência das leis do pensamento, porque a psicologia também é uma ciência que trata das leis mentais (entre outras coisas). E, se “pensamento” é qualquer processo mental que se produz na psique das pessoas, nem todo o pensamento constitui um objeto de estudo para o lógico (COPI, 1978, p. 20).

Para Lungarzo (2003, p. 30), “a lógica não está preocupada com o processo de produção do pensamento. Pelos menos, não a lógica formal pura”. Esse entendimento segue a direção do que pensa Copi (1978, p. 21), que afirma, “ao lógico só interessa a correção do processo, uma vez completado. A distinção entre o raciocínio correto e incorreto é o problema central que incumbe à lógica trata”.

Mas, enfim, aconteça consciente ou inconscientemente, o raciocínio é um processo mental. Porém, não é de interesse da lógica investigar como esse processo ocorre: ainda que a lógica muitas vezes seja caracterizada como a “ciência do raciocínio”, ela não se considera de modo algum parte da psicologia. A lógica não procura dizer como as pessoas raciocinam (mesmo porque elas “raciocinam errado” muitas vezes), mas se interessa primeiramente pela questão de se aquelas coisas que sabemos ou em que acreditamos – o ponto de partida do processo – de fato constituem uma boa razão para aceitar a conclusão alcançada, isto é, se a conclusão é consequência daquilo que sabemos (MORTARI, 2001, p. 6).

Em um sentido estrito, mais que ciência das leis do pensamento ou ciência do raciocínio, para Mortari (2001, p. 2) a lógica é “a ciência que estuda princípios e métodos de inferência, tendo o objetivo principal de determinar em que condições certas coisas se seguem (são consequência), ou não, de outras”.

De acordo com Copi (1978, p. 21), “a inferência é o processo pelo qual se chega

a uma proposição, afirmada na base de uma ou mais proposições aceitas como ponto de partida do processo”. Contudo, a lógica não está interessada no processo de inferência, mas sim em algo que resulta de processo, os argumentos.

Vimos que, não existe uma única lógica. A lógica tradicional por muito tempo representava uma forma definitiva de organização do pensamento, a tal ponto que, no século XVIII, Kant afirma ser a lógica uma ciência completa, acabada, desde Aristóteles. O que não correspondeu à realidade dos fatos. Isso não significa que tenha sido derogada, há muitas situações em que a análise depende dela. Há, no entanto, como vimos, lógicas que não só complementam como rivalizam com a tradicional.

Enfim, a lógica é uma área de estudo muito importante para o desenvolvimento humano, uma vez que os seres humanos se relacionam uns com os outros e necessitam adotar um meio para a comunicação e para o exercício crítico da cidadania. Nesse sentido, pode-se dizer que a lógica é um instrumento do pensamento para pensarmos corretamente, pois ela nos permite distinguir os argumentos corretos dos incorretos.

1.3 A história das histórias em quadrinhos

A origem das histórias em quadrinhos é muito discutida e tentar definir quando foi criada a primeira história em quadrinhos é uma tarefa difícil e subjetiva. Para Carvalho (2006, p. 23), “quem sabe quando surgiram as histórias em quadrinhos (HQs) pode se considerar um *expert* no assunto. Isso porque ninguém pode afirmar ao certo quando elas surgiram”.

Há quem afirme que o surgimento da história em quadrinhos reporta-se ao berço das primeiras manifestações abstratas e criativas do ser humano, onde se encontravam pintadas na parede cenas de caça numa narração de gravuras sem texto verbal. Isso é corroborado por Rama e Vergueiro (2012) que afirmam:

Assim, quando o homem das cavernas gravava duas imagens, uma dele mesmo, sozinho, e outra incluindo um animal abatido, poderia estar, na realidade, vangloriando-se por uma caçada vitoriosa, mas também registrando a primeira história contada por sucessão de imagens. Bastaria, então, enquadrá-las para se obter algo muito semelhante ao que modernamente se conhece como histórias em quadrinhos (RAMA; VERGUEIRO, 2012, p. 8-9).

Para ilustrar esse argumento, Moya (1986) afirma que, Pablo Picasso teve mágoas por não ter feito histórias em quadrinhos, apesar de ter uma fase influenciada pelas pinturas das cavernas. E, como é sabido por todos, os quadrinhos retomaram a linguagem simples e universal das pinturas rupestres.

Diante de tais perspectivas, entende-se que a origem das histórias em quadrinhos e expressões gráfico-visuais surgiu a partir de desenhos (pinturas de animais e da natureza) nas rochas e nas paredes das cavernas, muito antes do ser humano desenvolver a escrita.

Outra possível origem encontra-se em registros da Antiguidade, com papiros do antigo Egito e da Mesopotâmia que relatam, por exemplo, em forma de desenhos sequenciados, as aventuras dos deuses, sua mitologia e as grandes realizações faraônicas; ou da Idade Média, em que gravuras e tapetes narram o surgimento do cristianismo e episódios de batalhas estampadas em pinturas a óleo.

Como se vê, a trajetória histórica dos quadrinhos é bem antiga, surgiu muito antes da invenção da escrita, mais especificamente, nas narrativas que remontam aos registros pictográficos denominados pinturas ou arte rupestre da antiguidade. Entendidos dessa forma, “estudiosos apontam as inscrições que nossos antepassados deixaram nas cavernas, no período pré-histórico, como a origem mais remota das histórias em quadrinhos” (IANNONE, L.; IANNONE, R., 1994, p. 10).

Edgard Guimarães (2010) assim se refere a esse tema:

História em Quadrinhos é a forma de expressão artística que tenta representar um movimento através do registro de imagens estáticas. Assim, é História em Quadrinhos toda produção humana, ao longo de toda sua História, que tenha tentado narrar um evento através do registro de imagens, não importando se esta tentativa foi feita numa parede de caverna há milhares de anos, numa tapeçaria, ou mesmo numa única tela pintada. Não se restringem, nesta caracterização, o tipo de superfície empregado, o material usado para registro, nem o grau de tecnologia disponível (GUIMARÃES, 2010, p. 30).

Mas, foi após a invenção da impressão, por Gutemberg (século XV), que tudo se precipitou, a difusão da imagem impressa começou a invadir o mundo. Os textos escritos – folhetins ilustrados, pôsteres, romances seriados – puderam ser difundidos para as massas (MOYA, 1977).

No entanto, as histórias em quadrinhos, como a conhecemos hoje, começaram a surgir no final do século XIX, simultaneamente, no Brasil, na França e nos Estados Unidos, expandindo-se, posteriormente, para outros países.

Vale lembrar que, a partir do século XIX, obras precursoras dos quadrinhos modernos começaram a surgir através de pôsteres em imagens seriadas. Em 1827, o pintor suíço Rudolph Töpffer criou o romance seriado *Les Amours de Monsieur Vieux-Bois*, em 1845, o psiquiatra alemão Heinrich Hoffmann publicou *Struwwelpeter* (história de um menino distraído e malcomportado), em 1865, o escritor alemão Wilhelm Busch publicou também a gênese de dois garotos traquinos dos quadrinhos na obra *Max und Moritz*. (MOYA, 1977).

A princípio, as histórias em quadrinhos têm seus primeiros registros da maneira que conhecemos nas produções do jornalista e caricaturista ítalo-brasileiro Angelo Agostini, com *As Aventuras do Nhô-Quim* (1869) e nas publicações de Richard Fenton Outcalt no New York Word, de 1895, *The Yellow Kid* – o menino amarelo – (MOYA, 1977).

Há quem diga que a primeira HQ foi criada por um ítalo-brasileiro, Angelo Agostini, em 30 de janeiro de 1869. Essa história, batizada de *As aventuras de Nhô Quim* (ou Impressões de uma viagem à corte). [...] Já os estadunidenses garantem que o pioneiro é deles: Richard Outcaut. Em 1895, Outcaut publicava em um dos maiores jornais de Nova York (e, consequentemente, dos Estados Unidos) o personagem Mickey Doogan, mais conhecido como The Yellow Kid (CARVALHO, 2006, p. 23-24).

Mais recentemente, em outubro de 2015, o colecionador estadunidense Eric Caren encontrou um anúncio de página inteira de um jornal, de 1831, sem identificação de título, uma publicação chamada “*The Comic Mirror*” (ilustração 1) apresentada como um conceito “sem precedentes nos Estados Unidos” e que seria publicada no ano seguinte, em 1832. Essa pode ter sido a primeira história em quadrinhos na história.

Ilustração 1: Anúncio de jornal de 1831 possivelmente a origem das HQs



Fonte: <http://universohq.com/noticias/uma-incrivel-descoberta-sobre-a-provavel-primeira-hq-do-mundo/> (Acesso em: 16/11/20)

No entanto, Carvalho (2006) afirma que:

Se voltarmos os olhos para o Oriente, descobriremos que, no Japão, já se faziam quadrinhos séculos antes de brasileiros e estadunidense nem sequer pensarem neles: Tobae Sankokushi, uma história em quadrinhos japonesa (ou mangá, como eles chamam por lá), já havia sido publicada em 1702 (CARVALHO, 2006, p. 24).

Conforme Luyten (1985, p. 16), as origens das histórias em quadrinhos estão nas civilizações europeias, “onde as inscrições rupestres nas cavernas já revelaram a preocupação de narrar os acontecimentos através de desenhos sucessivos”. Na mesma linha de compreensão, Carvalho (2006) expõe que:

De mais a mais, não seriam, de certa forma, histórias em quadrinhos as pinturas rupestres que o homem das cavernas fazia, ilustrando seu dia-a-dia? Ali, temos desenhos que contam histórias, com começo, meio e fim. Faltam os balões com texto, mas como exigir isso de culturas que nem haviam desenvolvido a escrita? Como se vê, é mesmo uma discussão difícil, subjetiva e, talvez, inútil (CARVALHO, 2006, p. 24).

Portanto, dentro de um imenso leque de cenário, tentar definir quando foi feito o primeiro quadrinho da história ou mesmo decifrar quem o fez primeiro, parece ser cada vez menos importante, difícil e subjetivo; dado ao fato de que ninguém sabe ao certo quando ele surgiu. Mas, independentemente de quando e onde surgiu, é possível afirmar que a origem dos quadrinhos se confunde com a história da humanidade.

1.3.1 Breve história das histórias em quadrinhos no Brasil, de Angelo Agostini ao Festival Internacional de Quadrinhos

Na visão de Moya (1986, p.220), “a data oficial da primeira ilustração (*cartoon*) brasileira foi estabelecida como 14 de dezembro de 1837, sob o título *A Campainha e o Cujo*, feita por Manuel Araújo Porto-Alegre (1806-1879)”.

Entretanto, a origem das histórias em quadrinhos ocorreu da vertente humorística da imprensa (cartuns, charges e caricaturas), tendo em Angelo Agostini (1843-1910), um dos mais importantes intelectuais humoristas da imprensa ilustrada do século XIX. Sendo que, na imprensa ilustrada paulista, com Luís Gonzaga Pinto da Gama e Sizenando Barreto Nabuco de Araújo, funda o seminário liberal o *Diabo Coxo* (1864-1865), nome inspirado no periódico italiano Diavolo Zoppo e cria, com

Américo de Campos e Antônio Manuel Reis, o jornal *O Cabrião* (1866-1867), este de curta existência (GUIMARES, 2010).

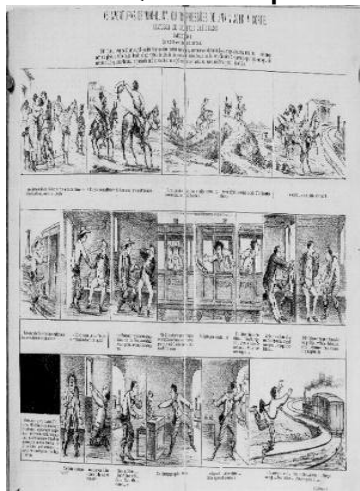
A participação de Agostini, na imprensa caricata fluminense, iniciou no periódico *O Arlequim* (1867-1868), que deixou de circular no final de 1868, para dar lugar a *Vida Fluminense* (1868-1875) e em *O Mosquito* (1872-1875). Em 1895, criou o jornal *Don Quixote* (1895-1903), trabalhou na *Gazeta de Notícias*, na *Leitura para Todos* e em *O Malho* (1902-1953). Além disso, colaborou na revista infantil *O Tico-Tico*, cujo o desenho do título é de sua autoria (CARDOSO, 2013).

Foi através das *As aventuras do Nhô-Quim ou Impressões de uma viagem à corte*, considerada a primeira história em quadrinhos nacional, publicada pela primeira vez em 30 de janeiro de 1869 no periódico a *Vida Fluminense* e *As Aventuras do Zé Caipora*, publicada em 27 de janeiro 1883 no periódico *Revista Illustrada* que, Ângelo Agostini se tornou o precursor das histórias em quadrinhos e charges políticas no Brasil.

Dentro dessa perspectiva, explica Cardoso (2013) que *As Aventuras de Nhô-Quim* foi a primeira história brasileira em quadrinhos de longa duração e uma das primeiras no âmbito mundial.

Agostini escreveu e desenhou *As Aventuras de Nhô-Quim* (ilustração 2) no clima das ideias abolicionistas republicanas, nelas relata as desventuras de um homem simples, ingênuo e trapalhão do interior que é exilado na Corte pela família para tecer uma sucessão de críticas irreverentes aos problemas urbanos, modismos, costumes sociais e políticos da época (CARDOSO, 2013).

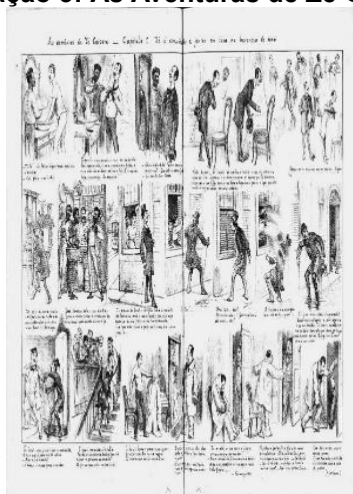
Ilustração 2: As Aventuras de Nhô-Quim ou Impressões de uma Viagem à Corte



Fonte: http://memoria.bn.br/pdf/709662/per709662_1869_00057.pdf (Acesso em: 03/08/20).

As Aventuras de Zé Caipora (ilustração 3) narram as desventuras e peripécias de um homem urbano, José Corimba. A alcunha, Zé Caipora, deve-se a sua sina de azarado, já que suas aventuras iniciais são marcadas pelas imensas trapalhadas e pela falta de sorte que acompanhava o primeiro herói brasileiro da nona expressão artística da humanidade⁵ (CARDOSO, 2013).

Ilustração 3: As Aventuras de Zé Caipora



Fonte: http://memoria.bn.br/pdf/332747/per332747_1883_00331.pdf (Acesso em: 03/08/20).

Segundo Cardoso (2013), três aspectos se apresentam no tocante a Zé Caipora personagem do folclore brasileiro: É um herói cômico, aventureiro e romântico. A título de uma classificação mais específica, pode-se dizer que na apreciação da literatura em quadrinhos:

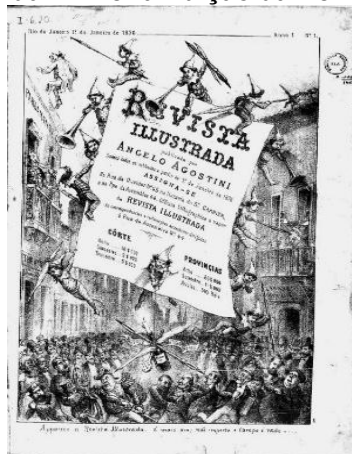
As Aventuras de Zé Caipora dão a sensação de estar como um todo no Brasil. Suas aventuras são o único repositório iconográfico sequencial dos usos e costumes rurais e urbanos do fim do Segundo Império e do começo do século XX. (...) E foram o primeiro folhetim ilustrado e a primeira novela gráfica. Nem na Europa e nem nos Estados Unidos houve obra semelhante. Recuperá-la e difundi-la pela mídia, livros e revistas especializados, revolucionará a cronologia, a hierarquia e o mérito dos precursores da técnica da história em quadrinhos (CARDOSO, 2013, p. 30).

Nesse contexto, vale ainda ressaltar que Agostini foi fundador da *Revista Ilustrada* (ilustração 4), um periódico humorístico ilustrado publicado na corte

⁵ As HQs são consideradas a nona expressão artística da humanidade, a saber: 1.Música, 2.Artes Cênicas, 3.Pintura, 4.Arquitetura, 5.Escultura, 6.Literatura, 7.Cinema, 8.Fotografia, 9. Histórias em Quadrinhos.

brasileira, com circulação semanal, criado em 1º de janeiro de 1876 a 1898 com a publicação de seu último exemplar. Em suas oito páginas (quatro para textos e quatro para charges), versava sobre os mais diversos temas da sociedade imperial/republicana, como a política, a literatura, as artes em geral e os costumes da população (PIRES, 2010).

Ilustração 4: Capa da Primeira Edição da Revista Illustrada, 1876



Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=332747&pagfis=1> (Acesso em: 03/08/20).

Outra expressiva contribuição de Ângelo Agostini foi a criação do logotipo da primeira revista brasileira a publicar regularmente histórias em quadrinhos *O Tico-Tico* lançada pela editora *O Malho*, no dia 11 de outubro de 1905, tendo como personagem principal *Chiquinho*, um garotinho loiro de cabelos longos e seu cachorro *Jagunço*. Na realidade, Chiquinho era uma cópia não-autorizada de Buster Brown e Jagunço, cópia de Tige. *O Tico-Tico* era uma revista destinada ao público infantil, diferente dos gibis que conhecemos hoje em dia, trazia poucas páginas com quadrinhos. O resto era passatempos e textos diversos como, curiosidade, fábulas e fatos sobre a história do Brasil (LUYTEN, 1985).

Acredita-se que ao longo dos anos, a revista *O Tico-Tico*, a mais longeva publicação periódica dirigida à infância no país de 1905 a 1962, editada ininterruptamente por mais de cinco décadas, foi se enriquecendo com a colaboração de desenhistas famosos. E, devido a este fato, tenha sido a primeira do mundo a apresentar histórias em quadrinhos completas. Tais como a história de *Reco-Reco*, *Bolão e Azeitona*, por Luiz Sá; *Bolinha e Bolonha*, por Nino Borges e *Zé Macaco e Faustina*, por Alfredo Storni (VERGUEIRO, 2017).

Em 14 de março de 1934, foi lançada como apêndice semanal do Jornal *A*

Nação, por Adolfo Aizen, o *Suplemento Infantil*, título posteriormente modificado para *Suplemento Juvenil* que, de certa maneira, pode ser vista como a introdução de comics norte-americano no mercado brasileiro. O *Suplemento Juvenil* não foi a única revista com quadrinhos a seguir o modelo de séries americanas, com o resultado do seu sucesso, em pouco tempo outras publicações foram lançadas no mercado, em setembro de 1929, começou a ser publicado um suplemento denominado *Gazeta Infantil* – batizada pelos leitores como *A Gazetinha* –, o *Mundo Infantil*, *O Lobinho*, *Mirim* e *O Globo Juvenil* uma imitação do *Suplemento*, de Roberto Marinho (VERGUEIRO, 2017).

A *Gazetinha*, desde sua criação em 1929, passou por três curtos períodos de publicações, o primeiro período de 1929 até outubro de 1930, o segundo e mais produtivo período, de 1933 a 1940, nessa fase de circulação o suplemento publicou muitas histórias em quadrinhos estrangeiras, por exemplo, *Superman* e *O Conde de Monte Cristo*. Infelizmente, em 1939, estoura a Segunda Guerra e o último período de publicação do suplemento retornou às bancas de jornal em 1948 até o encerramento em 1950 (VERGUEIRO, 2017).

No entanto, pode-se afirmar que a revista *Gibi*, criada em 12 de abril de 1939, – “a palavra “gibi”⁶, a rigor, significa “moleque”, mas essa revista ficou tão popular entre os seus leitores que emprestou o seu nome para designar tudo o que é revista de história em quadrinhos” (LUYTEN, 1985, p. 70) –, lançada por Roberto Marinho como concorrente da revista chamada inicialmente *Suplemento Infantil*, título posteriormente modificado para *Suplemento Juvenil*, firmou-se nacionalmente o nome revista em quadrinhos. (MOYA, 1977, p. 203).

Curiosamente, a revista *Gibi* deu origem a revista *Gibi Mensal*, “que se manteve nas bancas até o início da década de 1960, com mais de 300 edições publicadas e com a divulgação de dezenas de personagens dos quadrinhos norte-americanos” (VERGUEIRO, 2017, p. 40).

Em 1945, Adolfo Aizen fundou a *Editora Brasil-América Latina* (EBAL), que se

⁶No Brasil as HQs também são chamadas de gibis, em uma referência ao nome de uma das revistas de maior sucesso no país. Gibi se tornou sinônimo de HQs. Comics é o nome dado as histórias em quadrinhos nos Estados Unidos, uma referência a sua origem cômica nas tiras de jornal. Também são chamadas de bandas desenhadas (Portugal), historietas (Argentina e outros países da América do Sul), Mangá (no Japão) e algumas vezes sinalizadas apenas como arte sequencial, entre outros muitos nomes.

caracterizou por somente editar histórias em quadrinhos. Segundo Vergueiro (2017, p. 43-44), essa editora foi “durante mais de trinta anos, uma das maiores produtoras de revistas de histórias em quadrinhos da América do Sul. E responsável pela popularização dos principais super-heróis norte-americanos no Brasil”. Por seu conteúdo e pela distribuição nacional, a *EBAL* intensificou a produção de histórias em quadrinhos completas tipo comic books, trazendo para o Brasil revistas de personagens como o *Capitão Marvel*, *Superman*, *Batman*, *Tocha humana* e o *Príncipe Valente*. Em julho de 1949, surgiu a *Editora Abril*, cujos quadrinhos centralizaram-se, desde o início, nas publicações das histórias de Walt Disney.

Nos anos 1950, floresceram no Brasil pela Editora *EBAL* diversos quadrinhos independentes, entre as revistas em história em quadrinhos, destaca-se as *Edições Maravilhosas*, que quadrinizava obras literárias tanto estrangeiras como nacionais. Entre elas, *O Guarani*, de José de Alencar (LUYTEN, 1985).

Além dessa revista, a *EBAL* publicou no mercado outras coleções de histórias em quadrinhos feitas por artistas brasileiros. A *Série Sagrada*, publicada de 1953 a 1959, com segunda edição a partir de 1969, a revista concentrava-se na vida dos santos da Igreja Católica. Na década de 1970, surgiu a revista *Clássicos Ilustrados da Literatura Brasileira*, a coleção trazia histórias em quadrinhos sobre obras clássicas da literatura brasileira. A editora, antes de abandonar o mercado de história em quadrinhos entre os anos de 1970 a 1980, lançou a coleção *História do Brasil em Quadrinhos* (VERGUEIRO, 2017).

A *Editora Abril*, criada na cidade de São Paulo, por Victor Civita em 1950, foi a editora responsável pela publicação semanal das histórias em quadrinhos Disney no Brasil. Em 1970, buscando aumentar sua participação no mercado de história em quadrinhos, publicou junto com o quadrinista Maurício de Sousa a primeira revista em quadrinhos da *Turma da Mônica*. Em 1979, assumiu a publicação das histórias de super-heróis da Marvel Comics e, em 1984, os personagens da DC Comics.

Maurício de Sousa, amante da arte dos desenhos desde a infância, criou seu primeiro personagem, o cãozinho *Bidu*, e seu dono – *Franjinha*, que teve sua primeira publicação na *Folha de São Paulo*, em 18 de julho de 1959. A partir da década de 1960, surgiram diversos outros personagens, Cebolinha e Piteco (1962), Cascão (1963), Magali (1964) e Mônica, que viraria a sua marca registrada, foi criada em 1964 e, em 1970, ganhou sua própria revista em quadrinhos (CARVALHO, 2006). “A turma da Mônica em 1982, se transformaria num dos primeiros desenhos animados

brasileiros de longa metragem” (LUYTEN, 1984, p. 47).

Em outubro de 1960, Ziraldo cria algo genuinamente nacional no campo das histórias em quadrinhos: *O Pererê* foi uma revista em quadrinhos de periodicidade mensal, cuja figura central é o saci, um personagem cujas aventuras abordavam temáticas ecológicas ou educacionais, publicado pela Empresa Gráfica *O Cruzeiro*, durante o período de outubro de 1960 a abril de 1964. Outro personagem de Ziraldo foi *O Menino Maluquinho*, série de HQs que foi baseada no livro infantil de mesmo nome publicado em 1980 (IANNONE, L.; IANNONE, R., 1994).

Com o advento do golpe militar no Brasil, os quadrinhos sofreram uma onda de repressão semelhante ao que houve às comics nos Estados Unidos em 1954 pela *Comics Magazine Association of America* (Associação das Revistas em Quadrinhos da América). Com a implantação do *O Comics Code Authority*⁷ (Código de ética das Histórias em Quadrinhos), as histórias em quadrinhos, antes de chegarem a uma banca de jornal, obrigatoriamente, passariam pelo crivo dos syndicates, que na sociedade norte-americana impôs várias restrições aos comics. Os quadrinhos recebiam um selo de controle, “que impuseram censura rígida em todos os sentidos, o que levou alguns autores a abandonar os seus trabalhos” (LUYTEN, 1984, p.31-32).

As décadas de 1960 e 1970 constituíram uma época bastante conturbada para a sociedade brasileira, submergida em uma ditadura militar que via qualquer tentativa de liberação dos costumes como uma ameaça à ordem constituída. Nesse período, as manifestações artísticas e culturais foram submetidas a rígida censura, impedindo a livre manifestação das ideias (VERGUEIRO, 2017, p. 121).

Os Syndicates ou agências distribuidoras surgiram por volta de 1840, no início, para prover os jornais rurais estadunidenses e, em consequência do acirramento da disputa pelo público leitor, os syndicates proliferaram, Hearst em 18 de outubro de 1896, “motivando um dos primeiros processos autorais na imprensa, abre caminho para a posterior formação de *trustes* econômicos americanos para distribuir – sob o nome de *Syndicates*” (MOYA, 1977, p. 37).

⁷ Para fazer frente a visão do dr. Wertham e de outros segmentos da sociedade, ao final da década de 1940 alguns editores norte-americanos reunidos na Association of Comics Magazine elaborou uma primeira proposta para a depuração das publicações da indústria dos quadrinhos, um Comics Code, que visava garantir a pais e educadores que o conteúdo das revistas não iria prejudicar o desenvolvimento moral e intelectual de seus filhos e alunos. (RAMA; VERGUEIRO, 2012, p. 12-13).

Hearst criou vários syndicates. Esses syndicates, além de promover e distribuir no mundo inteiro as histórias em quadrinhos, em certas épocas, tiveram “uma espécie de censura interna que obriga seus autores a nivelar o conteúdo das histórias a fim de colocá-las em qualquer sociedade, mesmo as moralistas” (LUYTEN, 1985, p. 23).

No Brasil, houve reação similar, ao que aconteceu durante a “caças as bruxas” nos Estados Unidos, a partir da segunda metade de 1950 provocada a partir da publicação do livro *Seduction of the innocent* (A sedução do inocente) de Fredric Wertham⁸. Segundo Luyten (1984), Wertham não mediu esforços para acabar com a nona expressão artística da humanidade, numa série de textos – extraído do livro de sua autoria – que se propunha demonstrar que os quadrinhos propiciavam a violência, além das atividades danosas a juventude, como afirma Carvalho (2006):

Como consequência desse novo embate, em 1955, o Senado brasileiro proibiu publicações e imagens consideradas “obscenas e imorais” e determinou que 50% das HQs vendidas no Brasil fossem feitas por artistas nacionais. Em 1961, o Brasil também criou um “código de ética” dos quadrinhos, no qual se proibiam histórias de terror, nudez, ilustrações provocantes e cenas de amor realistas, bem como se estabelecia que, nos gibis, “a justiça sempre deveria triunfar” (CARVALHO, 2006, p. 37).

Assim, as revistas deveriam conter um selo que certificasse sua aprovação pelas autoridades legais e, em 1960, as principais editoras de quadrinhos da época: Editora Abril, EBAL, Rio Gráfica, Editora (futura Editora Globo) e o Cruzeiro criam uma versão brasileira do Comics Code Authority, o Código de Ética dos Quadrinhos (MOYA, 1977). A ilustração 5 mostra que o selo do código brasileiro é semelhante ao selo norte-americano.

Ilustração 5: Selo do Comics Code Authority e selo do Código de Ética dos Quadrinhos no Brasil



Fonte: http://www.nostalgia-doterror.com/reportagens_2/anos_de_terror3.htm (Acesso em: 16/11/20).

⁸ Em 1954, o psicólogo Fredric Wertham lançou o livro *Seduction of the innocent* (A sedução do inocente), no qual afirmava – de maneira preconceituosa e pouco embasada – que os quadrinhos provocavam “comportamentos anormais” nas crianças. Por “comportamentos anormais”, entenda-se tendência ao crime e homossexualismo (CARVALHO, 2006, p. 34).

Em 1969, durante um dos momentos mais violento do país, é lançado *O Pasquim*, criado pelos jornalistas Tarso de Castro e Sérgio Cabral e pelo cartunista Jaguar, em parceria com Ziraldo, o semanário reunia humoristas e quadrinistas como Millôr Fernandes e Henfil, além de escritores e intelectuais brasileiro. Segundo Vergueiro (2017):

Explorando mais o humor gráfico do que propriamente as histórias em quadrinhos, *O Pasquim* tinha o seu forte na caricatura, por meio da qual despejava toda a sua verve feroz. Entre os personagens do jornal podem ser citados o rato *Sig* e a série *Chopnics*, desenhados por Jaguar, pseudônimo de Sérgio de Magalhães Gomes Jaguaribe; Jeremias, o Bom, de Ziraldo Alves Pinto e Rango, de Edgar Vasques; entre outros (VERGUEIRO, 2017, p. 125).

Ainda na década de 1960 nasceu a ideia de história em quadrinhos alternativa. Nesse bojo de censura com o golpe militar, o quadrinho alternativo assumiu duas tendências básicas. A primeira delas, ligada à imprensa de viés revolucionário, compreendia que o papel das histórias em quadrinhos era conscientizar sobre os males do regime político e da necessidade de lutar em prol de um novo regime mais democrático. A outra, de jovens artistas buscando romper com padrões estéticos e políticos impostos pelas editoras.

Nos anos de 1970, segundo Carvalho (2006), houve crescimento da produção de quadrinhos e charges alternativas no meio sindical e juvenil. Neste período, inicia a publicação da revista *Grilo*, pertencente à editora A&C (Arte & Comunicação) e a revista *Balão*.

A *Grilo* era uma revista apenas de história em quadrinhos e sua periodicidade era semanal, e tinha como objetivo levar aos jovens o melhor dos quadrinhos de vanguarda. Já a revista *Balão*, teve sua primeira edição em novembro de 1972, em sua breve existência, um total de nove edições, abordava a expressão individual por meio dos produtos culturais, sem amarras das grandes editoras.

No período entre 1985-1992, a *Circo Editorial*, de Toninho Mendes, surge num cenário bastante receptivo para artistas de um universo alternativo que surgiu no início da década anterior. Neste contexto, três títulos se destacam em especial: *Chiclete com Banana*, *Os Piratas do Tietê* e *Circo* (VERGUEIRO, 2017).

A revista *Chiclete com Banana* (1985-1990) foi publicada em formato magazine, com edições bimestrais sob o prisma do humor, do erotismo e da psicodelia, sendo uma das principais publicações brasileiras. Além de Arnaldo Angeli, merece destaque

Laerte Coutinho, pela produção da história em quadrinhos *Os Piratas do Tietê*.

A partir de 1990, as histórias em quadrinhos ganharam impulso com as Bienais Internacionais de Quadrinhos realizadas no Rio de Janeiro e posteriormente transferidas para a capital de Minas Gerais com o título de Festival Internacional de Quadrinhos (FIQ).

Em 1991, teve início a 1ª Bienal Internacional de Quadrinhos, espalhada em vários locais da cidade do Rio de Janeiro, tendo mais de 400 mil visitantes e, entre os convidados estrangeiros ilustres, destacava-se a participação de Will Eisner. Em 1993, foi realizada a segunda edição, com um fluxo ainda maior de visitas e participação de convidados internacionais. A terceira e última Bienal Internacional de Quadrinhos somente foi realizada em 1997, desta vez em Belo Horizonte e não mais na capital fluminense (VERGUEIRO, 2017).

Em substituição à Bienal Internacional, em 1999 surgia, na cidade de Belo Horizonte, o I FIQ. Mantendo a mesma periodicidade das bienais, esse evento contava com a presença de convidados nacionais e estrangeiros, além de exposições, oficinas, palestras, mesas-redondas, lançamentos e feira de publicações. Atingindo cada vez mais visibilidade e mobilizando com o passar dos anos mais profissionais, o FIQ é considerado a maior convenção de quadrinhos da América (VERGUEIRO, 2017).

Na cidade de Curitiba, no ano de 2011 teve início, ainda de forma experiencial, o Gibicon Zero, prelúdio para o que se realizaria no ano seguinte e que daria início a eventos e as bienais, com praticamente os mesmos objetivos do FIQ. Em 2016, o Gibicon Zero passou a chamar-se Bienal Internacional de Quadrinhos de Curitiba, mantendo a mesma sistemática de funcionamento (VERGUEIRO, 2017).

Apesar das bienais e festivais internacionais de quadrinhos terem surgido na década de 1990, em 18 de junho de 1951, houve na cidade de São Paulo um momento marcante para a história das histórias em quadrinhos no Brasil, a primeira exposição de quadrinhos do mundo. A 1ª Expo Internacional de Histórias em Quadrinhos, como foi batizado esse evento, alguns anos depois, nos países europeus e norte-americanos, seria realizado mais algumas vezes (MOYA, 1977).

1.3.2 Breve panorama das pesquisas sobre HQs no Ensino de Filosofia

Considerando a importância da utilização de HQs sob a forma de material

educativo no contexto escolar e a possibilidade desse material contribuir na formação dos discentes, traçamos um panorama de algumas pesquisas acadêmicas relacionadas ao tema em âmbito nacional. Neste sentido, foi realizada uma busca na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), em maio de 2021, a partir do descritor “história em quadrinhos”, encontramos 630 dissertações e 143 teses; a partir do descritor “história em quadrinhos e filosofia”, encontramos 69 dissertações e 22 teses.

Afim de traçar um comparativo com outra base de dados, replicamos a busca na plataforma Google Acadêmico, em maio de 2021, a partir dos descritores “história em quadrinhos” e “história em quadrinhos e filosofia”, o que resultou na identificação de 152 trabalhos. Em visita ao site do Observatório ProfEPT, em maio de 2021, a partir do descritor “história em quadrinhos”, encontramos em seu acesso apenas 2 (duas) dissertações e nenhuma tese, enquanto a partir do descritor “história em quadrinhos e filosofia” não há registro de dissertação ou tese.

Assim, foram selecionados apenas alguns desses trabalhos, que tivessem relação com a EPT ou com o ensino de Filosofia, considerados relevantes quanto ao tema proposto nesta pesquisa. Os temas escolhidos são: *Filosofia no Ensino Médio: o gênero história em quadrinhos numa perspectiva de letramento*, de Possamai (2006); *História em Quadrinhos e Ensino Médio Integrado: possibilidades para a formação politécnica na educação básica*, de Domingues (2019); *Biblioteca ativa na EPT: minicurso de criação de histórias em quadrinhos*, de Moraes (2019) e, por fim, *Quadrinhos: uma abordagem multimodal para o ensino de filosofia*, de Beraldi e Coimbra (2017).

No decorrer da pesquisa bibliográfica, observou-se diversas publicações sobre HQs, entretanto, elas possuem viés diferentes desta pesquisa. Se na literatura há poucas bibliografias sobre HQs e Filosofia, a realidade ProfEPT não é diferente, mas isso se deve ao fato do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica ter surgido em 2016, pela Resolução do Conselho Superior nº 161/2016.

Dentre as pesquisas encontradas sobre história em quadrinhos e ensino de filosofia, selecionamos a dissertação de Possamai (2006), que trata de uma reflexão sobre a introdução de Filosofia no ensino médio, a partir de testagem, sob a forma de questionário, que investiga a possibilidade da inserção, ou não, do gênero história em quadrinhos em conteúdo e atividades pedagógicas de Filosofia, especificamente no ensino médio.

Possamai (2006) fez um estudo comparativo do texto platônico, O Mito da Caverna, em três gêneros textuais distintos: a Alegoria da Caverna (A República, de Platão); as Trevas da Caverna (O Mundo de Sofia, de Jostein Gaarder); e As sombras da Vida (HQ, de Maurício de Souza). Segundo o autor, os discentes afirmaram que as HQs foram mais fáceis de serem compreendidas, em comparação ao texto original, de Platão e o texto do livro, de Gaarder.

A pesquisa de Possamai (2006, p. 59) evidenciou que, para a grande maioria dos discentes participantes, as HQs “são a melhor maneira de ser trabalhada a introdução aos estudos de Filosofia no ensino médio”. Enquanto que o texto clássico filosófico, teve a reprovação pela metade dos discentes, “considerando-o pouco adequado para um estudo inicial de Filosofia no ensino médio”.

A partir deste estudo, podemos compreender que as HQs na perspectiva dos discentes podem e devem ser usadas na sala de aula em qualquer nível de ensino para ajudar na compreensão de um texto ou mesmo de um assunto mais complexo. Elas possuem um poder incrível de passar mensagens sobre acontecimentos complexos e complicados. Não é à toa que os cartunistas a utilizem para descrever fatos históricos, políticos e sociais apenas com um quadro.

Nessa mesma direção, corroboramos a fala de Rama e Vergueiro (2012, p.26) quando afirma que em se tratando de quadrinhos, “pode-se dizer que o único limite para seu bom aproveitamento em qualquer sala de aula é a criatividade do professor e sua capacidade de bem utilizá-los para atingir seus objetivos de ensino”.

Na mesma perspectiva, Carvalho (2006, p. 30), explica que, “o valor dos quadrinhos é muito maior do que seu número de venda, qualquer que seja ele. Isso porque, além de meio de comunicação de massa, entretenimento, arte, as HQs podem ser uma excelente ferramenta em sala de aula”.

Mais recentemente, a dissertação de Marcelo de Godoy Domingues (2019), apresentada ao ProfEPT, realizado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, é mais um trabalho acadêmico que corrobora como nosso Produto Educacional.

A pesquisa realizada por Domingues (2019) consiste em um projeto de ensino que sugere a docentes de filosofia o uso de HQs para se buscar uma formação mais crítica e integral dos discentes, tendo a filosofia como disciplina problematizadora de conhecimentos. Na pesquisa, o autor utiliza as HQs do quadrinista Carlos Ruas para contextualizar e problematizar os assuntos e temas das aulas de Filosofia,

desenvolvido para turmas das 1ª séries do Ensino Médio Integrado, com os temas “O que é Filosofia” e “O Nascimento da Filosofia”.

No Produto Educacional de Moraes (2019) *Criação de histórias em quadrinhos – Guia do minicurso*, a pesquisa tem o objetivo de ampliar a percepção dos discentes do Ensino Médio Integrado quanto ao papel ativo da Biblioteca na Educação Profissional e Tecnológica por meio da oferta da atividade de criação de HQ. Para a autora, a escolha da HQ foi devido ao seu aspecto lúdico, facilidade de imersão nas histórias e sua utilização como elemento motivador do hábito de leitura e aprendizagem.

Na realidade, a autora, percebe que no meio escolar, há que ser potencializar os quadrinhos para educar. No entanto, deve-se levar em conta os objetivos educacionais que se deseja alcançar com as HQs. Neste contexto, Rama e Vergueiro (2012, p. 27) explica que, “os quadrinhos não podem ser vistos pela escola como uma espécie de panaceia que atende a todo e qualquer objetivo educacional, como se eles possuíssem alguma característica mágica capaz de transformar pedra em ouro”.

Beraldi e Coimbra (2017), em seu artigo, apresentam uma proposta de sequência didática para uma turma de 2º série do Ensino Médio na disciplina de Filosofia, com o objetivo de apresentar a importância dos multiletramentos no contexto escolar. O projeto é composto por duas etapas: “uma leitura interpretativa da Alegoria da Caverna de Platão e uma culminância, a produção de uma HQ, gerada a partir da reflexão acerca das questões filosóficas e das possíveis interpretações atuais que o texto possa fomentar” (BERALDI e COIMBRA, 2017, p. 121).

Os dados do artigo de Beraldi e Coimbra (2017) ajuda-nos a refletir que a leitura das HQs, por si só, já se apresenta como um promissor produto educacional. Como bem observou Gilberto Freire, “os quadrinhos não são bons nem ruins – ainda que haja, obviamente, HQs de boa e má qualidade –, o que é bom ou ruim é o uso que se faz deles” (CARVALHO, 2006, p. 39).

Rama e Vergueiro (2012) afirmam que, houve um tempo no Brasil em que levar histórias em quadrinhos para a sala de aula era algo inaceitável. Os autores lembram que a popularidade dos quadrinhos foi responsável por uma espécie de desconfiança quanto aos efeitos que poderia provocar em quem as lessem. As HQs se tornaram objeto de restrição desde cedo, sendo condenadas por pais e docentes que desconfiavam que as aventuras fantasiosas de suas páginas multicoloridas, afastariam crianças e jovens de leituras mais profundas, desviando-os assim de um

amadurecimento sadio e responsável.

Faz tempo que os quadrinhos estão presentes nas escolas. Houve uma época em que circulavam, sorrateiramente, por baixo das carteiras ou eram camuflados entre as páginas do livro de estudos. E se fossem descobertos, era confusão na certa: confisco, castigo, bilhete para casa e até ameaça de ser mandado para a tão temida Secretaria! (MENDONÇA, 2011 p. 3).

Com base nisso, podemos afirmar com Paiva (2016) que, as HQs eram presença marginal nos ambientes escolares e marcou época no Brasil como deletérios. Os materiais educacionais que utilizavam HQs eram cada vez mais escassos e o seu uso para a educação foi sendo preterido através de proibições e de controle extremos.

Nessa mesma direção, Carvalho (2012) relata que surgiram protestos e críticas formais contra a utilização das HQs em sala de aula, primeiro pela Associação Brasileira de Educadores (ABE) por acreditarem que as historinhas incutiam hábitos estrangeiros nas crianças. E alguns anos depois a mesma censura foi imposta aos quadrinhos, por parte dos bispos reunidos na cidade de São Carlos (SP), por considerarem temas estrangeiros prejudiciais às crianças.

A presença das HQs em qualquer situação educacional era vista com suspeita, e sobretudo, na educação formal. E se tratando das escolas, uma aceitação dos quadrinhos representava algo muito difícil. Mesmo com todas as proibições, elas sempre estiveram presentes no ambiente escolar. Assim, de acordo com Rama e Vergueiro (2012):

O despertar para as HQs surgiu inicialmente no ambiente cultural europeu, sendo depois ampliado para outras regiões do mundo. Aos poucos, o “redescobrimto” das HQs fez com que muitas das barreiras ou acusações contra elas fossem derrubadas e anuladas. De certa maneira, entendeu-se que grande parte da resistência que existia em relação a elas, principalmente por parte de pais e educadores, era desprovida de fundamento, sustentada muito mais em afirmações preconceituosas em relação a um meio sobre o qual, na realidade, se tinha pouco conhecimento (RAMA; VERGUEIRO, 2012 p. 17).

Paiva (2016) afirma que, com o passar do tempo a resistência aos quadrinhos foram sendo minada. Para o autor, o medo e receio dos possíveis malefícios dos quadrinhos estavam mais relacionados a falta de reconhecimento sobre a área do que alguma base científica. Na educação essa mudança foi sentida há algum tempo, tanto que:

O reconhecimento das HQs como uma maneira de auxiliar na prática pedagógica, ocorreu oficialmente em alguns países, sendo um deles o Brasil, que em 1996 promulgou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Esses importantes documentos apresentaram ao ensino formal brasileiro as HQs como um instrumento da educação, especialmente como ferramenta interdisciplinar e transversal e no que se refere ao ensino e aprendizagem das linguagens como um gênero linguístico (PAIVA, 2016, p. 57).

Como visto, as HQs passaram a ser mais aceitas no ambiente escolar a partir do momento que foram reconhecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e incluídas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), com isso ganharam espaço em livros didáticos, no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), concursos e provas de vestibulares.

Nota-se que há diversas pesquisas sobre a utilização de HQs na educação. Para Rama e Vergueiro (2012), um dos motivos é o alto nível de informação nas HQs. Pois elas versam sobre os mais diferentes temas, sendo facilmente aplicáveis em qualquer área do conhecimento.

Enfim, um dado relevante observado nos trabalhos, é o fato das HQs se apresentarem como uma fonte de benefícios para o desenvolvimento educacional dos discentes. Entre os jovens, ler quadrinhos é prazeroso, simples e de fácil acesso. Além disso, Rama e Vergueiro (2012) apontam que as HQs possibilitam, com seu uso, a integração entre as várias áreas do conhecimento, possibilitando no ambiente escolar um trabalho interdisciplinar e com diferentes habilidades interpretativas, tanto visuais como verbais.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta seção, apresentamos o percurso metodológico adotado para o desenvolvimento da pesquisa, o tipo de pesquisa, lócus e sujeitos da pesquisa, os instrumentos de coleta de dados, bem como a finalidade desses dados no processo de construção do produto educacional.

Como metodologia de pesquisa, dentro da abordagem qualitativa, adotamos os princípios da pesquisa-ação, por reconhecermos que ela concebe e organiza uma pesquisa social de finalidade prática de acordo com as exigências próprias da ação e da participação dos atores do contexto pesquisado. “Neste processo, a metodologia desempenha um papel de “bússola” na atividade dos pesquisadores, esclarecendo cada uma das suas decisões por meio de alguns princípios de cientificidade” (THIOLLENT, 2011, p. 32).

2.1 Tipo da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com o aporte metodológico da pesquisa-ação de Thiollent (2011), que tem como processo identificar o problema, planejar uma solução, implementar, monitorar e avaliar sua eficácia. E com base em Tripp (2005), para quem a pesquisa-ação pauta-se em uma investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa, para melhorar a prática tanto rotineira como da pesquisa científica. Na pesquisa-ação o objetivo basilar é “proporcionar novas informações, gerar e produzir conhecimento que traga melhorias e soluções para uma dada organização” (THIOLLENT, 1997, p. 75).

A pesquisa-ação tem uma base empírica que se associa à formação dos discentes, assim “os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (THIOLLENT, 2011, p.16). Na pesquisa-ação o pesquisador faz parte da situação da pesquisa, e visa à transformação do ambiente onde a mesma ocorre (TRIPP, 2005).

Nessa investigação procuramos uma reflexão na ação, através da participação e interação dos autores, no caso, discentes e pesquisador (THIOLLENT, 2011).

2.2 Lócus e sujeitos da pesquisa

Seguindo os preceitos éticos da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, o projeto da presente pesquisa foi submetido à análise ética, por meio da Plataforma Brasil, com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Fundação Educacional Jayme de Altavila / Centro Universitário CESMAC, por meio do Parecer Consubstanciado nº 4.138.362, CAAE: 32367820.5.0000.00369, de 06 de julho de 2020 (Anexo D).

Tendo recebido a autorização do CEP, conduzimos a aplicação de um questionário, no formato de formulário do Google Forms (Apêndice A), a uma turma da 2ª série do Ensino Médio Integrado ao Técnico do curso de Meio Ambiente do IFAL-MD no componente curricular de filosofia. Todos os discentes receberam um Termo de Assentimento de Livre e Esclarecimento – TALE (Anexo A) e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo B), para que eles e seus responsáveis estivessem cientes da pesquisa e dos procedimentos utilizados durante o processo, bem como os possíveis riscos e benefícios na participação.

Neste contexto, enviamos para o grupo de WhatsApp da turma o link de acesso ao questionário. Para poder acessar e responder o questionário, os discentes deveriam, obrigatoriamente, assinalar que concordavam com o TALE e o TCLE enviado como anexo ao convite para participar da pesquisa. Neste convite, havia uma breve explicação sobre a natureza da pesquisa, seu objetivo, tempo previsto para resposta e o contato dos pesquisadores. Tanto o TALE quanto o TCLE continham o carimbo de assinatura de aprovação do projeto de pesquisa pelo CEP.

Antes da realização da pesquisa, solicitou-se autorização do Diretor Geral do IFAL-MD, por meio do Termo de Anuência (Anexo C) para que os discentes participassem da intervenção/pesquisa.

A escolha por uma turma da 2ª série do Ensino Médio Integrado ao Técnico do curso de Meio Ambiente do IFAL-MD foi motivada pelos seguintes pontos:

- a) os discentes da 2ª série já estão bem inseridos no ambiente institucional; além de estarem no meio dessa travessia que é o Ensino Médio, tiveram no ano anterior aulas de filosofia e assim já possuem melhor conhecimento sobre o conteúdo;
- b) trata-se de discentes que estão mais envolvidos com a rotina e com o cumprimento das exigências curriculares dos cursos em que estão matriculados, diferentemente dos discentes da 1ª série que estão iniciando no Ensino Médio e, assim, ainda não tiveram contato com o conteúdo de filosofia e os discentes da 3ª e 4ª séries, que podem ter preocupações para além do Instituto, como as provas para o ingresso no

ensino superior, por exemplo;

c) é nesta série que são discutidos assuntos que contextualizam a temática da lógica, por exemplo;

d) além disso, a escolha por discentes da 2ª série dá margem temporal para o início, o desenvolvimento e a conclusão da pesquisa, o que diminui os riscos da pesquisa, relacionados à possibilidade de perda do público participante. Em suma, a escolha desta série específica se justifica por proporcionar maior probabilidade de controle das variáveis intervenientes.

2.3 Critérios de inclusão e exclusão

Os critérios de inclusão dos participantes em todas as fases da pesquisa foram os seguintes: a) voluntariedade e b) matrícula na turma da 2ª série do Ensino Médio Integrado ao Técnico do curso de Meio Ambiente do IFAL-MD.

Os critérios de exclusão, por sua vez, foram relacionados à liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, dos discentes que se voluntariaram, nomeadamente: a) ausência às aulas ministradas.

2.4 Métodos, etapas e instrumentos da pesquisa

Com relação aos métodos adotados, procedemos, à revisão da literatura, por meio de textos clássicos e contemporâneos, para embasar nossa fundamentação teórica. O levantamento bibliográfico aqui empreendido foi realizado em diversas fontes como a Educapes, BDTD (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações), Observatório ProfEPT, Google Acadêmico e Scielo.

Por conseguinte, essa pesquisa volta-se para a primeira parte da pesquisa-ação, que traz em seu bojo um caráter participativo e democrático, que visa contribuir para uma mudança social (TRIPP, 2005). Em si, a pesquisa-ação se apresenta como um tipo de pesquisa social concebida e realizada em estreita associação à prática do docente e dos discentes, assim “os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (THIOLLENT, 2001, p. 20).

Nesta etapa, realizamos a pesquisa diagnóstica e análise de dados que

consistiu na aplicação de um questionário, no formato de formulário do Google Forms (Apêndice A). Esse formulário foi enviado por e-mail aos discentes da turma da 2ª série do Ensino Médio Integrado ao Técnico do curso de Meio Ambiente do IFAL-MD.

Tendo como suporte metodológico o método qualitativo da pesquisa-ação, optamos por um questionário fechado com perguntas de múltipla escolha produzido pelos pesquisadores, compreendendo um total de 10 perguntas. Este instrumento de coleta de dados teve o objetivo de realizar um diagnóstico sobre o uso e preferência das histórias em quadrinhos por parte dos discentes. Com o aporte do questionário, tabulamos e analisamos os dados coletados considerando os princípios da Análise de Conteúdo, anunciado por Bardin (2016).

Em seguida, voltamos à pesquisa no sentido da elaboração do Produto Educacional. Como visto na introdução desta pesquisa, nossa intenção era realizar uma oficina de produção de quadrinhos, mas em razão das medidas de isolamento social, implementadas em função da Covid-19, foi preciso fazer mudanças em todo *corpus* da pesquisa. Assim, enfrentamos o desafio de produzir uma HQ, utilizando a plataforma on-line Storyboard.

Concluimos a pesquisa com a etapa final da pesquisa-ação, na qual a HQ construída e apresentada no âmbito do ProfEPT como Produto Educacional (Apêndice D) passou por avaliação de um grupo focal, composto por 6 (seis) discentes voluntários, matriculados na 3ª série do Ensino Médio Integrado ao Técnico do curso de Meio Ambiente do IFAL-MD. A HQ tem a perspectiva de servir como recurso didático no ensino do componente curricular de Filosofia. A avaliação do Produto Educacional consistiu na aplicação de um formulário mediante a plataforma Google Forms (Apêndice B), em razão das medidas de isolamento social ensejadas pela Covid-19, orientando as alterações e melhorias aplicadas a HQ em sua versão final.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção apresentamos o processo adotado para análise dos dados coletados nesta pesquisa, tendo como base a técnica da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), bem como promove discussões entre os resultados obtidos e os referenciais teóricos anteriormente expostos.

3.1 Fase da análise dos resultados

Na pesquisa diagnóstica, considerada a primeira parte da pesquisa-ação, com base na Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2016). Segundo a autora, a Análise de Conteúdo constitui-se como um “conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis e em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (BARDIN, 2016, p. 15).

Nesta seção, adotamos o questionário fechado como instrumento de coleta de dados. Com base em Severino (2007), o questionário oferece vantagens como a garantia de anonimato do participante da pesquisa, a padronização de questões e a flexibilidade do tempo disponível para as respostas. E nos possibilitou a coleta de dados de modo remoto, por uso de ferramentas on-line, como o Google Forms, garantindo o andamento da pesquisa além de, resguardar e proteger os participantes durante o período de isolamento social, em razão da pandemia da Covid-19.

A Análise de Conteúdo pode apresentar diferentes fases, mas todas seguem a sistematização da técnica, onde o pesquisador pode explorar de diferentes maneiras o fenômeno pesquisado tendo em vista as possibilidades e as características da análise de conteúdo. Este trabalho tomou como base as etapas da técnica proposta por Bardin (2016, p. 125), sendo composta por três polos cronológicos:

- 1) *a pré-análise;*
- 2) *a exploração do material;*
- 3) *o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.*

A **pré-análise** objetiva organizar e preparar o material que será analisado. O pesquisador operacionaliza e sistematiza “as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. Recorrendo ou não ao ordenador, trata-se de estabelecer um programa que, deve, no entanto, ser preciso” (BARDIN, 2016, p. 125). Nesta fase, o pesquisador

realiza a leitura “flutuante” do material que será submetido para análise. A leitura “flutuante”, “consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações” (BARDIN, 2016, p. 126).

A **exploração do material** é entendida como “a fase de análise propriamente dita, não é mais do que a aplicação sistemática das decisões tomadas. Quer se trate de procedimentos aplicados manualmente ou de operações efetuadas pelo ordenador” (BARDIN, 2016, p. 131). Nesta fase de exploração, ocorre a codificação e categorização dos dados selecionados para análise.

A codificação corresponde a organização sistemática dos dados para posteriormente categorizar. Na codificação, o pesquisador pode criar códigos para enumerar e agrupar os dados para atingir uma representação. Os códigos representam um sistema de símbolos que permite a representação de uma informação. Já a categorização, possibilita que os códigos sejam agrupados para consolidar um significado (BARDIN, 2016).

Conforme Bardin (2016, p. 147), a categorização é “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamentos segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos”.

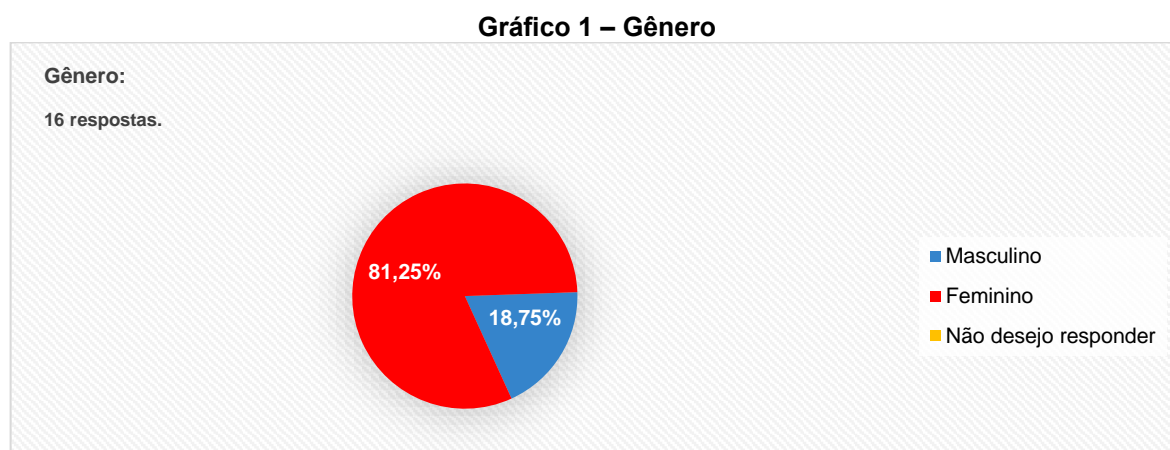
Por fim, a fase de **tratamento dos resultados** caracteriza-se pela validação dos dados analisados, onde o pesquisador “tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previsto, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas (BARDIN, 2016, p. 131).

Laurence Bardin (2016) apresenta inúmeras possibilidades para o uso da Análise de Conteúdos, de acordo com a área do conhecimento e o interesse da pesquisa. Entre os diversos métodos, optamos pela análise categorial, por entendermos ser o método mais adequado à interpretação das informações da presente pesquisa. Visto que tal método oferece uma representação significativa acerca dos dados coletados.

3.2 Análise do questionário diagnóstico

Como destacado anteriormente, esta pesquisa foi pensada para alcançar todos os discentes da turma da 2ª série do Ensino Médio Integrado ao Técnico do curso de Meio Ambiente do IFAL-MD, mas devido a desigualdade social de acesso a tecnologias, o que na educação causa um abismo entre aqueles que podem dar continuidade ao seu processo de aprendizagem e outros que sequer possuem um dispositivo eletrônico com conexão à internet, obtivemos a participação de 16 (dezesesseis) discentes.

Após duas semanas entre os dias 17 a 31 de agosto de 2020, tivemos uma participação de 16 discentes da turma da 2ª série do Ensino Médio Integrado ao Técnico do curso de Meio Ambiente do IFAL-MD. Destes, 81,25% são do sexo feminino e 18,75% do sexo masculino, conforme Gráfico 1, com idade entre 16 a 17 anos.



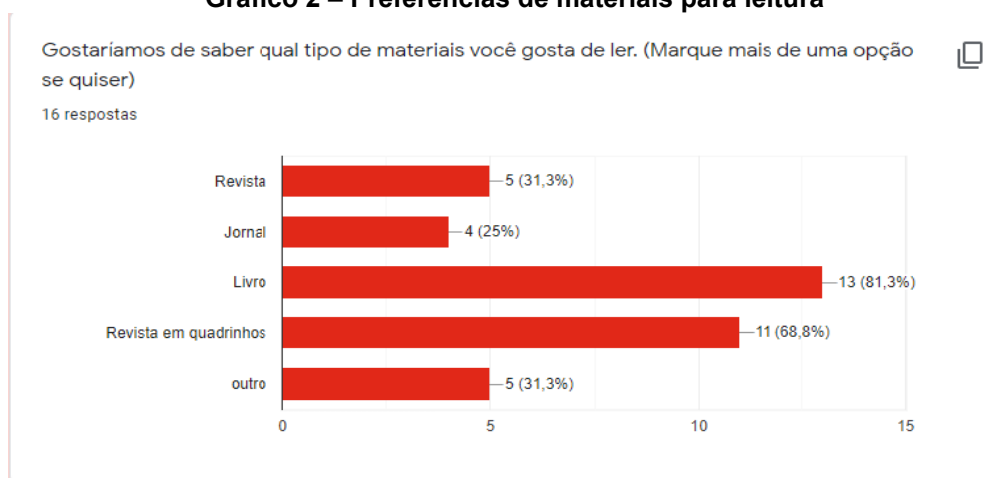
Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

A suspensão das aulas presenciais e a aplicação on-line do questionário são fatores que podem justificar o baixo número de participantes. Isso porque o período em que o questionário foi disponibilizado nem todos os discentes possuíam condições adequadas de acesso à internet⁹.

⁹ A Pró-reitoria de Ensino (Proen) apresentou ao **Conselho Superior** a proposta da **Resolução nº 46/2020**, construída de forma participativa com representações dos docentes, técnicos administrativos e estudantil, que trata das normas de concessão de auxílio conectividade voltado aos discentes do IFAL. A medida tinha por finalidade proporcionar aos discentes sem condições de acesso à internet, a comunicação, orientação e interação de forma remota, para atender a situação emergencial em razão da pandemia da COVID-19 e suas repercussões, de forma a reduzir o distanciamento entre discentes e a instituição. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/noticias/ifal-aprova-auxilio-conectividade-para-estudantes-em-carater-emergencial>. Acesso em: 16 de setembro de 2020.

Realizada a identificação do gênero e idade dos discentes (coletado automaticamente pelo formulário do *Google Forms*), seguiram-se as perguntas. Em relação à questão “3”, na qual era possível a seleção de mais de uma opção, observou-se que entre os discentes os livros (81,3%) e as histórias em quadrinhos (68,8%) são os materiais mais procurados para leitura, conforme o Gráfico 2. Tais respostas evidenciam a peculiaridade de nosso material, pois a maioria dos discentes, por escolha própria, realizam leitura desse material.

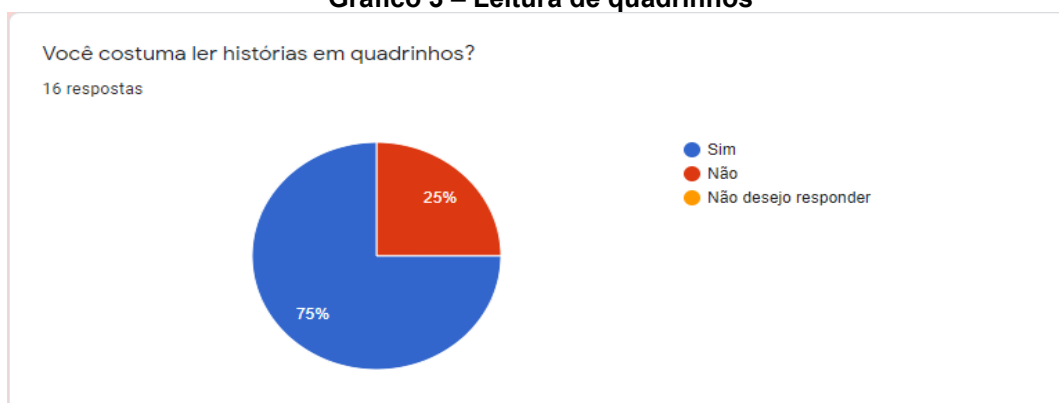
Gráfico 2 – Preferências de materiais para leitura



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Na questão “4”, questionamos aos discentes se eles costumam ler histórias em quadrinhos. Observamos que 75% dos discentes afirmaram ler histórias em quadrinhos, conforme Gráfico 3. Isso corrobora com nossa proposta de pesquisa, demonstrando que as HQs foram uma boa escolha tendo em vista a intenção de utilização de um material inicialmente atrativo para os discentes.

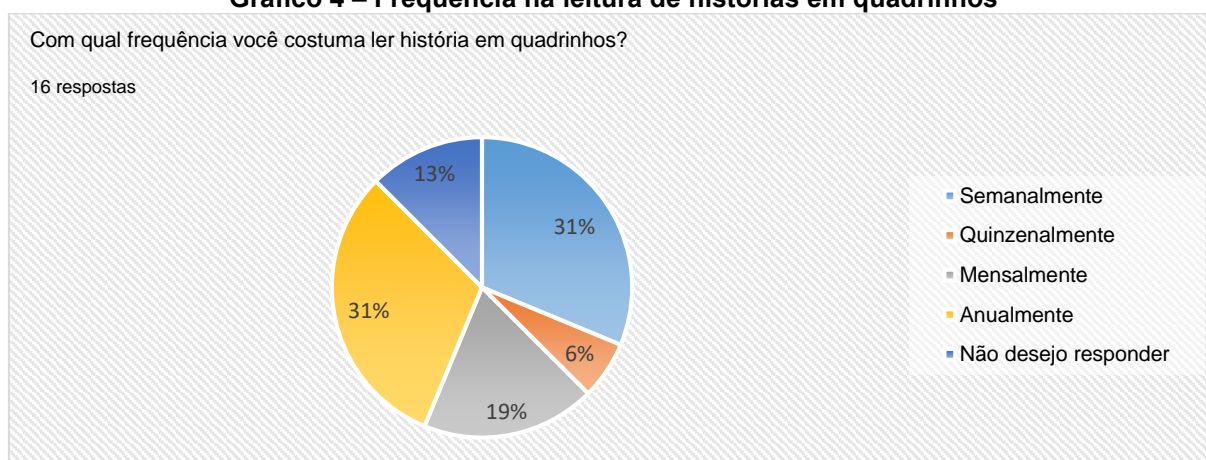
Gráfico 3 – Leitura de quadrinhos



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Na questão seguinte, que indagava com qual frequência os discentes costumam ler histórias em quadrinhos (Gráfico 4), agrupamos as respostas considerando uma determinada faixa de tempo, conforme Gráfico 4: I) semanalmente, resposta escolhida por 31%; II) quinzenalmente, resposta de 6%; III) mensalmente, resposta de 19%; IV) anualmente, resposta escolhida por 31%; e V) não desejo responder, escolha de 13%. Essa organização teve como objetivo reduzir os dados e favorecer a compreensão da representação gráfica.

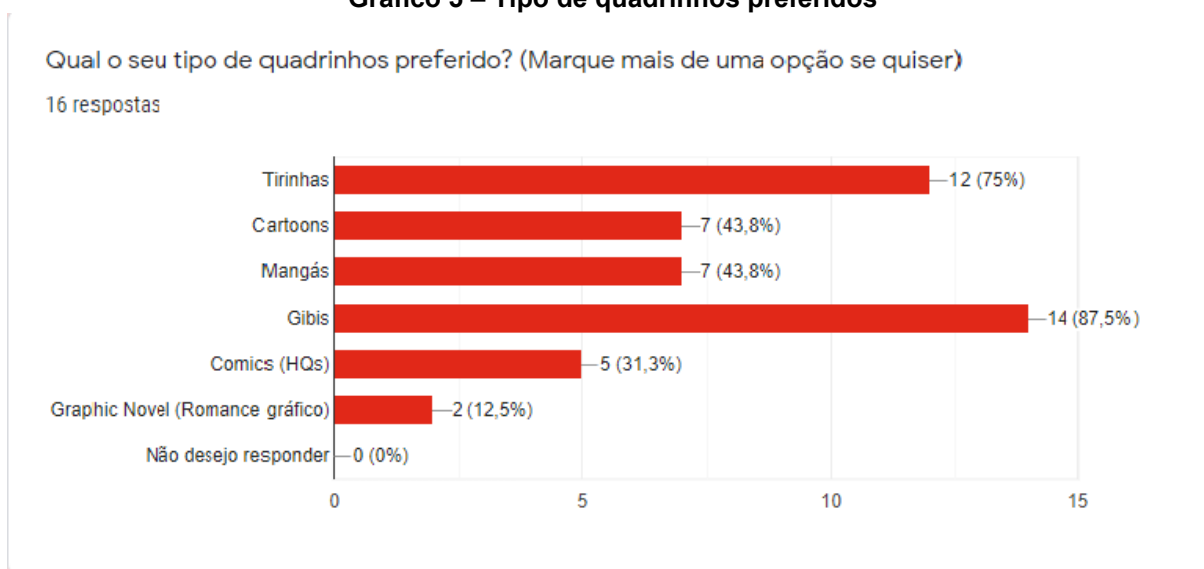
Gráfico 4 – Frequência na leitura de histórias em quadrinhos



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

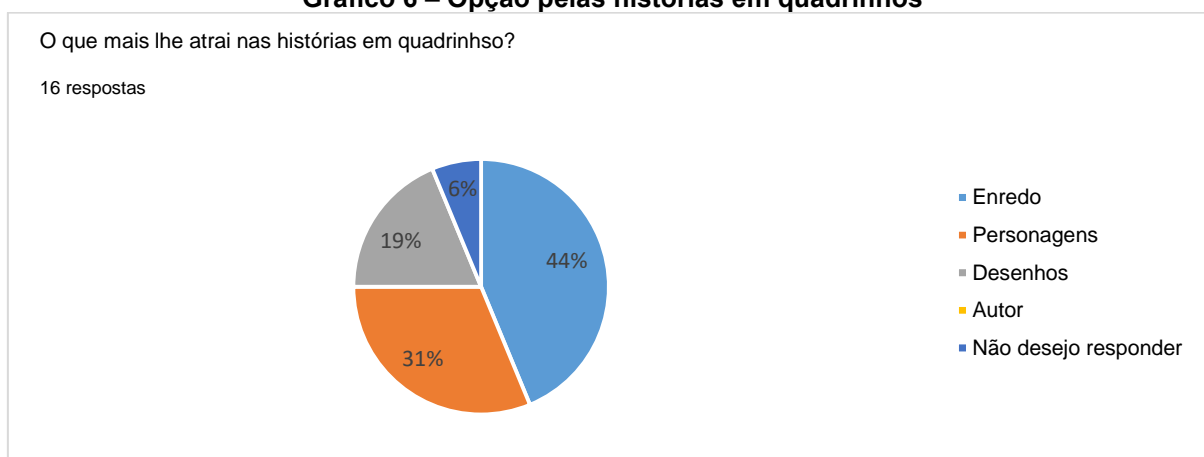
Para complementar a questão anterior, solicitamos exemplos de qual ou quais tipos de quadrinhos são preferência dos discentes¹⁰. Dentre as sete opções de respostas, gibis (87,5%) e tirinhas (75%) foram as mais escolhidas como tipo de quadrinhos preferidos pelos discentes, conforme apresentado no Gráfico 5. Esse fato nos animou, pois tomamos como base os gibis para a produção da HQ.

¹⁰ **HQ's (Histórias em Quadrinhos)**: A primeira classificação, agrega todo o universo de quadrinhos; **Tirinhas** – normalmente possuíam apenas uma página e poucos quadrinhos. Além dos mais, sempre continham um tom crítico, irônico ou de elogio; **Cartoons** – desenhos com características exageradas, porém diferentes das *caricaturas*. Portanto tinha-se uma maior liberdade de transformar qualquer coisa em personagens. Como resultado eles eram bizarros e engraçados. Também costumam ser bastante coloridos; **Mangás** – Histórias em quadrinhos comerciais japonesas. Podem ser de vários gêneros, e para faixas etárias diferentes. Sua leitura é feita de trás para frente, da direita para a esquerda, característica da escrita japonesa; **Gibis** – Mais conhecidos como histórias em quadrinhos comerciais usam a base do cartoon, porém direcionada para o público infantil; **Comics** – São histórias em quadrinhos comerciais, porém mais usados nos Estados Unidos e no Canadá. Seus traços são realísticos, em contraste dos gibis e cartoons; e, sobretudo, são destinados ao público jovem e o **Graphic Novel (Romance Gráfico)** – História em quadrinhos destinados ao público adulto, também conhecidos como “graphic novels”. Possuem histórias longas, densas e elaboradas, assim como os romances. Disponível em: <https://segredosdomundo.r7.com/historias-em-quadrinhos/>. Acesso em: 16 de setembro de 2020.

Gráfico 5 – Tipo de quadrinhos preferidos

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Questionamos também o que mais atrai os discentes nas histórias em quadrinhos, conforme Gráfico 6. Neste tópico optamos por informar os principais elementos que compõem uma HQ. Compreendemos que essa medida facilitaria a compreensão dos discentes. Assim, 44% disseram o enredo; 31% as personagens; 19% os desenhos; enquanto que 6% optou por não responder.

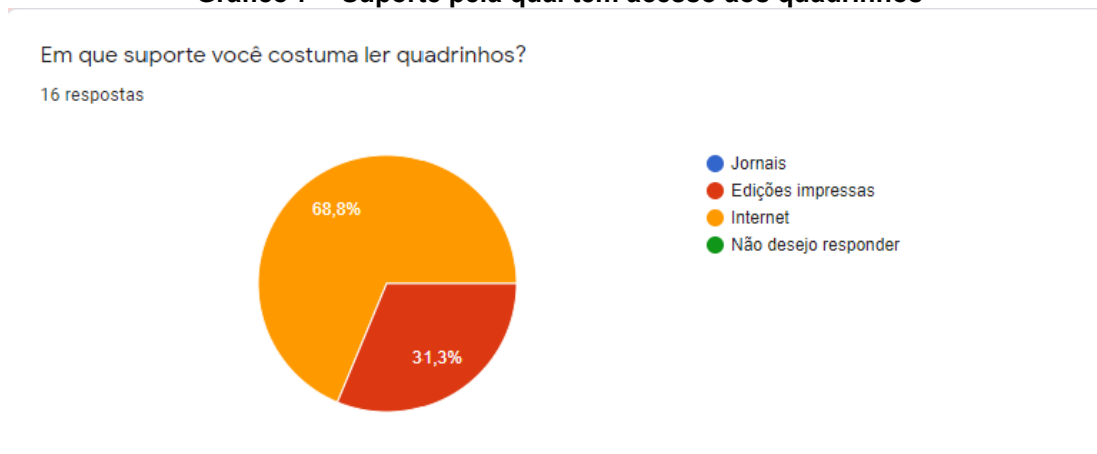
Gráfico 6 – Opção pelas histórias em quadrinhos

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Complementando a questão anterior, solicitamos aos discentes para falarem de que forma têm acesso aos quadrinhos, donde 75% afirmaram ter acesso via internet; 12,5% via biblioteca; 6,25% via banca de revistas; 6,25% por empréstimo; as alternativas sebo e livraria não foram mencionadas pelos discentes, conforme Gráfico 7. Percebemos neste item que a maioria dos discentes (jovens antenados que gostam

de internet e muitas ações ao mesmo tempo) gostam e leem quadrinhos. Porém não têm o hábito de comprá-las, mas leem de forma online.

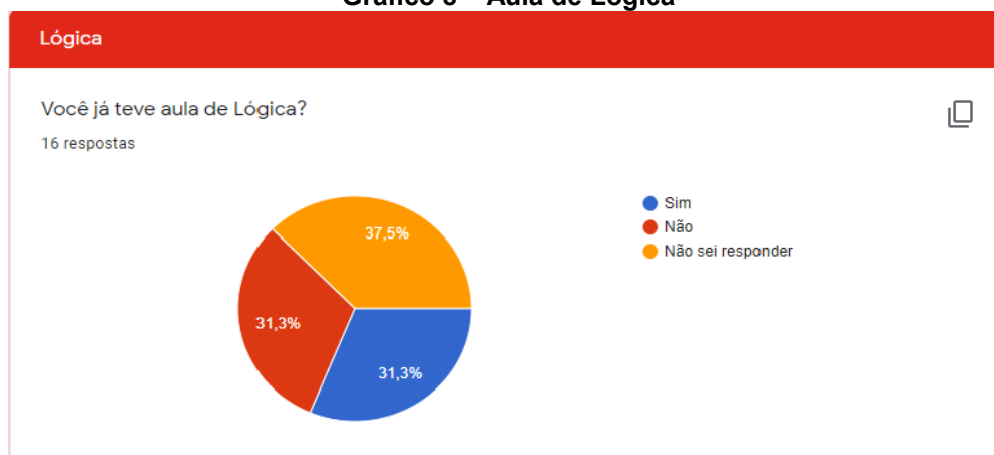
Gráfico 7 – Suporte pela qual tem acesso aos quadrinhos



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

No Gráfico 8, a seguir, foi abordada a última questão, que tinha como finalidade saber se os discentes já tiveram aula de lógica. 31,3% responderam sim; 31,3% responderam não e 37,5% não souberam responder.

Gráfico 8 – Aula de Lógica



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Esta seção teve o objetivo de apresentar os resultados do questionário enviado aos discentes da turma da 2ª série do Ensino Médio Integrado ao Técnico do curso de Meio Ambiente do IFAL-MD. A análise ocorreu a partir do processo de categorização a fim responder às questões de problemas norteadoras desta pesquisa. E com base nas respostas, acreditamos que o produto educacional sugerido nesta pesquisa pode vir a contribuir com esta temática.

4 PRODUTO EDUCACIONAL

A proposta de produto educacional consiste em produzir uma história em quadrinhos para apresentar o conteúdo de lógica aos discentes no componente curricular de filosofia. Sendo elaborada como pesquisa do ProfEPT-IFAL, este projeto de ensino foi desenvolvido como proposta para as turmas das 2ª séries do Ensino Médio Integrado.

A escolha da utilização da HQ justifica-se pelo fato de ser uma ferramenta mais atrativa para os jovens, pode trazer diversos conceitos importantes e que se fixam mais facilmente para quem lê. No Documento de área Capes, as HQs enquadram-se na categoria de material textual¹¹.

Rama e Vergueiro (2012) destacam que se há tempos mais remotos as HQs foram desprestigiadas e desvalorizadas pela comunidade escolar, mais recentemente, em muitos países, os próprios órgãos oficiais de educação passaram a reconhecer a importância de se inserir as HQs no currículo escolar. Prova disso é o reconhecimento das HQs pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e sua utilização, por exemplo, no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), provas de vestibulares, concursos, dentre outros.

De acordo com Carvalho (2006), as HQs recentemente são valorizadas como gênero literário, pois combinam imagem e palavra, signos e símbolos, e contribuem para infinitas aprendizagens possibilitadas pelo seu uso no âmbito escolar. Sobre o uso das HQs no ensino, temos a contribuição de Rama e Vergueiro (2012):

Os estudantes querem ler os quadrinhos – Há várias décadas, as histórias em quadrinhos fazem parte do cotidiano de crianças e jovens, sua leitura sendo muito popular entre eles. Assim, a inclusão das histórias em quadrinhos na sala de aula não é objeto de qualquer tipo de rejeição por parte dos estudantes, que, em geral, as recebem de forma entusiasmada, sentindo-se, com sua utilização, propensos a uma participação mais ativa nas atividades de aula. As histórias em quadrinhos aumentam a motivação dos

¹¹ O Mestrado Profissional destaca a produção técnica/tecnológica na área de Ensino, entendida como produtos e processos educacionais que possam ser utilizados por professores e outros profissionais envolvidos com o ensino em espaços formais e não-formais. Produtos educacionais podem ser, por exemplo: [...]; Material textual (manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, **histórias em quadrinhos** e similares) [...] (Documento de área, 2013, p. 27). Disponível em: <https://sigaa.ufrn.br/sigaa/verProducao?idProducao=2440599&key=8411886ce0e549ee09790788ca60d38d>. Acesso em: 16 de junho de 2021.

estudantes para o conteúdo das aulas, aguçando sua curiosidade e desafiando seu senso crítico. A forte identificação dos estudantes com os ícones da *cultura de massa* – entre os quais se destacam vários personagens dos quadrinhos –, é também um elemento que reforça a utilização das histórias em quadrinhos no processo didático (RAMA; VERGUEIRO, 2012, p. 21).

Para Luyten (1984), as HQs oferecem entretenimento, jogo, fantasia, uma forma ativa de passar o tempo. Mas, além desta função distrativa, podem e devem informar, formar, enfim educar.

Consoante aos autores, compreendemos como as HQs são fundamentais em sala de aula para a construção social e sua compreensão de outras formas de linguagem, uma vez que possuem uma comunicação própria, o que leva a um enriquecimento de bagagem cultural, indispensável para a formação social do discente.

Para a elaboração do PE, duas opções foram postas: a primeira seria o uso de um site on-line para a criação de quadrinhos, os quais seriam desenvolvidos pelos pesquisadores; a segunda opção seria a contratação de um especialista, o qual desenvolveria a história em quadrinhos seguindo as diretrizes dadas pelos pesquisadores. Mas aqui nós encontramos as variáveis intervenientes: os cartunistas e desenhistas consultados apresentaram prazos longos para a entrega do produto (isso comprometeria o cronograma da pesquisa) e valores incompatíveis com o orçamento disponível para a pesquisa ou não tinham disponibilidade para produzir a HQ. Assim, escolhemos a primeira opção e enfrentamos o desafio de produzir a HQ.

Decidimos procurar uma ferramenta on-line que fosse editor de HQ e que nos auxiliasse nesse processo. Deste modo, fomos em busca de alguma ferramenta, que atendesse às nossas necessidades e a nossa inexperiência na produção de quadrinhos. Foi então que nos deparamos com o Storyboard, um software on-line simples e intuitiva, com um custo mensal bem acessível e com versões para uso pessoal, educacional e profissional.

Escolhido então o software para a construção da HQ, como já foi citado, o Storyboard. Passamos por um processo de reconhecimento dos quadrinhos que segundo Iannone e Iannone (1994, p. 60): “Em sua estrutura usual, a história em quadrinhos compõe-se de quadros que combinam dois meios de comunicação distintos: desenho e texto”. Após essa etapa, começamos a pensar o desenho (cenários e personagens) e o texto (roteiro, balões e letreiros) utilizando o editor de

história em quadrinhos (o software Storyboard), para a confecção física do material. De modo que a tenhamos salva e sempre que fosse necessário realizaríamos as alterações desejadas.

Assim, seguindo os passos da pesquisa-ação, iniciamos a elaboração da primeira versão do PE. Nesse contexto, passamos os meses de janeiro/2021 e fevereiro/2021 desenvolvendo a HQ Filosófica: a lógica (título sugerido pela banca no momento da qualificação em outubro de 2020).

Ressaltamos que, para a elaboração deste PE, seguimos as fases de processo do ciclo básico da investigação-ação proposto por Tripp (2005, p. 446): “**Planejar** a melhora da prática; **Agir** para implantar a melhora planejada; **Monitorar e Descrever** os efeitos da ação; **Avaliar** os resultados da ação” e voltar ao Planejar. Tripp (2005, p. 447), conceitua a pesquisa-ação como “a forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática”.

Desta forma, a aplicação do PE aconteceu conforme os seguintes passos: Planejamento, nessa fase organizamos de que forma seria produzida a HQ; Ação, após a HQ finalizada, disponibilizamos aos discentes e reaplicamos um formulário avaliativo; Descrição, aqui fizemos a análise interpretativa para a organização dos dados coletados e; Avaliação, verificamos se o produto atingiu o objetivo proposto, e se atingido, voltamos ao planejar para poder publicitar a HQ.

Assim, após finalizada, partimos para o processo de edição da HQ que se deu a partir das correções e considerações feitas por um docente de Língua Portuguesa. Nessa etapa, foram observadas correções de modos diversos, como erros de digitação, correções ortográficas e gramaticais, de modo a verificar se atendia ao gênero e ao tipo textual. Concluída a etapa de edição, a HQ foi avaliada por um público distinto, com quantidade de participantes específicas. Sendo essa avaliação uma das etapas necessárias à validação do PE.

Participaram da aplicação do PE: um grupo focal composto por 6 (seis) **discentes** voluntário da 3ª série do Ensino Médio Integrado ao Técnico do curso de Meio Ambiente do IFAL-MD. Segundo Gatti (2012, p. 9), grupo focal é uma técnica de leva de pesquisa qualitativa capaz de criar condições para que o grupo de voluntários “se situe, explicita pontos de vista, analise, infira, faça críticas, abra perspectivas diante da problemática para a qual foi convidado a conversar coletivamente”. Ressaltando que o grupo focal deve ser composto entre 6 a 10 participantes.

Na presente pesquisa, além de servir como instrumento de coleta de dados, essa técnica foi utilizada com o intuito de possibilitar a participação direta dos sujeitos da pesquisa na construção do PE, o que também atende aos requisitos próprios de uma pesquisa-ação.

O uso de grupos focais foi consistentemente usado a partir da segunda metade dos anos 80 “em áreas muito particulares, como na pesquisa em comunicação, na avaliação de materiais diversos ou de serviços, em estudos sobre a recepção de programas de televisão ou de filmes, em processos de pesquisa-ação ou pesquisa-intervenção” (GATTI, 2012, p. 8).

Como visto, a particularidade principal dessa ferramenta é a intensa influência mútua entre os pesquisados e o pesquisador, que visa colher dados a partir do debate focado em assuntos específicos, por isso é chamado grupo focal.

A vantagem da utilização dos grupos focais “são particularmente úteis nos estudos em que há interesse pelo uso cotidiano da linguagem e da cultura de um grupo particular e quando se quer explorar o consenso sobre um certo tópico” (GATTI, 2012, p. 10). Para a autora, um dos objetivos desta técnica é identificar tendências e padrões de respostas associadas com tema de estudo.

A partir daí, percebe-se, assim, a existência de compatibilidade entre a técnica de pesquisa dos grupos focais e o método da pesquisa-ação, bem como sua adequação a um dos objetivos da presente pesquisa, qual seja: verificar a aceitação ao material proposto a partir da avaliação e da percepção dos discentes voluntários.

Nesta perspectiva, cada participante recebeu a apresentação do produto, o link para visualização da HQ Filosófica: a lógica (Apêndice C) e o link do formulário de avaliação do PE via Google Forms. Todos os participantes responderam as questões elaboradas seguindo a Tabela Likert, um recurso criado para mensurar as atitudes de sujeitos em relação a determinado tema. De acordo com Lucian e Dornelas (2015, p. 160), Likert “sugeriu uma escala unificada em que através do mesmo instrumento fosse possível identificar o sentido e a intensidade da atitude”. Assim, o formulário permitiu verificar o grau de concordância ou discordância dos discentes voluntários da pesquisa em relação às questões indicadas, visando a aderência deles ao conteúdo, à forma e à relevância do PE.

Assim, a fim de assegurar a efetiva contribuição do PE no processo de aprendizagem, disponibilizamos a avaliação da HQ Filosófica: a lógica aos discentes. Essa dimensão é essencial para, conforme Leite (2018, p. 335), “conhecer os sujeitos

a quem se destina o material para entender o que sabem, pensam, querem, imaginam e ignoram sobre o tema em questão e quais das suas necessidades poderiam ser respondidas pelo material”.

Neste sentido, o PE foi avaliado por um grupo focal de 6 discentes voluntários matriculados na 3ª série do Ensino Médio Integrado ao Técnico do curso de Meio Ambiente do IFAL-MD, no ano letivo de 2021, visto que na 2ª série do nível médio tiveram na grade curricular de Filosofia o conteúdo de lógica. Entre os participantes da pesquisa, 5 (83%) são do gênero feminino, enquanto 1 (17%) do masculino, estando numa faixa etária compreendida entre 17 a 20 anos.

De modo geral, não foram identificadas nenhuma neutralidade ou discordância com as questões apresentadas no Formulário de Avaliação. Inicialmente, questionamos se os/as discentes já tinham estudado o assunto de lógica, de forma unânime, 100% dos discentes responderam afirmativamente. Entre eles 2 (33,3%) afirmaram ter alguma dificuldade em compreender o assunto em sala de aula.

Avaliamos a aceitação dos discentes à linguagem e a adequação da diagramação da HQ Filosófica: a lógica, valorizando a participação coletiva na construção e melhoria do PE. No quesito, referente à linguagem empregada na HQ, 4 (66,7%) dos/as discentes concordam plenamente que a linguagem empregada possibilitou a compreensão do tema e 2 (33,3%) parcialmente, conforme Gráfico 9.

Gráfico 9 – À linguagem da HQ



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Já no quesito seguinte, quanto à adequação da diagramação, 5 (83%) dos/as discentes concordam plenamente que a diagramação é adequada e agradável ao leitor, apenas um/a afirmou 1 (17%) concorda parcialmente, conforme Gráfico 10.

Gráfico 10 – Adequação da diagramação da HQ

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Questionamos aos discentes se a leitura da HQ pode contribuir para a compreensão do conteúdo filosófico por ela abordado. 100% responderam positivamente que a HQ Filosófica: a lógica contribuiu com a compreensão do conteúdo abordado.

Considerando que o objetivo desta pesquisa é desenvolver uma HQ, questionamos aos discentes se eles gostariam que outras disciplinas do curso abordassem conteúdos por meio da utilização de história em quadrinhos. Todos os discentes afirmaram que sim.

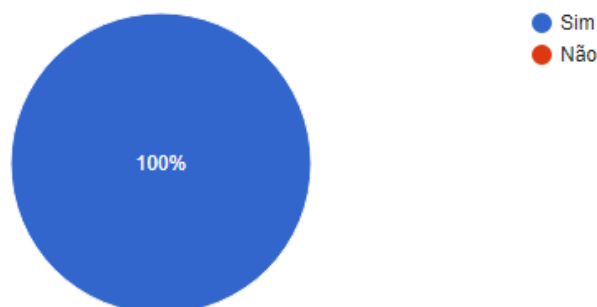
Nessa perspectiva, Rama e Vergueiro (2012) compreendem que trabalhar as HQs no contexto escolar é de suma importância, pois carrega em si sentidos e possibilidades de reflexão e aprendizados sobre o mundo em que se está inserido, assim como estímulos à criação, imaginação e socialização.

Entre os/as discentes, à guisa de conclusão, registramos uma unanimidade quanto à aprovação da HQ Filosófica: a lógica para o estudo de lógica, conforme Gráfico 11. Tocante à metodologia da pesquisa-ação e a seu viés participativo, solicitamos dos discentes sugestões para a melhoria do PE. Para uma melhoria na exposição da HQ Filosófica: a lógica, dois discentes fizeram recomendações de ajustes em determinados quadrinhos. Foram sugeridas mudanças de palavras, de modo que as falas se tornassem mais coloquiais e menos formais. Essas sugestões foram importantes para nosso material, uma vez que esse produto se destina ao público jovem. Assim acatamos as sugestões e realizamos as modificações apontadas pelos discentes.

Gráfico 11 – Aprovação da HQ para o estudo de lógica

Você aprova a utilização da HQ para o estudo de lógica, considerando que ela passará por ajustes a partir destas avaliações?

6 respostas



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Os dados obtidos com esse formulário avaliativo demonstram o quanto a HQ foi bem aceita pelos discentes participantes da pesquisa e o quanto se torna propícia ao aprendizado, quando utilizada não apenas como lazer, mas para a obtenção de conhecimentos sejam eles de quaisquer disciplinas.

A partir da aceitação dos/as discentes a utilização da HQ em sala de aula, como Rama e Vergueiro (2012, p. 66) cremos que “os quadrinhos são, sem dúvida, um riquíssimo material de apoio didático. Sendo bem trabalhados (o que poucas vezes acontece), propõem aos alunos um bom debate e um maior aprofundamento” do tema abordado. Neste contexto, Severo e Severo (2015) destacam que

[...] a proposta da inserção de HQs na sala de aula (...) é vista como instrumento pedagógico capaz de mediar o processo de aprendizagem do aluno. As HQs possuem uma linguagem fascinante ao agregar o texto escrito e a imagem, ao tempo em que possibilita ao aluno a produção de conhecimento desenvolvendo sua criatividade e o poder de síntese, possibilitando-o apresentar releitura, uma visão satírica, contestadora e crítica dos fatos abordados (SEVERO; SEVERO, 2015, p. 2).

Além disso, Rama e Vergueiro (2012) apontam uma série de vantagens no uso de HQs para a educação, dentre elas destacam-se que os discentes querem ler os quadrinhos, as HQs fazem parte do seu cotidiano além de haver uma forte identificação dos jovens com ícones da cultura popular, entre os quais estão vários personagens dos quadrinhos.

Nesse sentido, percebemos que as HQs podem ser utilizadas em qualquer nível escolar e com qualquer tema – “não existe qualquer barreira para o

aproveitamento das histórias em quadrinhos nos anos escolares iniciais e tampouco para sua utilização em série mais avançadas, mesmo em nível universitário” (RAMA; VERGUEIRO, 2012, p. 24-25).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que uma educação emancipatória pode acontecer através do ensino de filosofia. Assim, tendo a filosofia como articuladora de um olhar de conjunto sobre a práxis educativa, permitirá uma possibilidade de superação da dicotomia entre formação humanista e formação tecnológica, conferindo ao ensino nos cursos técnicos integrados ao médio, um caráter mais integral que na concepção de Ciavatta (2014):

Significa a educação como compreensão e apropriação intelectual de determinado campo empírico, teórico ou simbólico, por eles se apreendem e se representam as relações que constituem e estruturam a produção social da existência humana, que tem no trabalho e na práxis política suas principais formas de intervenção no real (CIAVATTA, 2014, p. 202-203).

Porém, isso não significa que devemos deixar de lado a formação tecnológica em detrimento da formação humanista, mas aprender a ensinar na convivência ambígua das duas na formação dos discentes e, de modo gramsciano, seguindo o caminho já apontado por Marx, pensa a escola unitária como recondução do ser humano pleno (omnilateral), ou seja, como educação intelectual, corporal e tecnológica (GRAMSCI, 1995).

Uma educação humanizada, nesse sentido, reside no reconhecimento e valorização de que uma educação omnilateral é o caminho para a transformação da educação politécnica, que na concepção de formação humana integral pressupõe eliminar do ser humano o caráter unilateral, a partir da formação integral do discente, baseando-se em discutir valores e atitudes importantes ao seu desenvolvimento social. Além de promover a singularidade, a identidade e o foco na qualidade de ensino, tornando as instituições de ensino num palco de experiências democráticas.

Destacamos que o ProfEPT prevê a produção de um Produto Educacional que se destina a docentes na Educação Profissional e Tecnológica e, de alguma forma, auxiliá-lo em sala ou fora dela. Assim produzimos uma HQ voltada ao ensino de lógica para as turmas de 2ª séries do Ensino Médio Integrado, que foi testada e aplicada, editada e aperfeiçoada, e que, portanto, serviu ao seu propósito.

A experiência de elaboração deste PE, seguindo as fases de processo do ciclo básico da investigação-ação proposto por Tripp (2005): planejar, produzir, aplicar e por fim poder avaliar a HQ Filosófica: a lógica, foi de fundamental importância para

nossas práticas docentes e principalmente para nossa formação.

Neste contexto, acreditamos que nossa pesquisa obteve um resultado significativo e que, a utilização de histórias em quadrinhos como produto educacional em sala de aula pode auxiliar no entendimento e na compreensão do conteúdo de lógica, além de, apontar para o potencial da história em quadrinhos como um bom material didático complementar que auxilia na aprendizagem do discente nas aulas de filosofia.

Portanto, essa pesquisa permitiu-nos, a partir da análise dos resultados verificar, que as histórias em quadrinhos são consideradas um bom material didático auxiliar, contribui para a aprendizagem, além de ser um potencial recurso pedagógico, que os dados demonstram ser bem aceito pelos discentes pesquisados.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERALDI, Gabriel Moreira; COIMBRA, Alda Maria. Quadrinhos: uma proposta multimodal para o ensino de Filosofia. *EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação*, Porto Velho, v. 4, n. 9, p. 114-128, set/dez, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/issue/archive>. Acesso em: 03 de maio de 2021.

BONAMIGO, Carlos Antônio. Limites e possibilidades históricas à educação omnilateral. *EDUCERE - Revista da Educação*, Umuarama, v. 14, n.1, p. 83-101, jan/jun, 2014.

BORGES, Liliam Faria Porto. Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács. *Revista Educação em Questão*, Natal, v.55, n.45, pp.101-126, jul./set, 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/12747>. Acesso em: 05 de novembro de 2019.

CARDOSO, Athos Eichler (Org.). **As Aventuras de Nhô-Quim & Zé Caipora: os primeiros quadrinhos brasileiros 1869-1883**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2013.

CARVALHO, Djota. **A educação está no gibi**. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

CHAUI, Marilena. **Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles**, v. 1, 2. ed., rev. e ampl. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CIAVATTA, Maria. O Ensino Integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos? *Trabalho e Educação*. Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan/abr, 2014.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marie Nogueira. Ensino médio integrado. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

COELHO, Maria Inês Matos; COSTA, Anna Edith Bellico da (Org). **A educação e a formação humana: tensões e desafios na contemporaneidade**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

COPI, Irving Marmer. **Introdução à lógica**. Tradução de Álvaro Cabral. 2ª ed. – São Paulo: Editora Mestre Jou, 1978.

DOMINGUES, Marcelo de Godoy. **Histórias em Quadrinhos e Ensino Médio Integrado: possibilidades para a formação politécnica na educação básica**. ProfEPT/IFSP: São Paulo, 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT) – Instituto Federal de São Paulo, 2019.

EISNER, Will. **Narrativas gráficas**. São Paulo: Devir, 2005.

FEIJÓ, Mário. **Quadrinhos em ação: um século de história**. São Paulo: Moderna, 1997.

FERRETTI, Celso João. O pensamento educacional em Marx e Gramsci e a concepção de politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 7, n. 1, p. 105-128, 2009. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v7s1/06.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. – 29. ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação dos trabalhadores. In: COSTA, Hélio; CONCEIÇÃO, Martinho (Org). **Educação Integral e Sistema de Reconhecimento e certificação educacional e profissional**. São Paulo: cut, 2005.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo Focal na pesquisa em ciências sociais e humana**. Brasília: Líber Livro, 2012.

GRABOWSKI, Gabriel; KUENZER, Acácia Zeneida. A produção do conhecimento no campo da Educação Profissional no regime de acumulação flexível. **Holos**, v. 6, p. 22-32, 2016. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4983>. Acesso em: 11 de maio de 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. [Tradução de Carlos Nelson Coutinho] – 10. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**:(as concepções de Estado em Marx, Engels, Lenin e Gramsci). Porto Alegre: L & PM editora, 1980.

GUIMARÃES, Edgard. **Estudos sobre História em Quadrinhos**. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2010.

IANNONE, Leila Rentroia; IANNONE, Roberto Antonio. **O mundo das histórias em quadrinhos**. São Paulo: Moderna, 1994.

JUNIOR, Justino de Sousa. Politecnia e onilateralidade em Marx. **Trabalho & Educação**. Belo Horizonte: NETE, jan/jul, 1999, n. 5, p. 98-114. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9150/6574>. Acesso em 11 de abril de 2020.

LEITE, Priscila de Sousa Chisté. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: Uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. 7º **Congresso Ibero-Americano em investigação qualitativa**. v. 1. 2018. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656>. Acesso em: 10 de maio de 2021.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. – 1. ed. – São Paulo:

Expressão Popular, 2008.

LUCIAN, Rafael; DORNELAS, Jairo Simião. Mensuração de atitude: Proposição de um Protocolo de Elaboração de Escalas. **Rev. adm. Contemp.**, Curitiba, v. 19, n. (spe2), p. 157-177, Ago 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac20151559> Acesso em: 01 de março de 2021.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Filosofia da educação**. – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, Carlos Cipriano; PASSOS, E. S. **Introdução à filosofia: aprendendo a pensar**. – 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

LUNGARZO, Carlos. **O que é lógica**. – 3. ed. – São Paulo: Editora Brasiliense, 1993. (Coleção Primeiros Passos)

LUYTEN, Sonia Maria Bibe (org.). **Histórias em quadrinhos – leitura crítica**. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

LUYTEN, Sonia Maria Bibe. **O que é história em quadrinhos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

PIRES, Maria da Conceição Francisca. Centenário do traço: o humor político de Ângelo Agostini na Revista Ilustrada (1876-1888) Relatório Final – **Simpósio Ângelo Agostini 100 anos depois**. – Casa Ruy Barbosa, 2010.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Volume I – Livro Primeiro. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kohte. – 3. ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 1º Capítulo seguido das Teses sobre Feuerbach. São Paulo: Centauro Editora, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Tradução Antonio Carlos Braga – 1. ed. – São Paulo: Lafonte, 2018.

MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém. **O trabalho e a identidade política da classe trabalhadora**. Goiânia: Alternativa, 2002.

MENDONÇA, Rosa Helena. História em Quadrinhos: um recurso de aprendizagem. Salto para o futuro. Rio de Janeiro. IN: **TV Escola/ Salto para o futuro**. Ano XXI, Boletim 01, p. 1-30, abril, 2011. Disponível em: https://www.noticiasead.com.br/images/stories/pdf_ppt_Doc/181213historiaemquadrinhos.pdf. Acesso em: 03 de maio de 2021.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. – 2. ed. – São Paulo: Boitempo, 2008.

MORAES, Natália Cristina Reis de. **Biblioteca ativa na EPT: minicurso de criação de histórias em quadrinhos**. ProfEPT/IFTM: Minas Gerais, 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT) – Instituto Federal do Triângulo Mineiro, 2019.

MORTARI, Cezar Augusto. **Introdução à lógica**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: Dualidade histórica e perspectiva de integração. IN: HOLOS. Ano XXIII, Vol. 2, 2007. **Revista eletrônica do CEFET-RN**. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/holos.2007.11>. Acesso em: 11 maio 2019.

MOYA, Álvaro de. **Shazam!** 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

MOYA, Álvaro de. **História da história em quadrinhos**. – Porto Alegre: L&PM, 1986.

PAIVA, Fábio da Silva. **História em quadrinhos na educação: memórias, resultados e dados**. UFPE: Recife, 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

POSSAMAI, Darlei. **Filosofia no Ensino Médio: o gênero história em quadrinhos numa perspectiva de letramento**. UNISUL: Santa Catarina, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Sul de Santa Catarina, 2006.

RAMA, Ângela; VERGUEIRO, Waldomiro, (org.). **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. 4. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012.

RAMOS, Marise Nogueira. **Concepção do ensino médio integrado**. (Versão ampliada de outro título “Concepção de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional”, neste foi incorporado discussões realizadas no seminário promovido pela Secretária de Educação do Estado do Pará nos dias 08-09/maio), 2008. Disponível em: <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso em: 11 maio 2019.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional [recurso eletrônico]** – Dados eletrônico (1 arquivo: 585kilobytes). – Curitiba, 2014: Instituto Federal do Paraná. – (coleção formação pedagógica; v. 5).

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia: filosofia pagã antiga, v.1**. Tradução: Ivo Storniolo. – São Paulo: Paulus, 2003.

REZENDE, Lucinea Aparecida de. **Leitura e Formação de Leitores: Vivências Teórico-Práticas**. Londrina: Eduel, 2009.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: Ferretti, Celso J. *et al.* (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica. Primeiras aproximações.** – 6. ed. – Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** – 5. ed. – Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2019.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Rev. Bras. Educ.** Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, pp. 422-433, dezembro, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S_141324782010000300002 lng=en&nrm=iso. Acesso em 11 de abril de 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Filosofia.** – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

SEVERO, Marta Ferreira da Silva; SEVERO, David Ferreira. As HQs como ferramenta pedagógica em sala de aula. **Revista Incelências**, v. 4, n. 1, p. 1-13, jan/jun, 2015.

SPAGOLLA, Rosimeiri de Paula. **Afetividade: por uma educação humanizada e humanizadora.** IES: Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP – Campus Jacarezinho, 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2343-8.pdf>. Acesso em: 06 novembro de 2019.

TEIXEIRA, Anísio. Filosofia e educação. **Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos.** Rio de Janeiro, v.32, n.75, jul./set. pp.14-27, 1956. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/filosofia.html>. Acesso em 13 de abril de 2020.

THIOLLENT, Michel. **Pesquisa-Ação nas Organizações.** São Paulo: Atlas, 1997.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** – 18. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. p. 443-466, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf>. Acesso em: 06 setembro de 2019.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Panorama das histórias em quadrinhos no Brasil.** São Paulo: Peirópolis, 2017.

ANEXO A – TALE / Discente



INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS - IFAL
 CAMPUS AVANÇADO BENEDITO BENTES
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa O **ENSINO DE FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: PRODUÇÃO DE UMA HISTÓRIA EM QUADRINHOS PARA O ENSINO DE LÓGICA** de responsabilidade dos pesquisadores Daniel Oliveira da Silva e Prof. Dr. Fábio Francisco de Almeida Castilho.

Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento e rubrique cada página, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

O estudo tem por objetivo desenvolver um material pedagógico, em forma de revista em quadrinhos, que possa ser utilizado em sala de aula ou em outros ambientes educacionais como uma maneira de propiciar aos alunos do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Meio Ambiente do Instituto Federal de Alagoas – Campus Marechal Deodoro, capacitação profissional e acesso ao conhecimento.

A vossa participação consistirá em uma pesquisa educacional que se caracteriza em uma abordagem qualitativa, do tipo pesquisa-ação, por meio de levantamento bibliográfico e da ação docente intervencionista na aula de Filosofia em uma turma do segundo ano do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Meio Ambiente, do IFAL – Campus Marechal Deodoro.

Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer possíveis riscos como, incômodos à sua saúde física e/ou mental, possibilidade dos participantes apresentarem cansaço ou aborrecimento ao responder questionários; desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento; risco de quebra de sigilo involuntária e não intencional. Para evitar risco desse nível os participantes receberão os esclarecimentos necessários sobre todas as etapas e objetivos do estudo.

Ao participar desse estudo você estará contribuindo, mesmo que não diretamente, aos benefícios esperados nesse projeto de pesquisa que, são: melhoria do processo de ensino-aprendizagem através do desenvolvimento do material pedagógico que propiciem ao docente melhores condições de desenvolver seu trabalho em sala de aula.

A vossa participação neste projeto deverá ter a duração de aproximados dois meses, com quatro encontros para a realização de oficinas para a produção de quadrinhos, sendo cada encontro com duração média de uma hora.

O Comitês de Ética em Pesquisa – CEP não será responsável por indenização ou ressarcimentos por qualquer despesa que venha a ter com a sua participação nesse estudo e, também, por todos os danos que venha a sofrer pela mesma razão.

A qualquer momento, você poderá recusar a continuar participando do estudo e, retirar o seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo. As informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto aos responsáveis pelo estudo.

A divulgação dos resultados será realizada somente entre profissionais e no meio científico pertinente.

O pesquisador responsável irá tratar a sua identidade com sigilo e privacidade. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você.

Rubrica do pesquisador: _____.

Rubrica do participante: _____.



INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS - IFAL
 CAMPUS AVANÇADO BENEDITO BENTES
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente de vossa participação no estudo, poderá ser compensado conforme determina a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados.

Eu, _____, portador do CPF _____, nascido (a) em ____/____/____, residente no endereço _____, na cidade de _____, Estado _____, podendo ser contatado (a) pelo número telefônico () _____ fui informado (a) dos objetivos do estudo **O ENSINO DE FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: PRODUÇÃO DE UMA HISTÓRIA EM QUADRINHOS PARA O ENSINO DE LÓGICA**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Tendo o termo de consentimento do meu responsável já sido assinado, declaro que concordo em participar desse estudo e que recebi uma via deste Termo de Assentimento Livre e Esclarecido.

Nome e Endereço do Pesquisador Responsável:

DANIEL OLIVEIRA DA SILVA
 Endereço: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
 Cidade/CEP: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
 Fone: (XX) XXXXX-XXXX

Instituição:

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL – Campus Avançado Benedito Bentes
 Endereço: Av. Benedito Bentes, s/n – Conj. Benedito Bentes II
 Cidade/CEP: Maceió – AL – 57084-649
 Fone: (82) 2126-6230

Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos deste estudo, você, ou os responsáveis por você, poderão consultar o:

Comitê de Ética em Pesquisa, pertencente Comitê de Ética em Pesquisa, pertencente FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JAYME DE ALTAVILA – CENTRO UNIVERSITÁRIO – CESMAC: Rua Cônego Machado, 917. Farol, CEP: 57051-160. Telefone: 3315 6787. Correio eletrônico: coepe.cesmac@cesmac.edu.br. Horário de funcionamento: segunda a sexta no horário de 13:00 as 19:00 horas.

Maceió – AL, ____ de _____ de 202_.

 Assinatura do participante

 Assinatura do pesquisador principal

Rubrica do pesquisador: _____.

Rubrica do participante: _____.

ANEXO B – TCLE / Responsáveis Discentes



INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS - IFAL
 CAMPUS AVANÇADO BENEDITO BENTES
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você, pai/responsável pelo menor, está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa **O ENSINO DE FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: PRODUÇÃO DE UMA HISTÓRIA EM QUADRINHOS PARA O ENSINO DE LÓGICA**, dos pesquisadores Daniel Oliveira da Silva e o Prof. Dr. Fábio Francisco de Almeida Castilho. A seguir, as informações do projeto de pesquisa com relação a sua participação neste projeto:

1. O estudo tem por objetivo desenvolver um material pedagógico, em forma de revista em quadrinhos, que possa ser utilizado em sala de aula ou em outros ambientes educacionais como uma maneira de propiciar aos alunos do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Meio Ambiente do Instituto Federal de Alagoas – Campus Marechal Deodoro, capacitação profissional e acesso ao conhecimento.
2. A sua participação consistirá em uma pesquisa educacional que se caracteriza em uma abordagem qualitativa, do tipo pesquisa-ação, por meio de levantamento bibliográfico e da ação docente intervencionista na aula de Filosofia em uma turma do primeiro ano do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Meio Ambiente, do IFAL – Campus Marechal Deodoro.
3. Ao participar desse estudo você estará contribuindo, mesmo que não diretamente, aos benefícios esperados nesse projeto de pesquisa que, são: melhoria do processo de ensino-aprendizagem através do desenvolvimento do material pedagógico que propiciem ao docente melhores condições de desenvolver seu trabalho em sala de aula.
4. A coleta de dados começará em 01 de setembro de 2020 a 30 de novembro de 2020.
5. O estudo será feito da seguinte maneira: Estudos Bibliográficos; Coleta de Dados (preenchimento de questionários); Teste do Produto Educacional.
6. A sua participação será nas seguintes etapas: autorizando a participação do menor sob sua responsabilidade na pesquisa
7. Os incômodos e possíveis riscos à sua saúde física e/ou mental são: possibilidade dos participantes apresentarem cansaço ou aborrecimento ao responder questionários; desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento; risco de quebra de sigilo involuntária e não intencional.
8. Os benefícios esperados com a sua participação no projeto de pesquisa, mesmo que não diretamente são: melhoria do processo de ensino-aprendizagem através do desenvolvimento do material pedagógico adaptado que propiciem ao professor melhores condições de desenvolver seu trabalho em sala de aula.
9. Você poderá contar com a seguinte assistência: psíquico-emocional e física, sendo responsável por ela o pesquisador Daniel Oliveira da Silva, caso comprovado nexos causal.
10. Você será informado(a) do resultado final do projeto e sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.
11. As informações conseguidas através da participação do menor sob sua responsabilidade na pesquisa não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto para a equipe de pesquisa, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto após a sua autorização.
12. Durante todo o estudo, a qualquer momento que se faça necessário, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.
13. O Comitê de Ética em Pesquisa – CEP têm por Finalidade defender os interesses dos sujeitos das pesquisas em sua integridade e dignidade, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos obedecendo aos pressupostos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS e de todas as suas complementares.

Rubrica do pesquisador: _____.

Rubrica do participante: _____.



INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS - IFAL
 CAMPUS AVANÇADO BENEDITO BENTES
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



14. O Comitês de Ética em Pesquisa – CEP não será responsável por indenização ou ressarcimentos por qualquer despesa que venha a ter com a sua participação nesse estudo e, também, por todos os danos que venha a sofrer pela mesma razão.

15. A qualquer momento, o (a) Senhor (a) poderá recusar a continuar participando do estudo e, retirar o seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo. As informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto aos responsáveis pelo estudo. A divulgação dos resultados será realizada somente entre profissionais e no meio científico pertinente.

16. A participação neste estudo não traz nenhuma despesa extra para seus participantes.

17. Você será indenizado(a) por qualquer dano que venha a sofrer com a sua participação na pesquisa (nexo causal).

18. Você receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por todos.

Eu , responsável pelo menor que foi convidado a participar da pesquisa, tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a participação no mencionado estudo e estando consciente dos direitos, das responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a participação implicam, concordo em autorizar a participação do menor e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Endereço da equipe de pesquisa (OBRIGATÓRIO):

Instituição: Instituto Federal de Alagoas - IFAL
 Pesquisador responsável: DANIEL OLIVEIRA DA SILVA
 Endereço: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
 Cidade/CEP: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
 Telefone: (XX) XXXXX-XXXX
 Ponto de referência: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contato de urgência: Sr(a).

Endereço:
 Complemento:
 Cidade/CEP:
 Telefone:
 Ponto de referência:

ATENÇÃO: Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos deste estudo, você, ou os responsáveis por você, poderão consultar o: Comitê de Ética em Pesquisa, pertencente FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JAYME DE ALTAVILA – CENTRO UNIVERSITÁRIO – CESMAC: Rua Cônego Machado, 917. Farol, CEP: 57051-160. Telefone: 3315 6787. Correio eletrônico: coepe.cesmac@cesmac.edu.br. Horário de funcionamento: segunda a sexta no horário de 13:00 as 19:00 horas.

Maceió – AL, ____ de _____ de 202_.

Assinatura ou impressão datiloscópica d(o,a) voluntári(o,a) ou responsável legal e rubricar as demais folhas	Nome e Assinatura do Pesquisador pelo estudo (Rubricar as demais páginas)

Rubrica do pesquisador: _____.

Rubrica do participante: _____.

ANEXO C – Termo de Anuência



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IFAL
CAMPUS MARECHAL DEODORO
Rua Lourival Alfredo, 176 – Poeira, Marechal Deodoro – AL, 57.160-000
Tel. (82) 2126-6300 http://www2.ifal.edu.br/campus/site/campus_marechal

Eu, EDER JÚNIOR CRUZ DE SOUZA, CPF nº 986.646.385-00, matrícula SIAPE nº 1629627, responsável pela Direção Geral do INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL, CAMPUS MARECHAL DEODORO, autorizo a realização da pesquisa intitulada APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NO ENSINO DE FILOSOFIA: PRODUÇÃO DE UMA REVISTA DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS PARA O ENSINO DE LÓGICA, que tem por objetivo desenvolver uma oficina para produção de quadrinhos que colabore com o processo de ensino aprendizagem dos alunos do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Meio Ambiente do Instituto Federal de Alagoas – Campus Marechal Deodoro.

Estou ciente que a pesquisa será realizada sob a responsabilidade de DANIEL OLIVEIRA DA SILVA, sob a orientação do professor Dr. Fábio Francisco de Almeida Castilho, e concordo que a mesma seja realizada no período de 01 de setembro de 2020 a 30 de novembro de 2020.

Declaro ter conhecimento do projeto de pesquisa, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12 e 510/16. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como Instituição envolvida no presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Esta autorização condiciona o envio da pesquisa e coleta de dados à apresentação do Parecer Favorável a execução da pesquisa emitida pelo sistema CEP/CONEP e a entrega de uma cópia do parecer.

Marechal Deodoro, 11 de maio de 2020.

Atenciosamente,

EDER JÚNIOR CRUZ DE SOUZA
Direção Geral do IFAL, Campus Marechal Deodoro

Eder Júnior Cruz de Souza
Diretor Geral
IFAL - Campus MD

ANEXO D – Parecer Consubstanciado CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NO ENSINO DE FILOSOFIA: PRODUÇÃO DE UMA REVISTA DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS PARA O ENSINO DE LÓGICA.

Pesquisador: DANIEL OLIVEIRA DA SILVA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 32367820.5.0000.0039

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.138.362

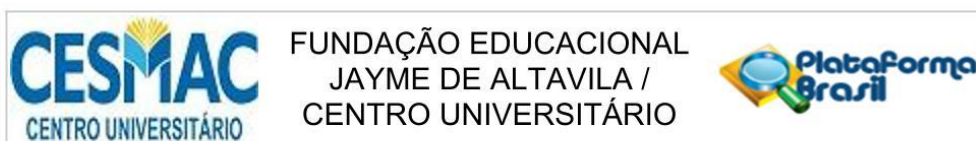
Apresentação do Projeto:

Iniciarei a pesquisa de estudo participando de disciplinas que permitam solidificar minha formação teórica e metodológica na Educação Profissional e Tecnológica disciplina e na disciplina de Filosofia no ensino médio. Pretendo realizar o trabalho de campo apoiado em oficinas, cujo roteiro será elaborado a partir das leituras, orientações, bem como minha prática como docente na área de Filosofia. Estarei atento a procedimentos éticos. Solicitarei carta de consentimento aos participantes e aos seu responsáveis legais - Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos responsáveis legais e de Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) - informando que estarei realizando seminários para desencadear as oficinas. Os seminários para a produção das oficinas serão realizadas com consentimento, mantereí o sigilo de identidade. Posteriormente às oficinas, será elaborada uma revista em quadrinhos sobre lógica na disciplina de Filosofia.

Resumo:

A presente pesquisa objetiva investigar a disciplina de Filosofia no ensino médio, no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL, Campus Marechal Deodoro, no segundo semestre de 2020. O objetivo geral é desenvolver uma oficina para mediar a produção de uma revista em quadrinhos com a temática da lógica filosófica, explicitando o papel da Filosofia no processo educativo e na formação humana omnilateral do discente por meio da aprendizagem significativa. O estudo investigativo é

Endereço: Rua Cônego Machado nº 917
Bairro: Farol **CEP:** 57.051-160
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3215-5062 **Fax:** (82)3215-5062 **E-mail:** coepe.cesmac@cesmac.edu.br



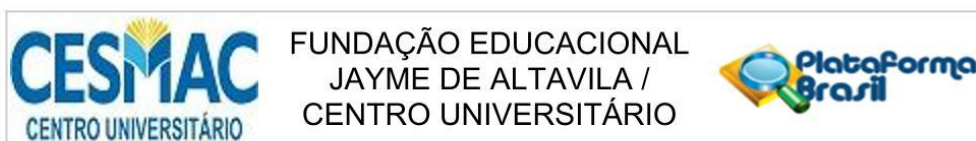
Continuação do Parecer: 4.138.362

de cunho qualitativo e do tipo pesquisa-ação, cujos instrumentos metodológicos, incluem realização de oficinas temáticas e entrevistas semiestruturadas, cujos resultados encontrados possibilitarão uma proposta de revista em quadrinhos para melhor aprendizado dos conceitos filosóficos por parte dos discentes nas aulas de Filosofia do curso pesquisado e o aperfeiçoamento da nossa prática docente no ensino desta disciplina.

Introdução:

A filosofia é um produto da cultura humana. É uma tentativa de conceituar as coisas, ou melhor, de interpretar o mundo. Ela é uma das diferentes manifestações intelectuais da vida humana. Na prática escolar, observa-se que a filosofia apesar da sua longa existência requer uma reestruturação na forma em que é trabalhada na sala de aula, na linguagem do docente e até mesmo em alguns livros do qual são elaborados ideias e conceitos sobre esta disciplina. A filosofia não se caracteriza por seu conteúdo, mas sim por ser uma atividade, a saber, a atividade de pensar. Nesse sentido, diferentemente da maioria das disciplinas, a filosofia, por um lado, não constitui uma ciência e, por outro lado, é tão diversificada e plural quanto pode ser o pensamento humano. A filosofia é a atividade teórica de reflexão e de crítica de problemas que a realidade apresenta e esses problemas refletem necessidades e exigências de uma época é de uma realidade; nesse sentido, a filosofia só poderá encontrar a sua "verdade" na sua "adequação" a essa realidade concreta que não é permanente, mas fundamentalmente histórica. A filosofia muda com a história e enriquece-se com ela. Espera-se da filosofia o desenvolvimento geral da atividade de pensar que não se confunde com qualquer modo de pensar, mas envolve a capacidade de análise, de interpretação e de construção e reconstrução racional de questões e alternativas de soluções que envolvem um quadro mínimo de referências adquirido a partir da leitura da tradição filosófica. A história da filosofia nos revela, contudo, que ao longo dessa tradição não houve uma única linha predominante de pensamento, nem um estilo único de se fazer filosofia. A filosofia desenvolveu-se através de aproximações em maior ou menor grau com a ciência natural, a matemática, a arte, a política, a religião e o mito. O pensamento filosófico expressou-se em diferentes estilos, em poemas, diálogos, aforismos, tratados, cartas, autobiografias. Numa sociedade capitalista, onde toda riqueza humana torna-se mercadoria bem como os saberes sistematizados – fonte inclusive de toda tecnologia motora da indústria. A filosofia contribui para que o processo educativo seja humanizador na medida que os seres humanos desenvolvam sua capacidade ontológica. A educação tem uma função social central na humanização do homem e em seu desenvolvimento – como homem individual e como espécie. Nessa perspectiva, a disciplina de Filosofia apresentar-se

Endereço: Rua Cônego Machado nº 917	CEP: 57.051-160
Bairro: Farol	
UF: AL	Município: MACEIO
Telefone: (82)3215-5062	Fax: (82)3215-5062
	E-mail: coepe.cesmac@cesmac.edu.br



Continuação do Parecer: 4.138.362

na educação técnica e profissionalizante integrada ao ensino médio como contribuição para a formação da autonomia dos discentes, num processo formativo que integre as dimensões estruturantes da vida, trabalho, ciência e cultura. Nesse sentido, esta pesquisa tem o intuito de investigar a aprendizagem significativa na Educação Profissional Tecnológica do Instituto Federal de Alagoas Campus Marechal Deodoro, explicitando o papel da Filosofia no processo educativo e na formação humana omnilateral.

Metodologia Proposta:

A presente pesquisa educacional se caracteriza em uma abordagem qualitativa, do tipo pesquisa-ação, por meio de levantamento bibliográfico e da ação docente intervencionista na aula de Filosofia em uma turma do primeiro ano do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Meio Ambiente, do IFAL – Campus Marechal Deodoro.

O método intervencionista inclui doze (12) discentes e o docente em discussões para trabalhar questões relevantes ao grupo e construir aprendizagens significativas que extrapolem os muros da escola. A pesquisa-ação tem uma base empírica que se associa à prática do docente e dos discentes, assim “os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou

participativo” (THIOLLENT, 2011, p.16). O estudo, nessa perspectiva, visa identificar, coletivamente, a transformação, ainda que sutil e gradativa, da realidade dos sujeitos envolvidos (LEITE, 2018).

A proposta de intervenção está prevista para o segundo semestre de 2020. Serão organizadas 4 oficinas dispostas em 4 aulas de 50 minutos. Além das oficinas, os sujeitos colaboradores participarão de entrevistas semiestruturadas. Assim procedendo, o pesquisador, potencialmente poderá obter respostas aprofundadas dos pesquisados (KAUFMAN, 2013).

Os dados serão obtidos através das seguintes oficinas propostas:

Oficina 1: Apresentação da pesquisa e interpretação de material audiovisual para debate, com temática a definir durante o desenvolvimento da pesquisa;

Oficina 2: Leitura e interpretação de texto;

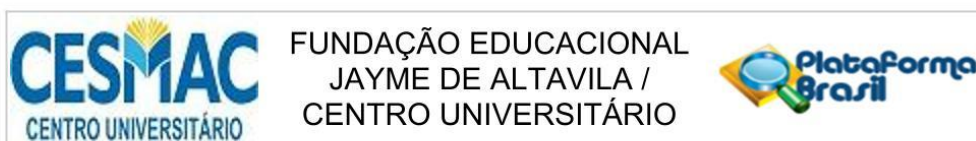
Oficina 3: Produção textual;

Oficina 4: Elaboração das oficinas para produção da revista em quadrinhos.

Objetivo da Pesquisa:

Realizar um produto educacional (produção de uma revista em quadrinhos) que através de atividades lúdicas venha contribuir no processo educativo e na formação humana omnilateral do

Endereço: Rua Cônego Machado nº 917	CEP: 57.051-160
Bairro: Farol	
UF: AL	Município: MACEIO
Telefone: (82)3215-5062	Fax: (82)3215-5062
	E-mail: coepe.cesmac@cesmac.edu.br



Continuação do Parecer: 4.138.362

discente e promover uma aprendizagem significativa, além de aferir se, por meio deste produto educacional, é possível explicar um conteúdo de difícil compreensão como é considerado o de lógica.

Objetivo Secundário:

Fazer um panorama histórico da presença/ausência da Filosofia na legislação brasileira;

Desenvolver um produto educacional (produção de uma revista em quadrinhos) que possibilite o entendimento dos discentes e que este possa ser utilizado como um material didático para explicar o conteúdo de lógica;

Verificar a aceitação dos discentes ao material proposto por meio de entrevistas semiestruturadas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

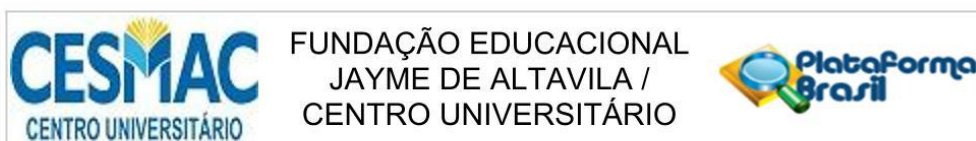
Riscos:

As respostas, ao questionário proposto, poderão implicar riscos de inibição ou constrangimento diante do entrevistador. Assim, esta pesquisa estará pautada ao que se solicita na Resolução 466/12 (BRASIL, 2012) e resolução 510/2016 (BRASIL, 2016). Para minimizar riscos durante a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas, tais como: desconforto, vergonha ou estresse, os colaboradores serão previamente esclarecidos sobre os objetivos deste estudo e todas as etapas de execução e, ainda, serão garantidas a privacidade dos participantes, pois não serão coletados dados que possam identificá-los. Com nossa responsabilidade de pesquisador, manteremos relação direta com a equipe multidisciplinar do IFAL campus Marechal Deodoro, principalmente com a psicóloga e a enfermeira, para quaisquer tipos de acompanhamento físico e psíquico-emocional, caso se faça necessário.

Benefícios:

A pesquisa pretende demonstrar que as histórias em quadrinhos podem contribuir de maneira significativa para o estudo da Filosofia. Portanto, a escolha que fazemos da proposta de uso de histórias em quadrinhos para o ensino, busca romper com a metodologia centrada apenas no livro didático como fonte de informação e reflexão a respeito da Filosofia no processo ensino-aprendizagem, buscando então, possibilidades de tornar o trabalho em sala de aula mais prazeroso tanto para o discente como para o docente. Este estudo pode ainda, propor, com base nos dados coletados e nos resultados das pesquisas analisadas, formas de planejamentos de aulas – na disciplina de Filosofia – para uso de histórias em quadrinhos e sua relevância no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que as mesmas apresentam uma forma de comunicação visual e verbal e ainda que muitas abordam temas

Endereço: Rua Cônego Machado nº 917
Bairro: Farol **CEP:** 57.051-160
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3215-5062 **Fax:** (82)3215-5062 **E-mail:** coepe.cesmac@cesmac.edu.br



Continuação do Parecer: 4.138.362

relacionados aos conteúdos trabalhados em sala de aula.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente estudo se encontra de acordo com a Resolução 510/16.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Sem óbices éticos.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

AMOSTRAGEM

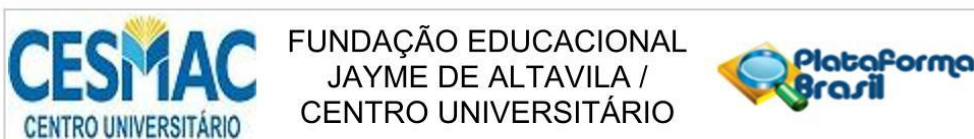
- Explicar como chegou ao "n" 12 como tamanho da amostra participante das oficinas. Optamos por ampliar o número de participantes da pesquisa – abandonando o quantitativo de 12 discentes – para incluir todos os discentes da turma do 2º ano do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Meio Ambiente, do IFAL – Campus Marechal Deodoro juntamente com o docente da componente curricular de Filosofia. O estudo, nessa perspectiva, visa identificar, coletivamente, a transformação, ainda que sutil e gradativa, da realidade dos sujeitos envolvidos (LEITE, 2018). Com base na linha investigativa em que nos dispomos a trabalhar, optamos pela turma do 2º ano do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Meio Ambiente pelo fato do discentes do 2º ano estarem no meio dessa travessia que é o Ensino Médio, já tiveram no ano anterior aulas de Filosofia e assim já possuem melhor conhecimento sobre o conteúdo. Outro motivo que nos levaram a escolha do 2º ano deve-se o fato da turma do 1º ano estarem iniciando no Ensino Médio e assim ainda não tiveram contato com o conteúdo de Filosofia e a turma do 3º ano estarem com o pensamento no ENEM.

PENDÊNCIA RESOLVIDA

RECRUTAMENTO

- Descrever como, quando e onde os estudantes serão abordados para participar do projeto, considerando que, a princípio, o recrutamento dependeria da participação do pesquisador em aulas presenciais, mas elas encontram-se suspensas no IFAL devido à pandemia do Covid-19. Para não comprometemos as aulas regulares, os participantes serão convidados a participar da pesquisa durante os intervalos das aulas do Instituto Federal de Alagoas – Campus Marechal Deodoro, estes receberão os esclarecimentos sobre o estudo em qualquer aspecto que desejarem e estarão livres para participar ou recusar-se a participar, a qualquer tempo sem quaisquer prejuízos. A participação é voluntária, e a recusa em não participar não acarretará qualquer

Endereço: Rua Cônego Machado nº 917	CEP: 57.051-160
Bairro: Farol	
UF: AL	Município: MACEIO
Telefone: (82)3215-5062	Fax: (82)3215-5062
	E-mail: coepe.cesmac@cesmac.edu.br



Continuação do Parecer: 4.138.362

penalidade ou modificação na forma em que você será atendido pelo pesquisador. Devido à pandemia do Covid-19 as aulas presenciais do IFAL encontram-se suspensas, assim essa ação intervencionista dar-se-á quando o campus retornar às atividades regulares. Ressaltando que, o docente do componente curricular de Filosofia do campus já está ciente da pesquisa e que tais intervenções acontecerão em intervalos de aulas, isso será possível dado que, os horários das turmas dos Ensino Médio Integrado ao Técnico em Meio Ambiente serem em turno diurno.

PENDÊNCIA RESOLVIDA

SEM ÓBICES ÉTICOS

Considerações Finais a critério do CEP:

Ilmo. Pesquisador DANIEL OLIVEIRA DA SILVA, lembre-se que, segundo a Res. CNS 510/16:

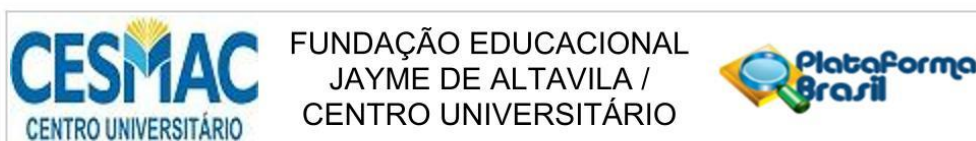
O Sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado e deve receber cópia do TCLE, na íntegra, por ele assinado, a não ser em estudo com autorização de declínio;

V.S^a. deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade por este CEP, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata;

O CEP deve ser imediatamente informado de todos os fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo. É responsabilidade do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas a evento adverso ocorrido e enviar notificação a este CEP e, em casos pertinentes, à ANVISA;

Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprovatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial;

Endereço: Rua Cônego Machado nº 917	CEP: 57.051-160
Bairro: Farol	
UF: AL	Município: MACEIO
Telefone: (82)3215-5062	Fax: (82)3215-5062
	E-mail: coepe.cesmac@cesmac.edu.br



Continuação do Parecer: 4.138.362

O cronograma previsto para a pesquisa será executado caso o projeto seja APROVADO pelo Sistema CEP/CONEP, conforme Carta Circular nº. 061/2012/CONEP/CNS/GB/MS (Brasília-DF, 04 de maio de 2012).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1529994.pdf	22/06/2020 22:06:45		Aceito
Outros	Crono.docx	22/06/2020 22:06:14	DANIEL OLIVEIRA DA SILVA	Aceito
Outros	Parecer.doc	22/06/2020 22:04:57	DANIEL OLIVEIRA DA SILVA	Aceito
Outros	Assistencia.doc	05/06/2020 01:14:36	DANIEL OLIVEIRA DA SILVA	Aceito
Outros	Termo.docx	05/06/2020 01:13:48	DANIEL OLIVEIRA DA SILVA	Aceito
Outros	Carta.doc	05/06/2020 01:05:40	DANIEL OLIVEIRA DA SILVA	Aceito
Outros	Materiais.docx	20/05/2020 22:33:32	DANIEL OLIVEIRA DA SILVA	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	12/05/2020 19:23:13	DANIEL OLIVEIRA DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	12/05/2020 19:22:04	DANIEL OLIVEIRA DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura.pdf	12/05/2020 19:13:20	DANIEL OLIVEIRA DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	12/05/2020 19:12:18	DANIEL OLIVEIRA DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	Folha.pdf	12/05/2020 19:10:00	DANIEL OLIVEIRA DA SILVA	Aceito

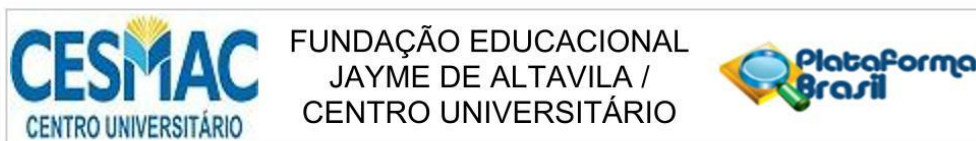
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Cônego Machado nº 917
Bairro: Farol **CEP:** 57.051-160
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3215-5062 **Fax:** (82)3215-5062 **E-mail:** coepe.cesmac@cesmac.edu.br



Continuação do Parecer: 4.138.362

MACEIO, 06 de Julho de 2020

Assinado por:
Ivanilde Míciele da Silva Santos
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Cônego Machado nº 917
Bairro: Farol **CEP:** 57.051-160
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3215-5062 **Fax:** (82)3215-5062 **E-mail:** coepe.cesmac@cesmac.edu.br

APÊNDICE A – Questionário Diagnóstico / Discente

Questionário

Você foi convidado a participar deste questionário que integra o Projeto de Pesquisa O ENSINO DE FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: PRODUÇÃO DE UMA HISTÓRIA EM QUADRINHOS PARA O ENSINO DE LÓGICA sob a responsabilidade do pesquisador Daniel Oliveira da Silva e orientação do prof. Dr. Fábio Francisco de Almeida Castilho.

1. Gênero: (Marcar apenas uma oval)
 Masculino
 Feminino
 Não desejo responder
2. Idade:
3. Gostariamos de saber qual tipo de materiais você gosta de ler. (Marque mais de uma opção se quiser)
 Revista Jornal Livro Revista em quadrinhos outro
4. Você costuma ler histórias em quadrinhos? (Marcar apenas uma oval)
 Sim
 Não
 Não desejo responder
5. Com qual frequência você costuma ler histórias em quadrinhos? (Marcar apenas uma oval)
 Semanalmente
 Quinzenalmente
 Mensalmente
 Anualmente
 Não desejo responder
6. Qual o seu tipo de quadrinhos preferido? (Marque mais de uma opção se quiser)
 Tirinhas
 Cartoons
 Mangás
 Gibis
 Comics (HQs)
 Graphic Novel (Romance gráfico)
 Não desejo responder
7. O que mais lhe atrai nas histórias em quadrinhos? (Marcar apenas uma oval)
 Enredo Personagens Desenhos Autor Não desejo responder
8. Em que suporte você costuma ler quadrinhos?
 Jornais Edições impressas internet Não desejo responder
9. De que forma você tem acesso aos quadrinhos? (Marcar apenas uma oval)
 Vendedor
 Emprestado
 Biblioteca
 Internet
 Banca
 Sebo
 Livraria
 Não desejo Responder
10. Você já teve aula de Lógica? (Marcar apenas uma oval)
 Sim
 Não
 Não desejo responder

APÊNDICE B – Formulário de Avaliação do PE / Discente

Formulário de avaliação de Produto Educacional do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT): "HQ Filosófica".

Produto Educacional (PE) elaborado por Daniel Oliveira da Silva sob orientação do Prof. Dr. Fábio Francisco de Almeida Castilho. Este PE será encartado na dissertação "O Ensino de Filosofia na Educação Profissional e Tecnológica: produção de uma história em quadrinhos para o ensino de lógica" e disponibilizado publicamente no Banco de Produtos Educacionais do MEC, no site deste programa de pós-graduação e outros portais

1. **Gênero: ***
Marcar apenas uma oval.
 Masculino
 Feminino
 Não desejo responder

2. **Idade: ***

3. **A linguagem empregada possibilita a compreensão do tema? ***
Marcar apenas uma oval.
 Concordo plenamente
 Concordo parcialmente
 Não concordo nem discordo (neutro)
 Discordo parcialmente
 Discordo completamente

4. **A diagramação é adequada, sendo agradável ao leitor? ***
Marcar apenas uma oval.
 Concordo plenamente
 Concordo parcialmente
 Não concordo nem discordo (neutro)
 Discordo parcialmente
 Discordo completamente

5. **Você já tinha estudado o assunto de lógica? ***
Marcar apenas uma oval.
 Sim
 Não

6. Caso você já tenha estudado o assunto de lógica, teve alguma dificuldade em compreendê-lo?

7. Você acha que a leitura dessa HQ pode contribuir para a compreensão do conteúdo filosófico por ela abordado? **Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

7.1. Caso responda "Não", poderia dizer o por quê?

8. Você gostaria que outras disciplinas do seu curso no IFAL abordassem conteúdos por meio da utilização de história em quadrinhos? **Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

9. Você aprova a utilização da HQ para o estudo de lógica, considerando que ela passará por ajustes a partir destas avaliações? **Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

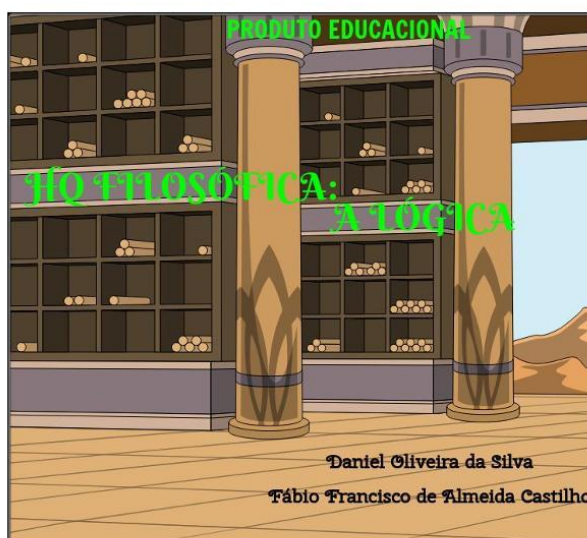
10. Aponte possíveis melhorias para a HQ Filosófica, caso acredite serem necessárias.

Google Formulários

APÊNDICE C – Produto Educacional (HQ Filosófica: a lógica)



INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS AVANÇADO BENEDITO BENTES



MACEIÓ
Agosto/2021



INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**



APRESENTAÇÃO

Esta História em Quadrinhos (HQ), desenvolvida pelo mestrando Daniel Oliveira da Silva, sob orientação do professor doutor Fábio Francisco de Almeida Castilho, é um Produto Educacional (PE) e parte integrante da dissertação de Mestrado intitulada “O Ensino de Filosofia na Educação Profissional e Tecnológica: produção de uma história em quadrinhos para o ensino de lógica”, do Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/IFAL), Campus Avançado Benedito Bentes.

A HQ é uma “arte sequencial”, ou seja, uma “forma artística e literária que lida com a disposição de figuras ou imagens e palavras para narrar uma história ou dramatizar uma ideia” (EISNER 2005, p. 5). Por esta senda, “os quadrinhos são a forma de comunicação mais instantânea e internacional de todas as formas modernas de contato entre os homens de nosso século” (MOYA, 1977, p. 23).

Informamos que em alguns balões existem transcrições literais e paráfrases a obra de Cezar Augusto Mortari¹, principal referência de nossa pesquisa para compreensão do ensino de lógica. As citações não estão indicadas ao longo da HQ para não deixar os quadrinhos com demasiada quantidade de textos e informações, situação que poderia tornar a leitura menos atrativa para nosso público alvo.

Assim, disponibilizamos a você, professor (a), esta história em quadrinhos, na perspectiva que seja um bom material pedagógico a ser utilizado nas aulas de filosofia. Segundo Resende (2009, p. 126), as histórias em quadrinhos são excelentes materiais pedagógicos para serem aplicados no contexto escolar para a formação do discente, “pois são obras ricas em simbologia – podem ser vistas como objeto de lazer, estudo e investigação. A maneira como as palavras, imagens e as formas são trabalhadas apresenta um convite a aprendizagem”.

¹ MORTARI, Cezar Augusto. **Introdução à lógica**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Avançado Benedito Bentes
Biblioteca

S586h

Silva, Daniel Oliveira da.

HQ filosófica: a lógica / Daniel Oliveira da Silva. – 2021.

25 f. : il.

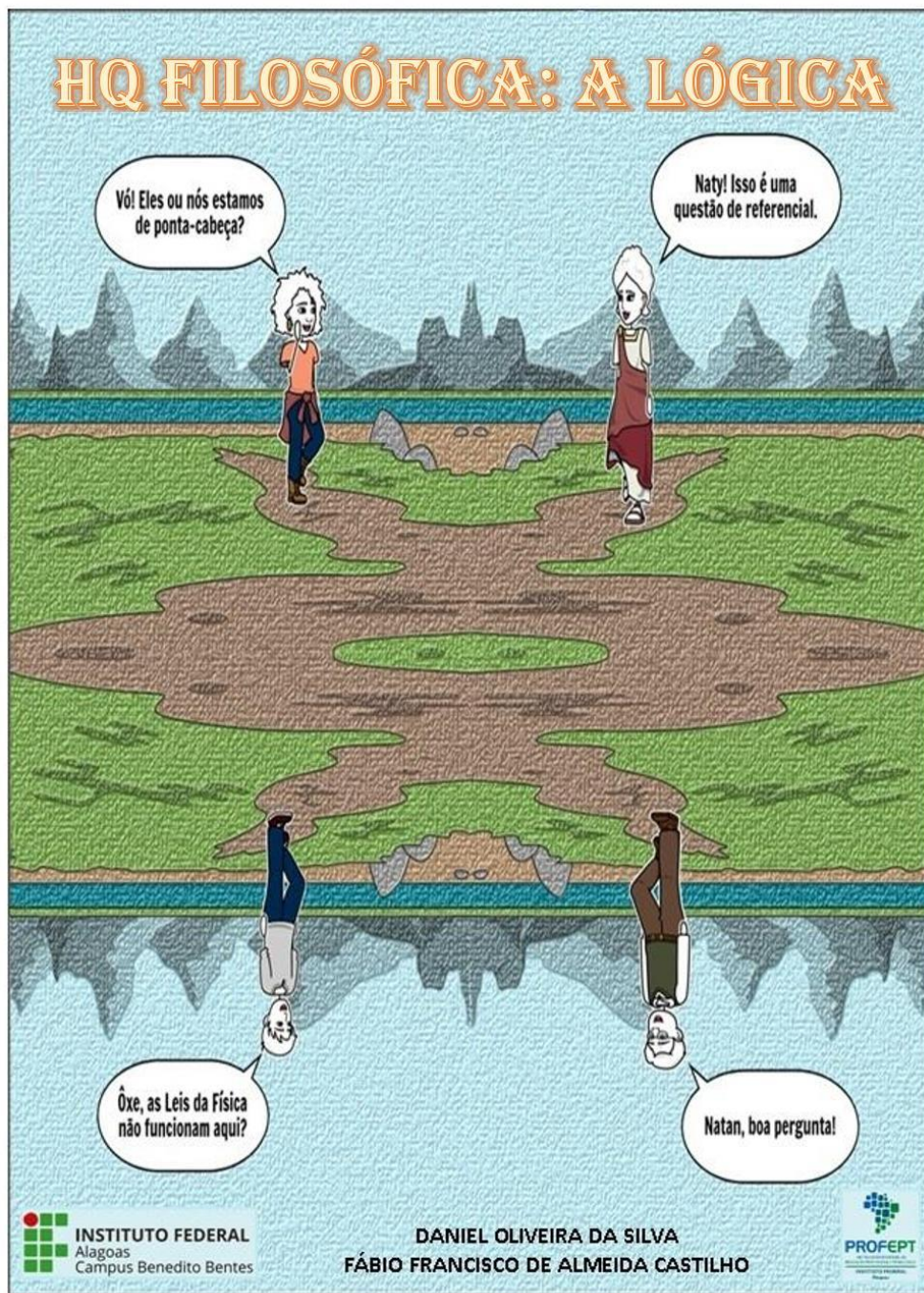
1 CD-ROM: il.

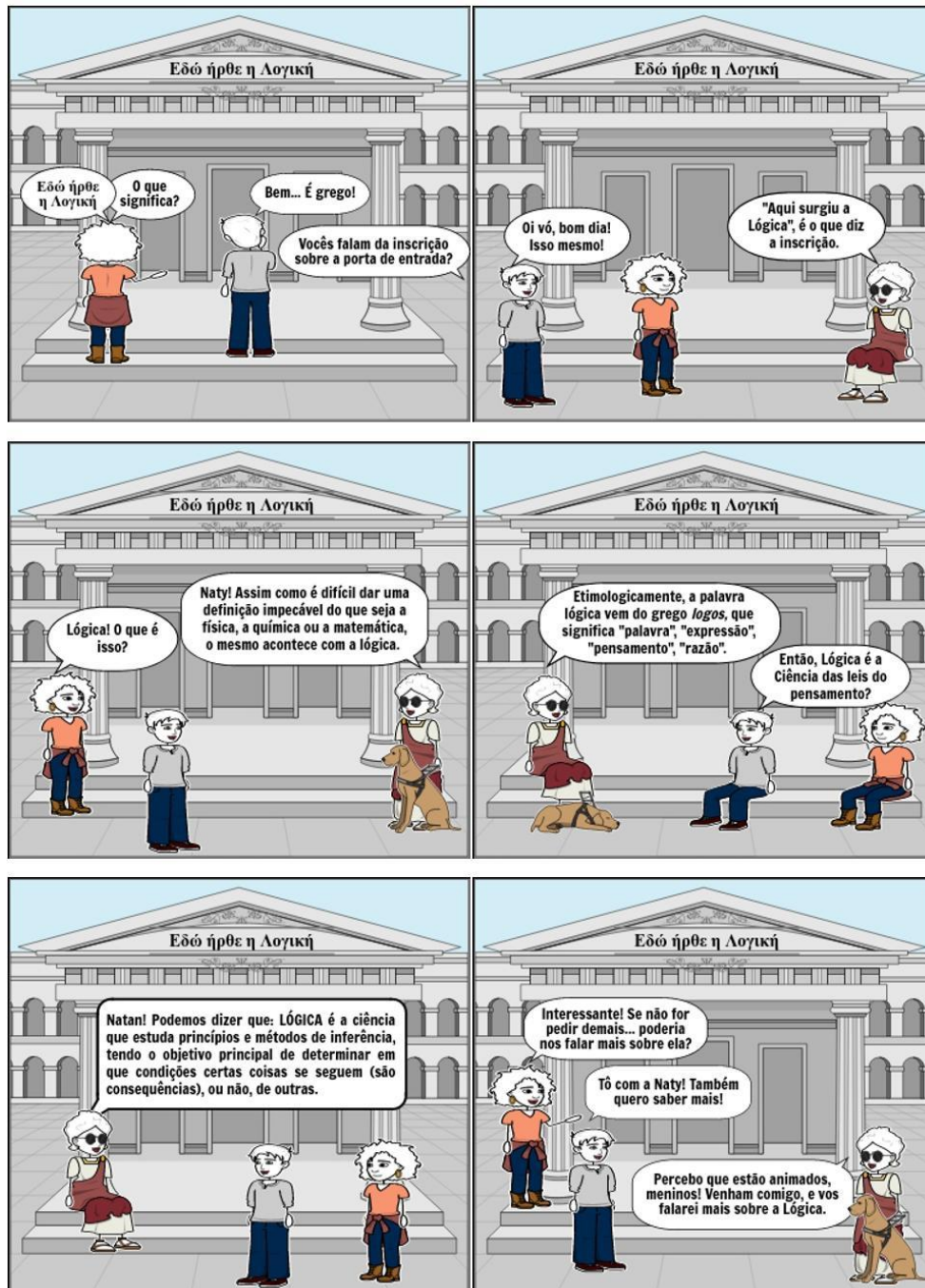
Produto Educacional da Dissertação O ensino da filosofia na educação profissional e tecnológica: produção de uma história em quadrinhos para o ensino de lógica (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2021.

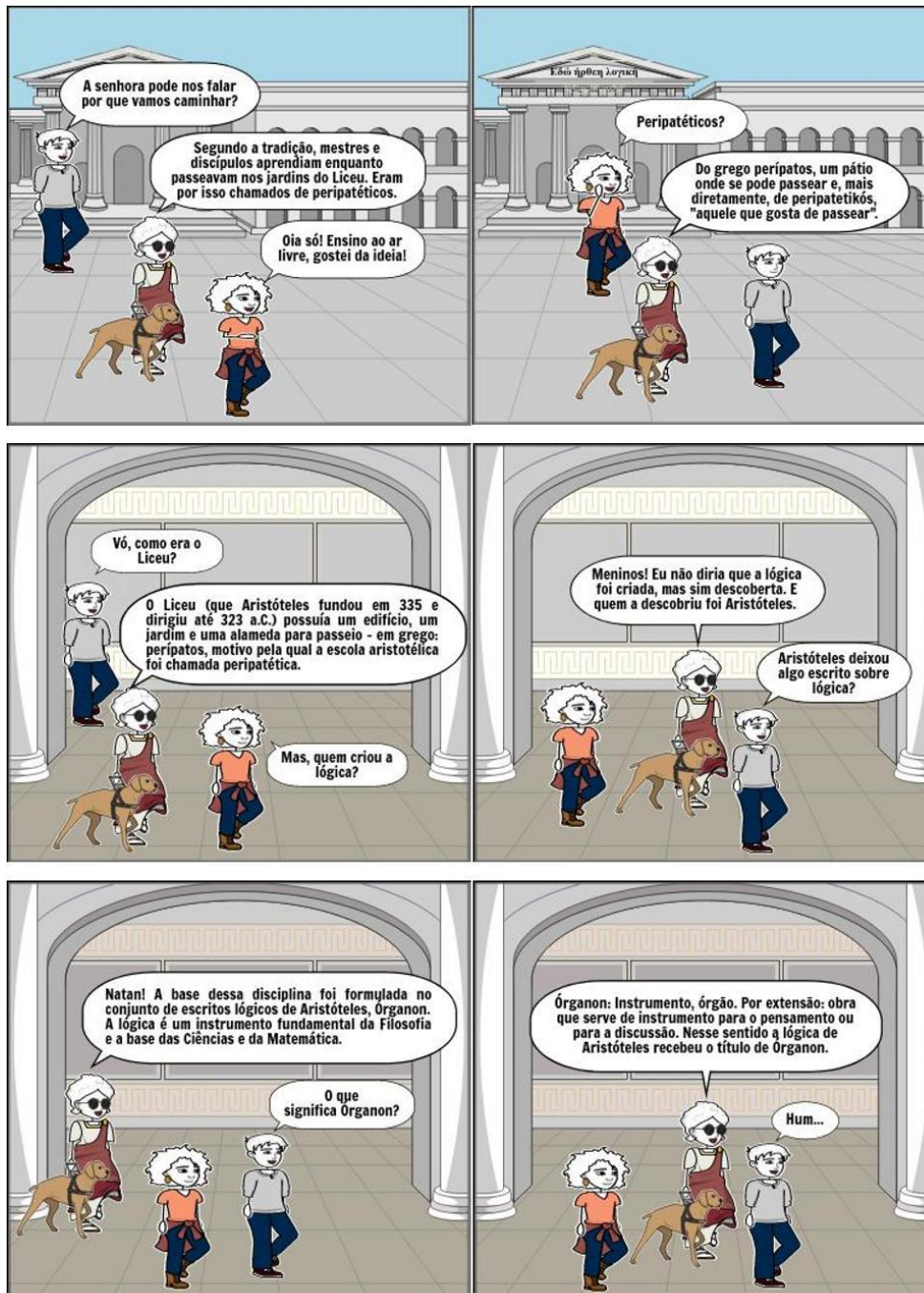
1. Ensino de Filosofia. 2. Educação Profissional - Tecnológica. 3. Ensino de Lógica.
4. Produto Educacional. I. Título.

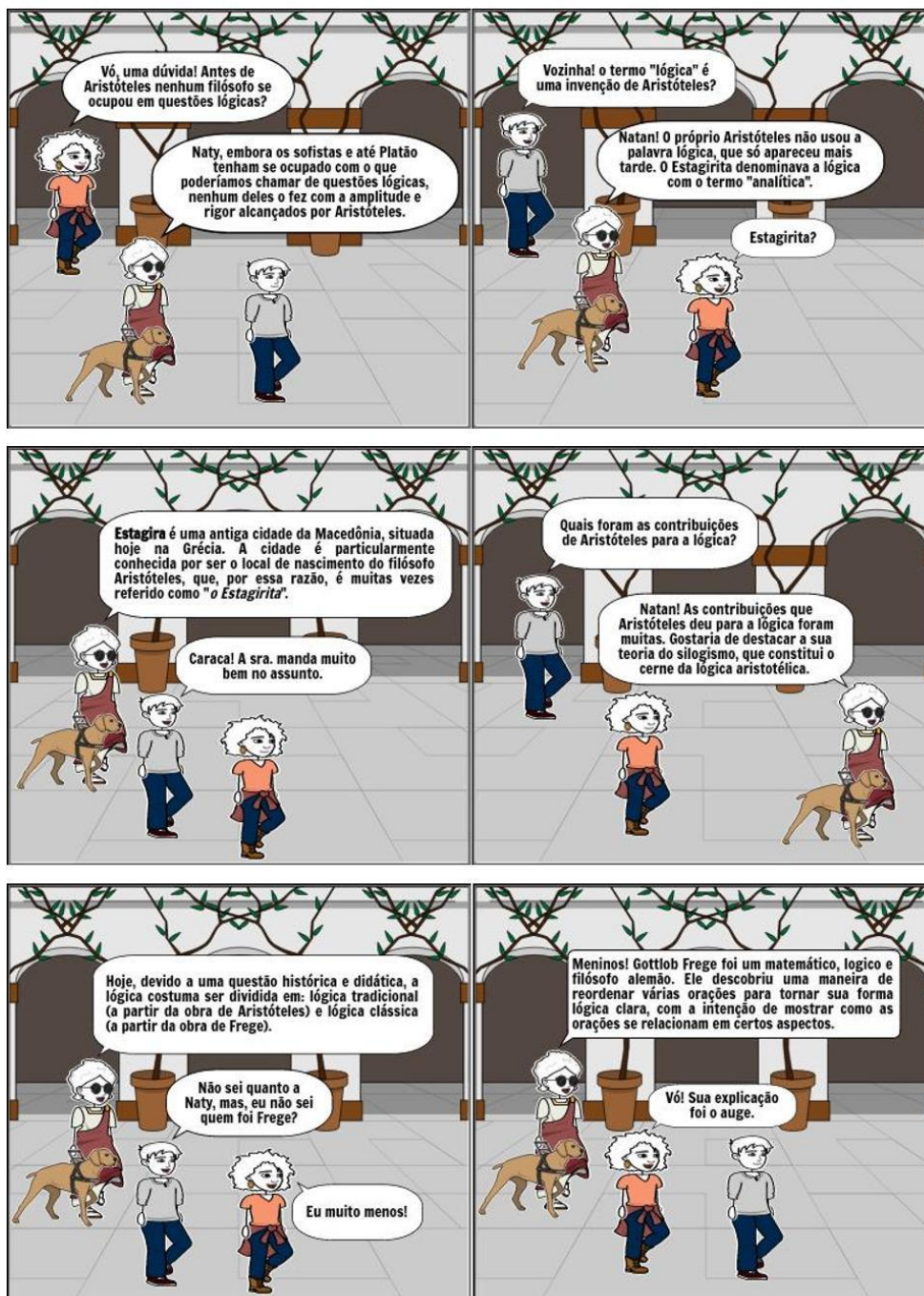
CDD: 100

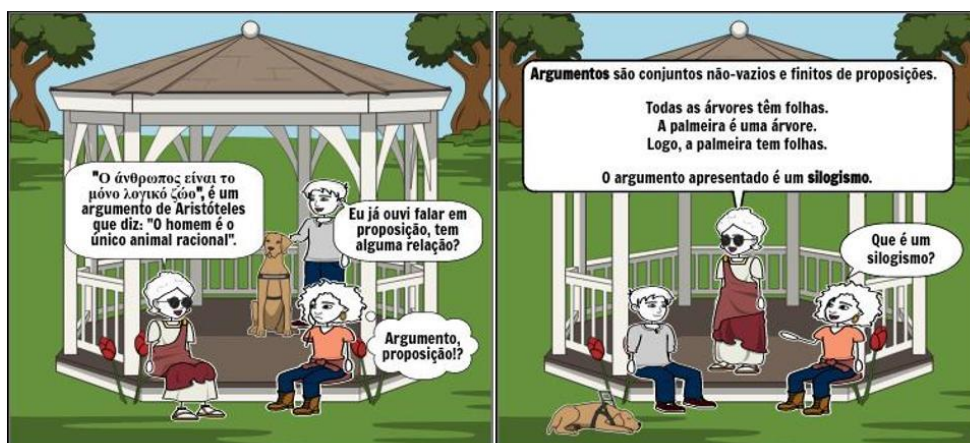
Fernanda Isis Correia da Silva
Bibliotecária - CRB-4/1796

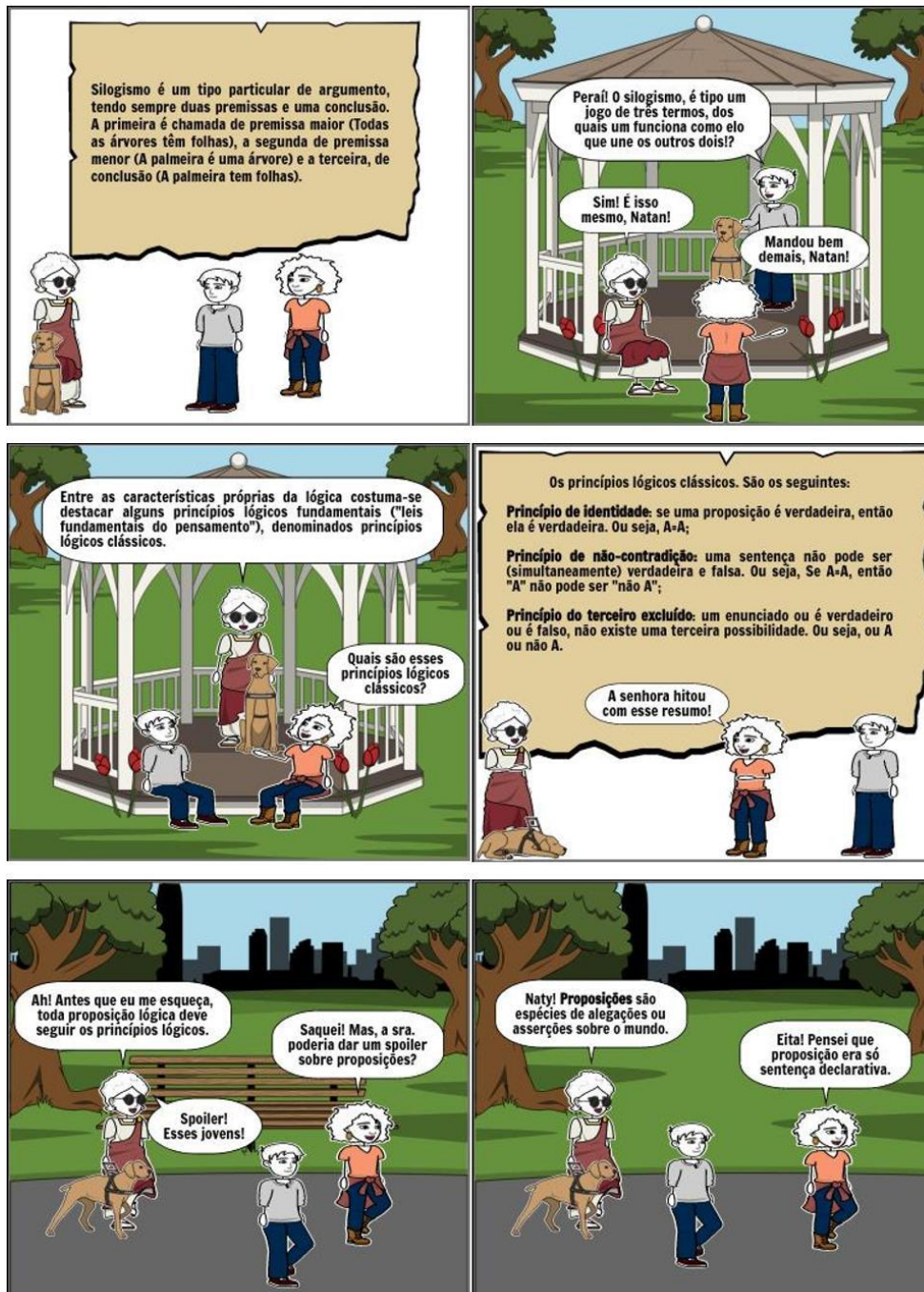


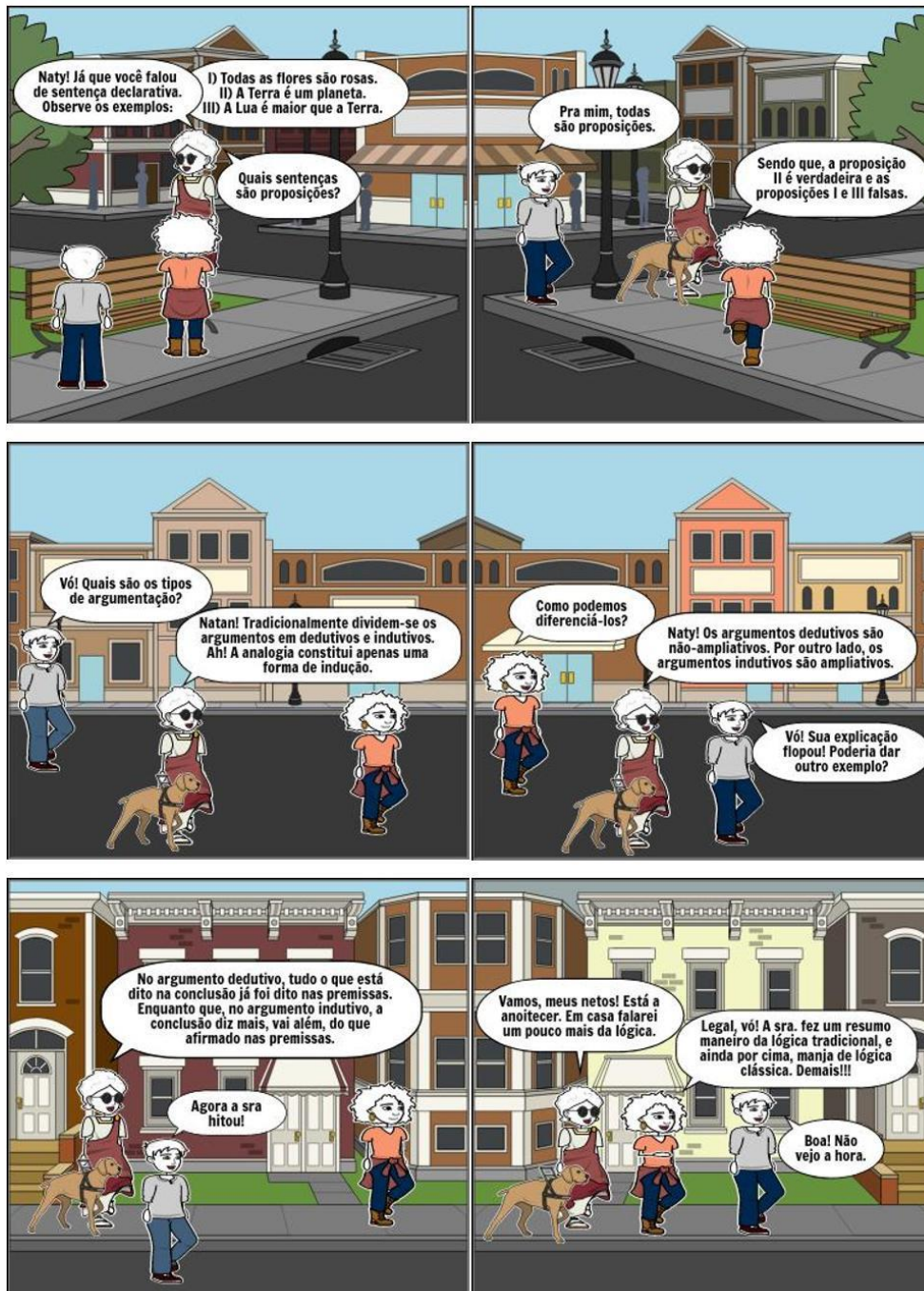




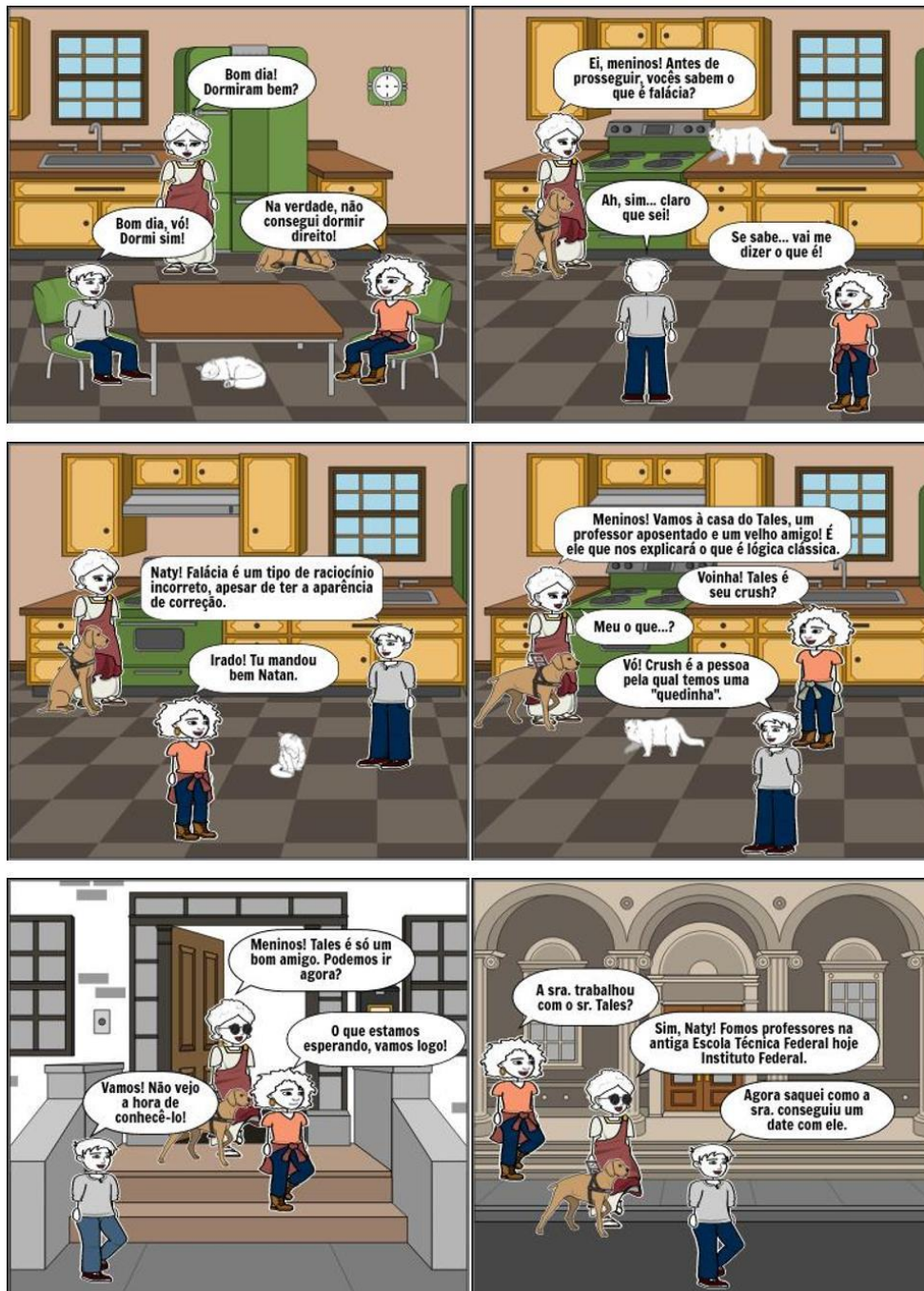


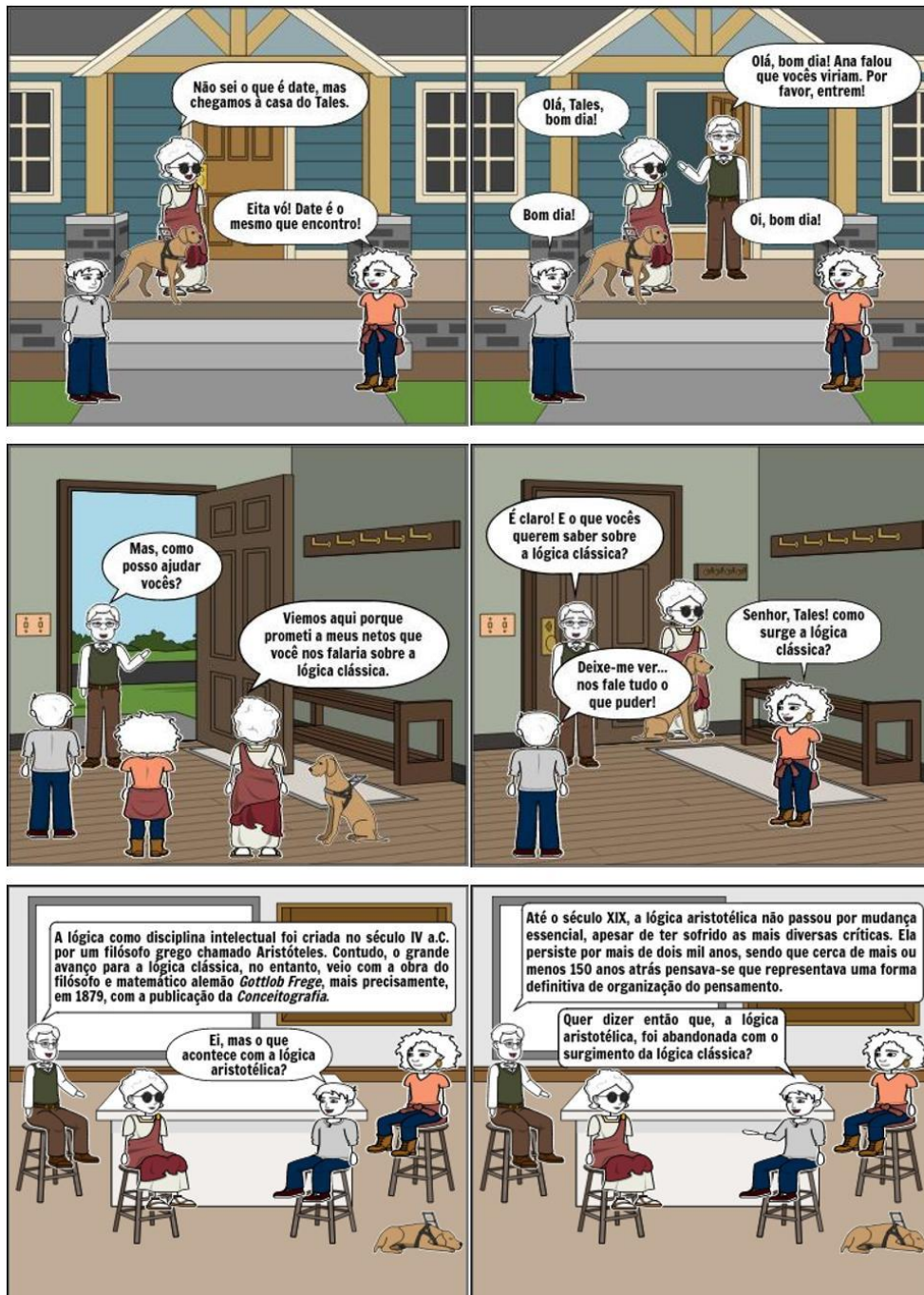


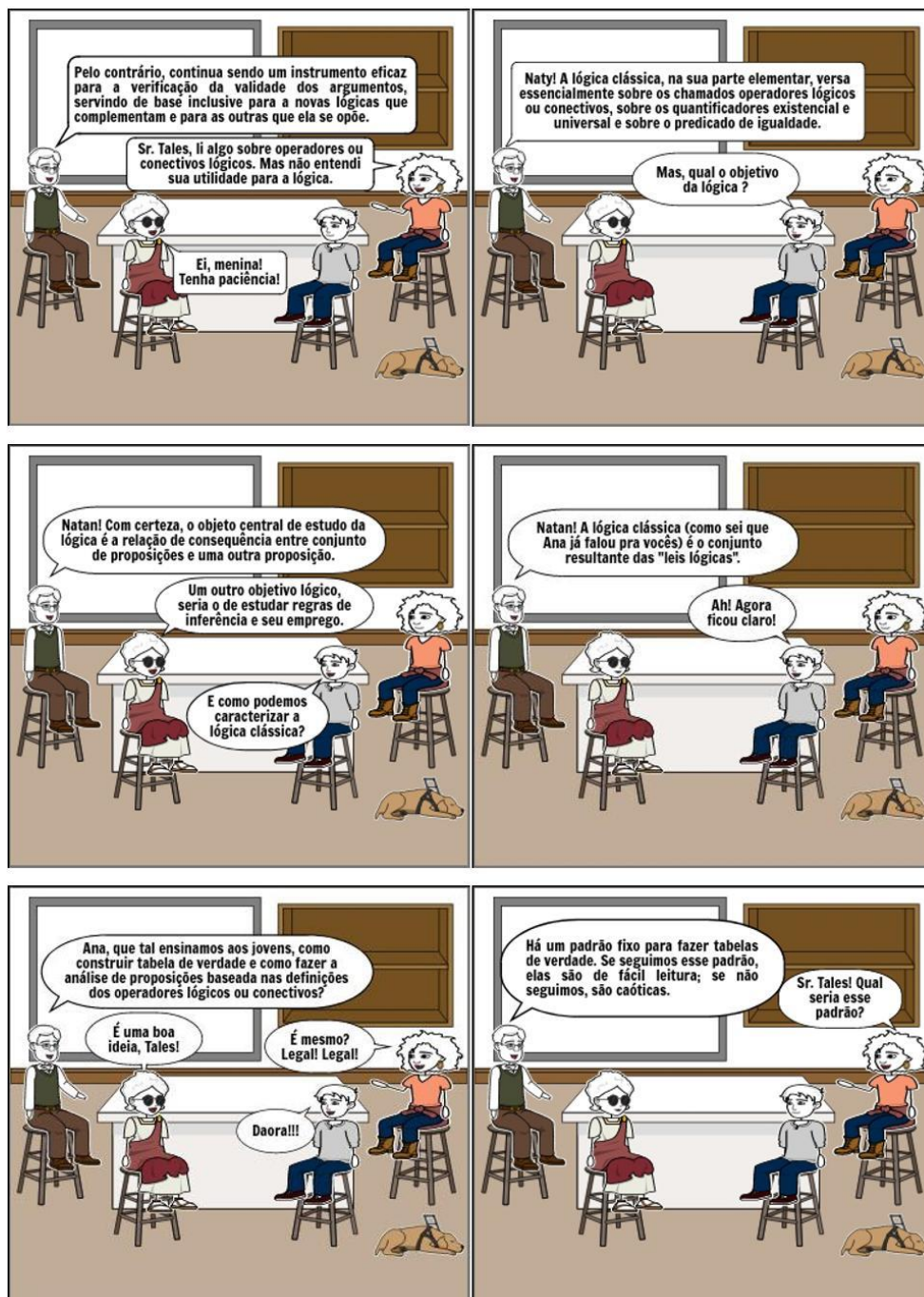












Eis passo a passo como fazer uma tabela de verdade.

Em primeiro lugar, escreva a fórmula na parte superior da tabela. Dê a cada variável sua própria coluna à esquerda, em ordem alfabética.

Variáveis → p q p^q ← Fórmula

Eis passo a passo como fazer uma tabela de verdade.

Em seguida, dimensionamos a tabela. Para isso, sempre montamos a tabela com "dois elevado a n" linhas. Por exemplo: duas proposições, $2^2 = 4$ linhas; três proposições, $2^3 = 8$ linhas, e assim por diante.

Eis passo a passo como fazer uma tabela de verdade.

Lembre-se que uma proposição só pode ser verdadeira ou falsa. Sendo assim, a primeira proposição "p" assume metade dos valores "V" e metade "F"; a segunda proposição "q", metade da proposição anterior; e caso tenha uma terceira proposição "r", metade da anterior. Desta forma, garantimos todas as combinações de Vs e Fs possíveis. Sua tabela ficará assim:

p	q	r
V	V	V
V	V	F
V	F	V
V	F	F
F	V	V
F	V	F
F	F	V
F	F	F

Eis passo a passo como fazer uma tabela de verdade.

E aí meninos! Vocês entenderam todas as etapas para construção de uma tabela de verdade?

Eu entendi!

Eu saquei cada fase!

Meninos! A tabela de verdade é um instrumento útil para estudar formas de argumentos - como veremos.

Funções de verdade.

Nas tabelas de valores de verdade, precisamos identificar um operador lógico ou conectivo como o principal, aquele cuja linha de Vs e Fs se aplica à fórmula como um todo.

E quais são os operadores lógicos ou conectivos comumente usados?

Bem... São os seguintes:

Funções de verdade.

Enunciados	Conectivos	Símbolos	Exemplos
Negação	não	\neg	$\neg p$
Conjunção	e	\wedge	$p \wedge q$
Disjunção inclusiva	ou	\vee	$p \vee q$
Disjunção exclusiva	ou..., ou...	\veebar	$p \veebar q$
Condicional	se..., então...	\rightarrow	$p \rightarrow q$
Bicondicional	se e somente se	\leftrightarrow	$p \leftrightarrow q$

Com essas dicas, vai ser moleza aprender!

Funções de verdade.

Agora que já aprendemos como construir tabela de verdade, vamos analisar as proposições.

Opá, demorô!

Tales! Começemos pela propriedade da negação.

Funções de verdade.

"A negação de todo enunciado verdadeiro é falsa, e a negação de todo enunciado falso é verdadeira". Vejamos o exemplo: Se P tem o valor de V, $\neg P$ recebe o valor de F. Do mesmo modo, caso P tenha o valor de F, sua negação recebe V.

p	$\neg p$
V	F
F	V

Funções de verdade.

A **conjunção** é uma função de verdade de dois argumentos. Assim, uma conjunção é verdadeira apenas num caso: quando as proposições simples individuais forem verdadeiras. Exemplo: "2 é par e 3 é ímpar". Isso é resumido na seguinte tabela:

Conjunção		
p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Peraí! Se uma das proposições simples for falsa, a conjunção será falsa! Né?

Isso mesmo, Naty!

Funções de verdade.

E, como seria a tabela de verdade para os enunciados disjuntivos?

Naty! A disjunção ocorre quando as sentenças estão separadas pelo operador lógico ou conectivo "ou". Em Português, o "ou" tem dois sentidos: o sentido inclusivo (e/ou) e o sentido exclusivo (um dos dois, mas não os dois).

Funções de verdade.

Por exemplo, se dizemos "Natan costuma ir ao IFAL à pé ou de bicicleta" isso significa que Natan tanto pode ir de uma maneira ou de outra, sendo as duas alternativas verdadeiras, isto é, inclusiva. A tabela de verdade é a seguinte:

Disjunção inclusiva		
p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

Funções de verdade.

Mas o sentido muda quando temos que optar um curso no IFAL, por exemplo: "Com a nota do Exame de Seleção Naty pode escolher Guia de Turismo ou Meio Ambiente", caso em que uma escolha exclui a outra, se uma é verdadeira, a outra é falsa. A tabela de verdade é a seguinte:

Disjunção exclusiva		
p	q	$p \vee\vee q$
V	V	F
V	F	V
F	V	V
F	F	F

Funções de verdade.

Meninos! Observando as tabelas das disjunções, qual diferença se nota?

Bem! A disjunção inclusiva é verdadeira se ao menos uma das proposições simples forem verdadeiras.

Hum...Disjunção exclusiva... As proposições simples não podem ser verdadeiros ao mesmo tempo.

Uau! Nota dez, meninos!

Funções de verdade.

Tales, posso explicar aos meninos sobre a implicação?

Sem sombra de dúvida! Assim não estresso os jovens.

Que exagero, o papo tá massa!

Funções de verdade.

Se o antecedente de uma **implicação** (ou condicional) for verdadeiro, e o conseqüente falso, então a implicação, como um todo, será falsa. Exemplo: "Se Sócrates nasceu em Atenas, então Sócrates é grego".

p	q	p→q
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

Observe que só será falsa esta estrutura quando houver a condição suficiente, mas o resultado necessário não se confirmar.

Funções de verdade.

Ana, por favor! Nos fale também da bi-implicação!

Mas é claro! Uma bi-implicação (bicondicional ou equivalência) corresponde a uma implicação nas duas direções: p→q é o mesmo que (p→q)^(q→p). Observe o exemplo: "Vou ao cinema, se e somente se eu receber". A tabela de verdade é a seguinte:

p	q	p↔q
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	V

Notem que, o método de tabelas de verdade é um tal procedimento efetivo para identificar os enunciados de acordo com seus valores de verdades ou falsidade.

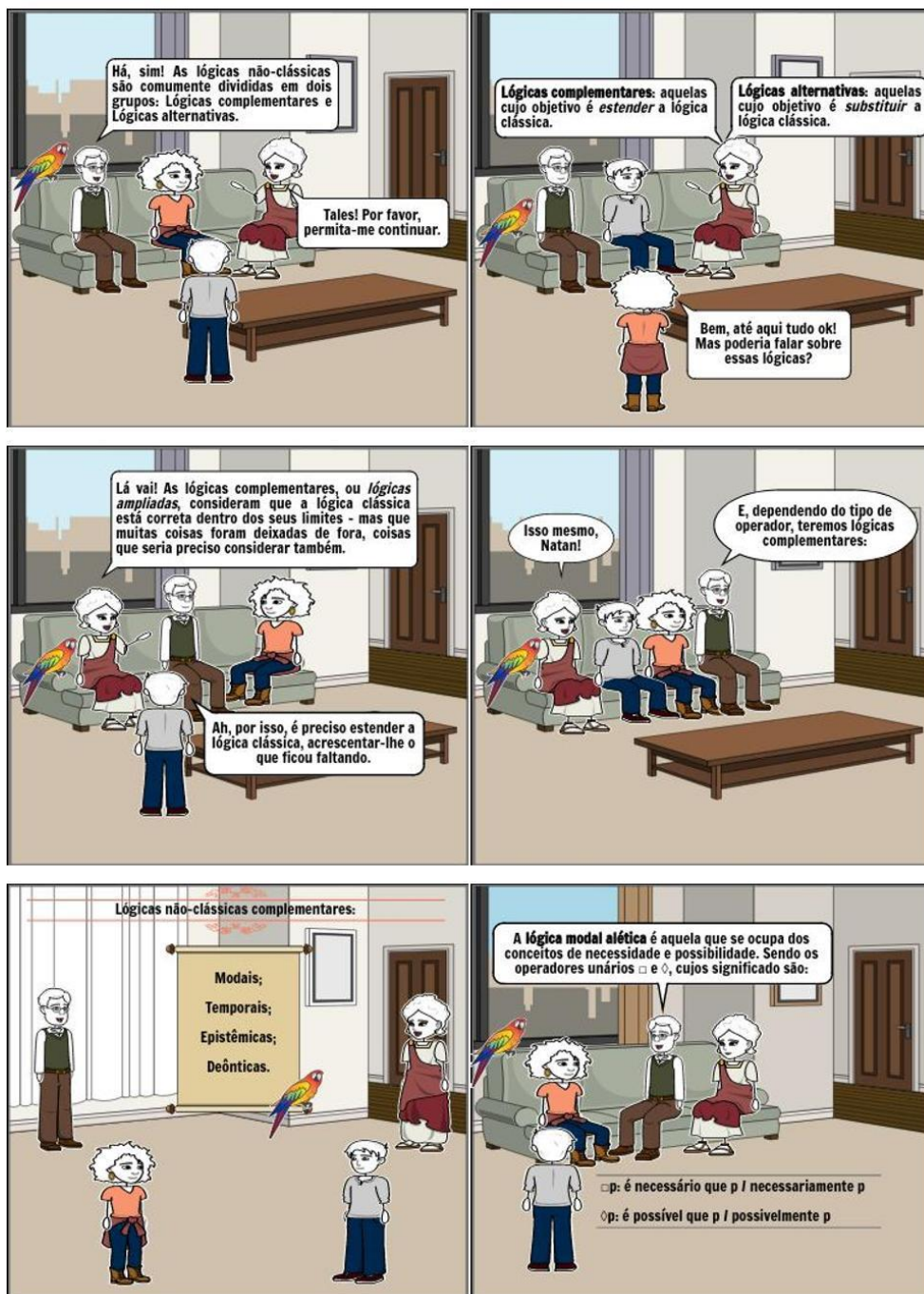
E sob esse aspecto, podemos classificar os enunciados como tautológicos, contraditórios e contingentes.

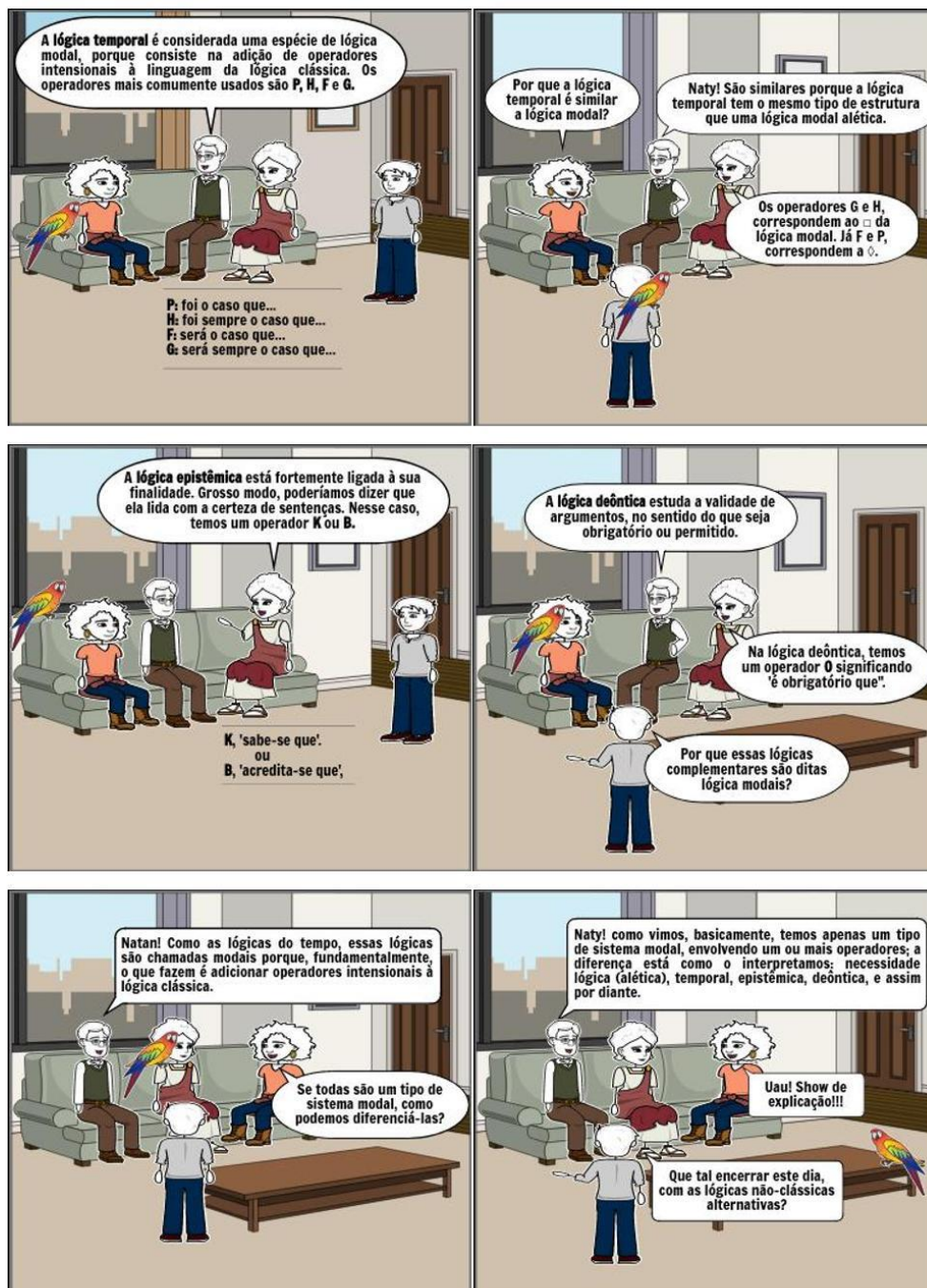
Vó e sr. Tales ícones, sem defeitos. Nunca critiquei!

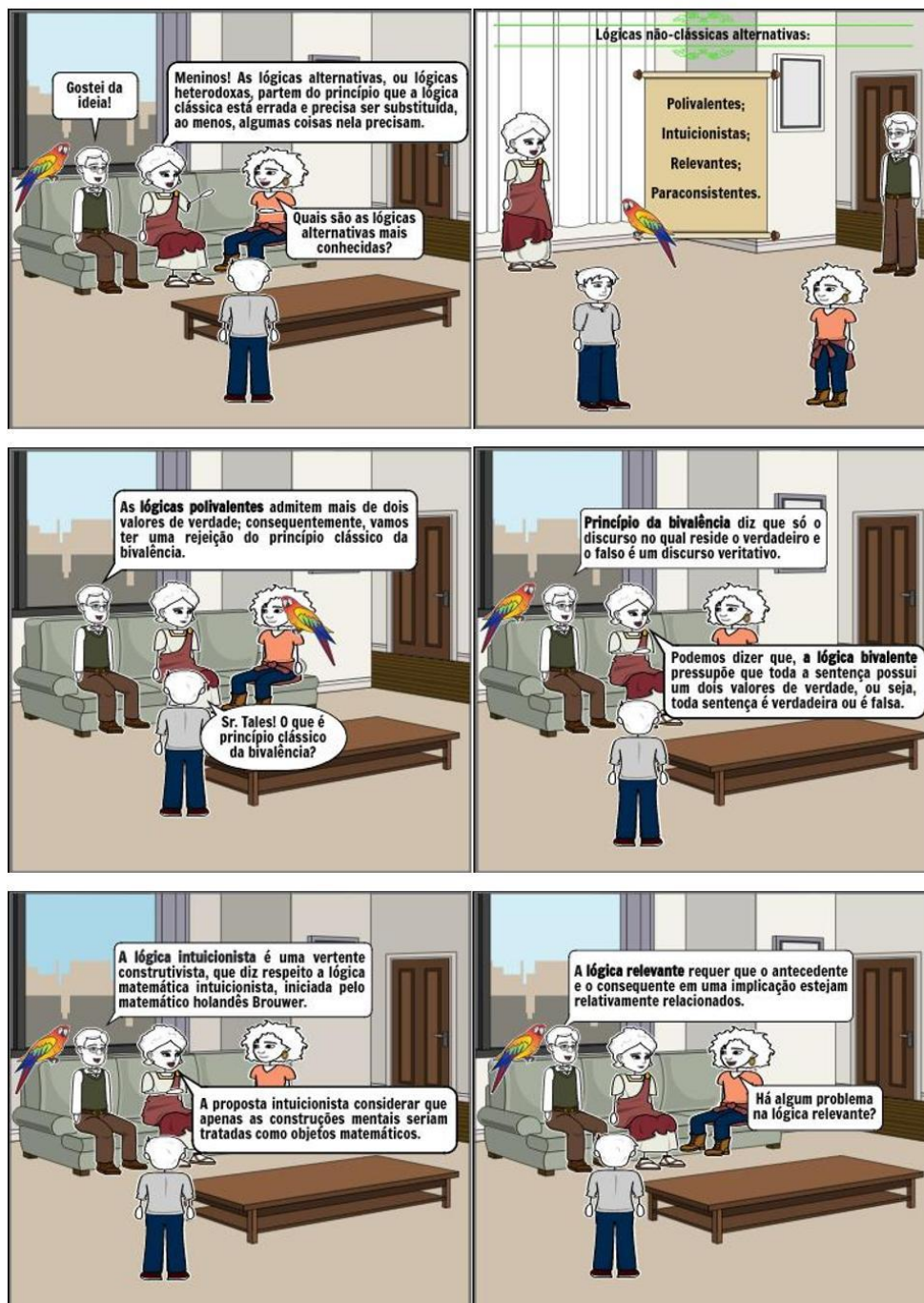
A palavra *tautologia*, em grego, significa "dizer o mesmo". Em lógica, o termo *tautologia* adquire um sentido técnico importante porque designa os enunciados que sempre resultam verdadeiros.

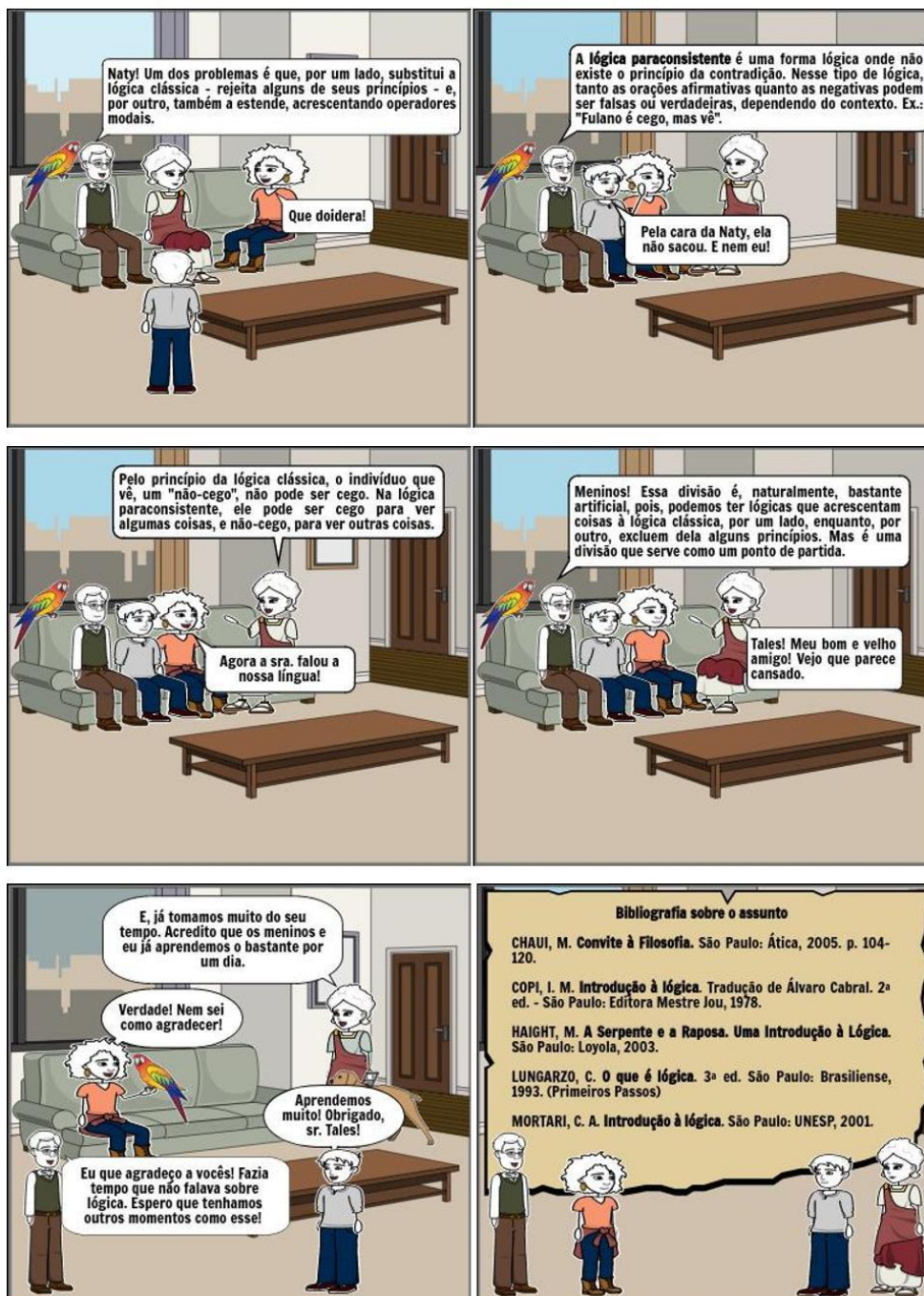
p	q	p∨q	p→(p∨q)
V	V	V	V
V	F	V	V
F	V	V	V
F	F	F	V











Passatempo

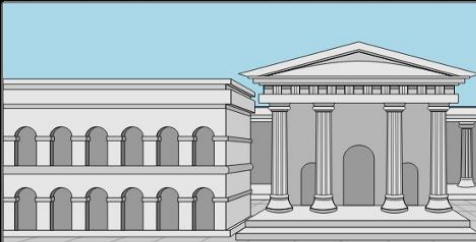
1º. Segundo Aristóteles, a lógica se divide em:
 (A) lógica clássica e lógica intuitiva.
 (B) lógica analítica e lógica dialética.
 (C) lógica simbólica e lógica matemática.
 (D) lógica formal e lógica material.

2º. Aristóteles estabeleceu sua lógica sobre alguns princípios, percebidos por intuição e que são anteriores a qualquer raciocínio, devendo servir de base a toda argumentação científica. Esses princípios são:
 (A) de identidade, de não contradição e de terceiro excluído.
 (B) de identidade, de contradição e de negação.
 (C) de tese, de antítese e de síntese.
 (D) de dedução, de indução e de analogia.


3º. Cinco atletas apostaram uma corrida.
 A chegou depois de B.
 C e E chegaram ao mesmo tempo.
 D chegou antes de B.
 Quem ganhou, chegou sozinho.
 Quem ganhou a corrida foi...
 () A () B () C () D () E


4º. Um camponês tem 5 montes de palha num campo e 4 montes de palha noutra campo. Se os juntar ao lado da parede de sua casa, com quantos montes de palha ficará?
 (A) Um monte de palha.
 (B) Quatro montes de palha.
 (C) Cinco montes de palha.
 (D) Nove montes de palha.

5º. Se o amanhã de ontem era quinta-feira, que dia é o dia depois de amanhã de ontem?
 (A) Quarta-feira.
 (B) Quinta-feira.
 (C) Sexta-feira.
 (D) Sábado.




6º. Quais das sentenças abaixo podem ser consideradas proposições lógicas?
 (A) O número 2 é ímpar.
 (B) Pare!
 (C) Quer passear hoje?
 (D) Faça seu dever de lógica.

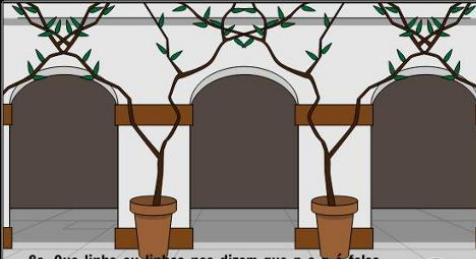




7º. Considere este argumento:
 Sócrates é sábio! Qualquer pessoa que ensina a filosofar é sábia, e ele ensina. Logo, ele é sábio!


a) Quais são as premissas do argumento?
 b) Qual é sua conclusão?

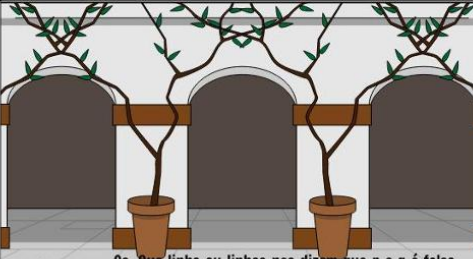




8º. Que linha ou linhas nos dizem que p e q é falsa quando apenas uma proposição é verdadeira?


p	q
(1)	
(2)	
(3)	
(4)	






9º. Que linha ou linhas nos dizem que p e q é falsa quando as duas proposições são falsas?


p	q
(1)	
(2)	
(3)	
(4)	





10º Complete a tabela de verdade abaixo:

p	q	$p \vee q$



11º. A tabela-verdade abaixo se refere a qual operação lógica:

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

(A) Conjunção.
 (B) Disjunção inclusiva.
 (C) Condicional.
 (D) Disjunção exclusiva.
 (E) Equivalência.

